

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA - CAMPINAS E REGIÃO

Campinas (SP), Sexta-feira, 10 a domingo, 12 de Abril de 2026

www.correiodamanha.com.br

Ano CXXIV N° 24.995

R\$ 5,00

Vício em bets torna-se problema político para Lula, que agora fala em atacá-lo

PÁGINA 21

Prorrogação do transporte avança e vai à decisão final

Pane no controle aéreo impacta 78 voos em Viracopos

Divulgação Viracopos



Falha geral no sistema de tráfego aéreo na região de São Paulo interrompeu operações por cerca de uma hora e afetou aeroportos como Aeroporto Internacional de Viracopos e Aeroporto

Internacional de São Paulo/Guarulhos, com reflexos ao longo do dia na malha aérea. Autoridades informaram que o problema foi normalizado e será investigado pelas equipes técnicas responsáveis

PÁGINA 6

Câmara de Campinas aprovou em 1ª votação projeto que autoriza manter as atuais empresas de ônibus após o fim dos contratos, que vencem em 29 de abril. O texto, que teve prazo reduzido de três para dois anos, busca garantir a continuidade do serviço e ainda depende de nova análise dos vereadores na próxima quarta, 15 de abril

PÁGINA 5

PL prevê armas para mulheres em risco

Projeto de Lei protocolado na Câmara Municipal de Campinas propõe criação de programa que prevê apoio psicológico, defesa pessoal e acesso

excepcional a armas de fogo para mulheres vítimas de violência doméstica. Prevê ainda campanhas educativas e cursos de defesa pessoal

PÁGINA 4

Jantar do Bom Prato de Sumaré é retomado

PÁGINA 7

MP pode barrar corte de 126 árvores do Bosque

Firmino Piton/Prefeitura de Campinas



Comdema afirma que Prefeitura conduziu o plano sem submeter a proposta à análise do colegiado

PÁGINA 6

Tarcísio anuncia entrega da SP-324

Mas, advogado argumenta que o governador está impedido de liberar o fluxo de veículos porque a obra ainda não obteve a licença de operação da Cetesb

PÁGINA 3

Vereador solicita CPI sobre o São Roque Prev

Marquinho Arruda pede apoio para abertura de CPI destinada a investigar aplicações financeiras no Banco Master.

PÁGINA 10

Divulgação/Governo de SP



De 2023 a fevereiro de 2026, foram 918 obras na região

RMC ganha 230 novas creches

Ampliação da rede de educação infantil fez parte da Caravana 3D, do Governo do Estado

PÁGINA 7

LUMMERTZ

Democracia sem liberdade de andar pelas ruas

PÁGINA 19

MARCIO COIMBRA

Delcy pode inventar uma nova autocracia

PÁGINA 2

Idiana Tomazelli*

Governo explora terreno fértil para ampliar medidas em ano eleitoral

Em novo capítulo de sua cruzada contra a alta no preço dos combustíveis, o governo Lula (PT) decidiu mais que triplicar a subvenção destinada ao diesel e anunciou medidas adicionais para atacar o preço do gás de cozinha e socorrer o setor aéreo.

Em outra frente de batalha, a equipe econômica discute como reduzir o endividamento das famílias. Antes mesmo do lançamento, o pacote ganhou tentáculos para abarcar também MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas e dívidas estudantis.

O que começou como medidas pontuais para enfrentar os efeitos da guerra no Irã agora escala para um cardápio de ações de maior monta -coincidentemente, no momento em que as pesquisas indicam cenário desafiador para o petista nas urnas.

A dúvida agora é até onde o governo vai para minimizar o desconforto da população em ano eleitoral, e sob quais critérios.

Se por um lado a equipe econômica apontou a lógica por trás do novo subsídio para o diesel importado (garantir o abastecimento interno com ajuda de R\$ 1,20 por litro, equivalente à cobrança de ICMS), por outro não deixou claro

o motivo de estender a ajuda extra ao produto nacional (R\$ 0,80 por litro).

O subsídio ao gás de cozinha e o socorro ao setor aéreo, com desoneração do querosene e linhas de crédito com condições facilitadas, também se dão sob a justificativa da guerra, embora analistas vejam apenas o desejo do governo de tentar segurar na marra preços que impactam o bolso dos eleitores.

O verdadeiro custo das medidas ainda é desconhecido. O governo prevê impacto de R\$ 31 bilhões com as ações voltadas a combustíveis, a ser coberto por um imposto sobre exportação de petróleo. Mas a conta desconsidera o custo de emprestar dinheiro (para o setor aéreo, por exemplo) a uma taxa menor do que aquela paga pelo próprio Tesouro para se financiar no mercado.

Enquanto os números dessa fatura continuam opacos, o governo discute como baixar a conta de luz e reduzir a fila do INSS. O terreno é fértil.

***Jornalista. Escreve sobre economia na Folha de São Paulo, com foco em contas públicas, Previdência e políticas sociais**

Márcio Coimbra*

Perestroika Tropical

Se o Estreito de Ormuz retém hoje o fôlego da geopolítica global, o Palácio de Miraflores exige um olhar muito mais cirúrgico. Ali, testemunhamos uma metamorfose estrutural profunda: a saída de Nicolás Maduro e a ascensão de Delcy Rodríguez. A Venezuela deixou de ser um laboratório de resistência ideológica para se tornar o epicentro de um experimento de sobrevivência pragmática. Delcy é a arquiteta de uma “normalização autoritária” que desafia as leituras convencionais da diplomacia regional.

A demissão de Vladimir Padrino López do Ministério da Defesa e de Samuel Moncada da Embaixada nas Nações Unidas é o marco zero desta era. Ao remover a ponte entre o chavismo originário, as Forças Armadas e a diplomacia, os irmãos Rodríguez — Delcy e Jorge — consolidam um controle civil-repressivo, substituindo a lealdade ideológica por uma tecnocrática. O regime transmutou-se de monolito militar em corporação política. É a “Perestroika Tropical”: uma reestruturação econômica desenhada para garantir a longevidade do grupo no poder, sem qualquer concessão à transparência política.

A mudança mais radical reside na nova Lei de Hidrocarbonetos. Ao permitir que petroleiras estrangeiras operem com controle majoritário, Delcy transformou a PDVSA em um ativo de segurança nacional para potências externas. É o “Capitalismo de Estado” como escudo humano diplomático. Para o governo Trump, o realismo energético carrega o potencial de distensão. O petróleo fluindo com eficiência é a moeda de troca pelo silêncio internacional sobre o ainda déficit democrático interno, mesmo que esteja em processo de distensionamento.

A geopolítica venezuelana migrou do dogmático “Eixo da Resistência” para um pragmático “Eixo da Conveniência”. À China, mesmo

que mais distante, Delcy oferece ordem operacional e previsibilidade de pagamentos. Paralelamente, os laços com Cuba e Irã sofreram uma mutação fria, com o subsídio ideológico cedendo espaço à eficiência pura. Havana agora é tratada como uma prestadora de serviços em declínio, enquanto a presença iraniana se enfraquece para sinalizar ao Ocidente a disposição do regime em mitigar influências indesejadas em troca de reconhecimento.

O triângulo com os EUA é estritamente transaccional. Washington tende a preferir uma Venezuela estável e aberta a negócios do que uma democracia incerta. Assim, a libertação seletiva de prisioneiros políticos funciona como válvula de escape diplomática para arrefecer pressões sem que os Rodríguez renunciem ao controle absoluto.

A inovação de Delcy é o descarte da estética revolucionária em favor da gerencial. Ela compreendeu que a comunidade internacional, exausta de crises, aceita um autoritarismo funcional. Para o Brasil e a região, o desafio é complexo: lidamos com uma liderança que domina as ferramentas da política global. Delcy criou um ambiente onde o custo de derrubar o regime é maior do que o de mantê-lo. Se estabilizar a inflação e a produção petrolífera em 2026, ela terá inventado a autocracia do século XXI: aquela que não se isola, mas convida o mundo para ser sócio da sua própria permanência.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

EDITORIAL

República do ‘Paredão’: eleição ou espetáculo?

A eleição de representantes para o governo do país, estado e município deveria ser um processo consciente, informado e estratégico. E é assim em muitas nações pelo mundo, mas não no Brasil. Aqui, o processo eleitoral está mais para um entretenimento barato (dos mais duvidosos) e período propício para se ganhar ‘um extra’.

A cada ciclo eleitoral, o processo de escolha dos representantes se torna mais aleatório. As campanhas divulgadas são como espetáculos de um circo mal-ajambrado, pobre de argumentos, técnica, enredo, além de artistas mal preparados, que repetem sempre os mesmos números e tropeços. Já o eleitor, escolhe na véspera do pleito o candidato que mais lhe agrada, como quem busca um personagem televisivo que mais goste.

E a “fauna” é vasta. Tem candidato que saiu do ringue, do púlpito, da live e, porque não, da “casa mais vigiada do país”. Sim, do mesmo lugar onde se disputa a liderança com provas de resistência e se resolve conflitos no confessionário, que também serve de “pré-campanha involuntária”.

Ao longo dos anos, mais de 30 ex-participantes do Big Brother Brasil tentaram a sorte nas urnas, com resultados, digamos, menos empolgantes. Só dois conseguiram se eleger: Jean Wyllys (BBB 5, 2005) e Adrilles Jorge (BBB 15, 2015) - o que já é uma bizarrice,

convenhamos...

A lista dos que tentaram dá quase um elenco de reprise: Babu Santana (BBB 20, 2020), Mara Viana (BBB 6, 2006), Diego Alemão (BBB 7, 2007), Maria Melilo (BBB 11, 2011). Todos, em algum momento, trocaram o paredão pelo palanque.

E não para por aí. Teve candidata com 111 votos; outro, com apenas algumas dezenas; gente que saiu com mais apoio do paredão do BBB do que da urna. O problema não é a origem, porque a democracia não exige currículo específico. Mas exige critério. E é aí que mora o perigo. O voto, muitas vezes, parece guiado mais pela fama do que pela capacidade do candidato.

No Brasil foi criada a figura do “puxador de votos”, aquele que arrasta multidões pela notoriedade e não pela sua proposta. E o eleitor, embarca. Como se popularidade fosse sinônimo de preparo, e carisma substituisse o comprometimento de projetos e pautas demandadas.

No fim, a eleição vira um grande reality show, com torcida organizada, eliminação, reviravolta e, é claro, muita gente votando por impulso sem entender a seriedade do que está fazendo. E, talvez, esse seja o maior erro que cometemos. Enquanto tratarmos a política como ‘espetáculo’, continuaremos elegendo “personagens”, quando o país precisa de representantes preparados.

Opinião do leitor

Coerência

O Papa Leão XIV convoca uma oração mundial pela paz no dia 11 de abril: “Não podemos permanecer indiferentes à violência. Quem tem armas nas mãos, que as desponha! A quem tem o poder de desencadear guerras, que opte pela paz!”. Paz entre as Nações. Isso é coerência! O mundo precisa de paz que dure para sempre.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília-Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Segunda votação ocorrerá na próxima quarta (15)

Extensão de ônibus sob críticas da oposição I

A aprovação na Câmara, em primeira votação, da prorrogação do contrato do transporte público de Campinas por até 2 anos gerou críticas da população e de vereadores contrários à proposta. “A empresa já humilha cotidianamente a população. Nos últimos anos, está em franca decadência, com os ônibus cada vez mais precários. Se a gente está assim agora, o que vai acontecer nos próximos anos com uma empresa que já sabe que vai sair de circulação? Se até agora ela ofereceu um serviço com essa qualidade para a população, com a prorrogação vai piorar ainda mais”, afirma a vereadora Mariana Conti (PSOL-SP).

Extensão de ônibus sob críticas II

“Quem manda no transporte público da cidade? É a Prefeitura ou são as empresas? Essa prorrogação dá mais um sinal de que a Prefeitura não quer comandar o transporte público. Se não dava para fazer a transição no tempo do projeto original, por que colocou esse prazo?”, questiona a parlamentar. A segunda votação, para que o projeto possa ir à sanção do prefeito, será na próxima quarta-feira (15).

Câmara Municipal de Campinas



Direito à informação está previstos na Constituição

Transparência na fila do SUS I

A vereadora Guida Calixto (PT-SP) protocolou um Projeto Lei na Câmara que propõe normas de transparência, direito à informação, controle social e monitoramento das filas de espera do SUS (Sistema Único de Saúde) na cidade. A medida vale para consultas e exames especializados, cirurgias, procedimentos e internações eletivas. A proposta segue os modelos de transparência e direito a informação previstos na Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde.

Transparência na fila do SUS II

A proposta pontua que usuários frequentemente enfrentam dificuldades para obter informações claras sobre sua posição na fila, o tempo de espera estimado e os critérios que norteiam a ordem de atendimento e que cria ambiente propício para práticas como os denominados “Fura-Filas”, que violam o princípio da igualdade e a justa distribuição dos recursos públicos.

PINGA-FOGO

Cavalo de Troia I

A iniciativa do Programa Câmara Universitária é um passo fundamental para o fortalecimento da democracia ao abrir as portas do Legislativo aos estudantes de Campinas. A participação é essencial pois permite que os alunos compreendam na prática a estrutura administrativa e o funcionamento da Casa.

Cavalo de Troia II

O conhecimento sobre as atribuições dos vereadores capacita o cidadão a exigir que o foco parlamentar permaneça no que é juridicamente indicado, ao invés de se perder na perpetuação de leis irrelevantes ou meramente simbólicas que não trazem benefícios reais para a coletividade.

Cavalo de Troia III

Quando o estudante entende como os recursos são geridos e como os projetos são tramitados, ele é capaz de se tornar um agente fiscalizador, que questiona a criação de leis inúteis e que cobra do Legislativo uma atuação realmente voltada para a solução de problemas importantes para cidade.

Cavalo de Troia IV

A oportunidade de vivenciar o cotidiano dos departamentos técnicos e jurídicos da Câmara oferece um aprendizado que transforma a relação do futuro profissional com a política. Essa imersão garante que a nova geração de líderes e especialistas saiba distinguir entre a política de conveniência e a política de resultados.

Cavalo de Troia V

Ao estar ciente de que o vereador deve atuar como um guardião da legalidade e um proponente de melhorias públicas, o universitário contribui para uma cultura política mais eficiente, transparente e comprometida com o bem comum, assegurando que a Casa cumpra sua função.

Cavalo de Troia VI

O irônico do projeto é que, ao entrar no Legislativo e visualizar como funciona na prática as entranhas da Câmara de Campinas, o universitário, de excelência, certamente pensará como é fundamental e urgente transformá-la, cortando fisiologismos e tantos outros males.



Anúncio foi feito por governador em Campinas

SP anuncia inauguração da Miguel Melhado

Porém, advogado adverte que não há licença de liberação

Da Redação

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) anunciou que a Rodovia Engenheiro Miguel Melhado Campos (SP-324), conhecida como Vinhedo-Viracopos, será inaugurada no próximo sábado (11). O anúncio foi feito na quinta-feira (9) em visita do chefe do Executivo estadual a Campinas.

Já o advogado Augusto César Silva Santos Gandolfo, que representa os moradores às margens da rodovia, questiona a medida. Argumenta que o governador está impedido de liberar o fluxo de veículos porque a obra ainda não obteve a licença de operação emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

O questionamento jurídico também aponta riscos à vida e à integridade física no Km 90,6 da via. “Há risco à vida de pessoas, das que vão atravessar as seis pistas e a dos condutores, porque não há sinalização, não há faixa, não há segurança. E aqui tem que obedecer o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e os dois planos de mobilidade urbana, o federal e o municipal”, declara.

A expectativa de Gandolfo é de que “o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER-SP) - responsável pela obra - respeite as determinações da legislação vigente e garanta a segurança no local antes da colocação da rodovia em funcionamento”.

Ainda de acordo com o advogado, os riscos à integridade física de pedestres, cadeirantes, crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida foram ignorados pela autarquia. A maior preocupação de Gandolfo refere-se à inexistência de uma passarela para garantir a segurança de quem trabalha, estuda ou realiza a travessia para acessar o ponto de ônibus no Km 90+6. O percurso, de aproximadamente 50 metros de extensão, contém muretas de concreto entre as vias.

O outro lado

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a assessoria de imprensa do governador Tarcísio de Freitas, da Cetesb e do DER-SP, mas, até o fechamento desta reportagem, não obteve resposta sobre a inauguração da rodovia sem a devida licença.

Obra ponta

As obras da rodovia foram finalizadas em dezembro do ano passado, segundo o próprio DER-SP. Mas, a liberação da rodovia está atrelada à licença da Cetesb.

Liminar

Na terça (7), o juiz Leonardo Manso Vicentin, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, determinou a paralisação imediata de todas as demolições e retiradas de moradores.

Programa prevê armas de fogo para mulheres em situação de risco

Protegê-las significa garantir condições reais de elas se defenderem, sustenta proposta

Por Raquel Valli

Um projeto protocolado na Câmara Municipal de Campinas (SP) propõe a criação do programa que prevê apoio psicológico, defesa pessoal e acesso excepcional a armas de fogo para mulheres em situação de risco. Intitulado Escudo Feminino, estabelece simultaneamente atendimento psicológico e social, orientação jurídica especializada e encaminhamento à rede de proteção, assegurando a priorização de casos de maior gravidade. Prevê ainda campanhas educativas e cursos de defesa pessoal.

“Nosso objetivo é garantir que nenhuma mulher fique desamparada diante de uma situação de violência. Estamos propondo uma política baseada em evidências, que combina acolhimento, prevenção e, quando necessário, instrumentos reais de proteção”, afirma o vereador Nelson Hossri (PSD-SP), autor da proposta baseada em critérios técnicos e progressivos.

“A violência não pode ser tratada com improviso. Precisamos de políticas públicas sérias, que combinem acolhimento com firmeza. Proteger a mulher também significa garantir que ela tenha condições reais de se defender dentro da lei”, complementa o parlamentar.

O projeto admite, em situações graves e excepcionais, o apoio para obtenção de armas de



Segundo autor da proposta, projeto pretende assegurar segurança das mulheres de forma efetiva

fogo, sob observância da legislação federal vigente.

Mantém a integridade do Estatuto do Desarmamento sem flexibilizações, tratando o acesso a tais instrumentos como medida subsidiária condicionada à avaliação técnica multidisciplinar com comprovação de risco elevado e esgotamento de outras medidas de segurança. O programa poderá atender mulheres em situação atual ou iminente de violência doméstica e familiar, com prioridade àquelas com filhos ou dependentes.

Análise técnica

Para o coronel Marci Elber Rezende, ex-comandante da PM em Campinas, a proposta “é tecnicamente robusta porque não se limita ao ‘papel’. Reconhece que a proteção do Estado tem limites físicos e temporais (a polícia não pode estar em todas as casas 24h por dia) e, por isso, busca fornecer à mulher os meios materiais e intelectuais para sobrevivência e emancipação”.

Além disso, “alinha o rigor do cumprimento da lei a uma visão humanista de autonomia, tratam-

do a segurança como um direito fundamental exercitável e não apenas como uma promessa institucional”.

Ainda de acordo com o especialista em segurança, o projeto “reconhece que a violência doméstica é um fenômeno multifatorial”, e, ao reunir os aspectos “jurídico, psicológico e social, ataca a dependência emocional e financeira, que são as principais barreiras para a denúncia”.

Rezende sustenta ainda que “o foco em mulheres com filhos ou dependentes é um critério de

equidade social relevante, visando interromper a reprodução intergeracional da violência”.

O oficial observa que “o projeto demonstra rigor técnico ao não tentar legislar sobre matéria de competência privativa da União, como o porte de armas em si. Em vez disso, foca no suporte e assistência, respeitando o Efeito Cliquet (proibição do retrocesso social).”

Por fim, declara que a proposta “atua como um braço operacional da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), porque, enquanto a lei federal define os tipos de violência e medidas protetivas, o programa municipal cria a infraestrutura material para que essas proteções sejam efetivas”.

Lei Maria da Penha

Estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Define formas de agressão física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Cria medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor e a proibição de contato. Também determina a criação de juizados especializados e proíbe a aplicação de penas pecuniárias ou multas isoladas. O texto foca na prevenção, na assistência às vítimas e na punição rigorosa.

A norma obriga o Estado a garantir a segurança da vítima e de seus dependentes por meio de serviços de saúde, assistência social e jurídica.

Desconto na multa de dívida do ISSQN vai à 2ª votação

A Câmara aprovou em primeira discussão o projeto de lei que cria o Refis ISSQN Campinas - programa que vai oferecer condições especiais para o pagamento de dívidas referentes ao imposto de serviços. Os descontos poderão chegar até 100% em juros e multas, e os contribuintes também terão a opção de parcelar os débitos.

As negociações serão feitas pela internet, como nas edições anteriores do Refis.

O projeto passará agora por nova votação e, caso seja aprovado pelos vereadores, irá para sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) para poder entrar em vigor.

O secretário de Finanças, Aurílio Caiado, explica que a iniciativa é essencial para garantir um limite mínimo de repasse que permita que Campinas não perca recursos dentro da nova Reforma Tributária. “O cálculo

do repasse do IBS, imposto que substitui o ISSQN, para os municípios, vai tomar como média a arrecadação do ISS de 2024 a 2026. Para Campinas é essencial que este cálculo seja feito a partir de uma boa base, já que o ISSQN é nossa principal fonte de arrecadação”, disse Caiado. A receita prevista com o ISSQN em Campinas para este ano é de R\$ 2,192 bilhões.

Débitos negociáveis

Pelo programa será possível negociar débitos vencidos e não pagos; inscritos ou não em dívida ativa; em cobrança administrativa ou judicial; e os de parcelamentos anteriores (inclusive rescindidos). “É uma oportunidade única para os contribuintes ficarem em dia com a Prefeitura, já que os descontos em juros e multas podem chegar a 100%”, declara o secretário.

Para quem optar pelo parcelamento, as parcelas deverão ser pagas durante o ano de 2026.

IBS

O Imposto sobre Bens e Serviços surge como o novo pilar da tributação sobre o consumo no Brasil, integrando a reforma tributária aprovada para simplificar o sistema nacional. Substitui o ISSQN municipal e o ICMS estadual. Para as prefeituras, a mudança altera drasticamente a gestão arrecadatória. Atualmente, os municípios detêm autonomia total sobre o ISSQN, mas, com o IBS, a arrecadação passa a ser coordenada por um Conselho Federativo. O impacto principal reside na redistribuição de receitas: cidades que são polos de serviços podem enfrentar perdas imediatas, enquanto municípios com alto consumo ganham fôlego financeiro.



Projeto já foi aprovado em 1ª votação pela Câmara Municipal

Prorrogação do transporte avança e terá nova votação

Vereadores analisam texto final na quarta, antes do prazo final do dia 29

A Câmara Municipal de Campinas aprovou, em primeira discussão, o projeto que autoriza a prorrogação dos contratos das atuais empresas de ônibus por até dois anos. A proposta, encaminhada pela Prefeitura, foi votada na noite de quarta-feira (8) e ainda depende de aprovação em segunda votação, prevista para a próxima semana. Com 25 votos favoráveis entre os 32 vereadores presentes, o texto recebeu uma emenda que reduziu o prazo máximo da prorrogação. A versão original previa a extensão dos contratos por até três anos, mas o período foi limitado a dois anos. Os contratos atuais do transporte coletivo na cidade vencem no próximo dia 29 de abril.

A medida tem como objetivo permitir que as empresas que hoje operam o sistema continuem prestando o serviço temporariamente, mesmo após a conclusão da licitação que definiu as novas concessionárias. Segundo a Prefeitura, a proposta busca evitar interrupções no transporte público durante a fase de transição entre os contratos.

“O objetivo é assegurar que a população não seja prejudicada com a interrupção de um serviço essencial. Essa prorrogação será suspensa assim que a transição for concluída”, afirmou o secretário



Prefeitura de Campinas

Proposta que trata do transporte avança e terá nova análise dos vereadores

de Transportes, Fernando de Caires. O presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), Vinicius Riverete, também defendeu a proposta e destacou a necessidade de aprovação em segunda votação. “Não aprovar a prorrogação é expor a população ao risco de ficar sem transporte”, disse.

Antes de ser votado, o projeto já havia gerado debate entre vereadores. Quando foi encaminhada ao Legislativo, a proposta previa a possibilidade de prorrogação dos contratos por até três anos, o que levantou críticas sobre a duração do período de transição. De acordo com a Prefeitura, a implantação do novo sistema deve levar entre 11 e 14 meses. Por isso, a prorrogação foi estruturada como uma margem de segurança jurídica para garantir a continuidade do serviço até a conclusão de todas as etapas.

O processo inclui análise de documentos, julgamento de propostas, eventuais recursos, homologação, assinatura de contratos e

a criação das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), além da implantação operacional, como formação de frota, estrutura de garagens e sistemas tecnológicos.

Apesar do prazo máximo previsto, a administração municipal afirma que a prorrogação não será automática por todo o período. O texto inclui uma cláusula que permite o encerramento da extensão assim que a nova concessão estiver pronta para operar.

O leilão do novo sistema de transporte público foi realizado

no dia 5 de março, na B3, em São Paulo. O Consórcio Grande Campinas venceu o Lote Norte, que abrange regiões como Norte, Oeste e Noroeste, enquanto a empresa Sancetur ficou com o Lote Sul, que inclui as regiões Leste, Sul e Sudoeste.

Os contratos têm duração prevista de 15 anos e preveem mudanças no sistema, como renovação da frota, adoção de veículos menos poluentes e uso de novas tecnologias de monitoramento e operação.

Entre as exigências estão a incorporação de ônibus elétricos nos primeiros anos do contrato e a adoção de alternativas como biometano, gás natural e hidrogênio, além da implantação de sistemas de bilhetagem e controle com participação da Emdec.

Para entrar em vigor, o projeto ainda precisa ser aprovado em segunda votação pelos vereadores. A análise está prevista para a sessão da próxima quarta-feira (15), a duas semanas do vencimento dos contratos atuais.

Caso seja aprovado, o texto seguirá para sanção do prefeito. A expectativa da Prefeitura é concluir a transição dentro do prazo estimado, permitindo que as novas concessionárias assumam a operação do sistema de transporte público na cidade.

Dário e Tarcísio inauguram creche integral

O governo do Estado de São Paulo entregou, nesta quinta-feira (9), as obras do Centro de Educação Infantil (CEI) Marina Soares Queiroz, no Jardim Telesp, em Campinas. A unidade vai atender inicialmente 100 crianças de 3 a 5 anos, moradoras da região do Campo Belo, com oferta de ensino em tempo integral. A cerimônia contou com a presença do governador Tarcísio de Freitas e do prefeito de Campinas, Dário Saadi, que visitaram as instalações da nova escola. O terreno foi cedido pela Prefeitura, enquanto o Estado investiu R\$ 2,7 milhões na construção e no mobiliário.

A unidade integra um conjunto de ações voltadas à ampliação de vagas na educação infantil em tempo integral. Esse modelo, que vem sendo adotado por estados e municípios, está inserido em uma política nacional criada em 2023, quando o presidente Lula sancionou a lei que instituiu o Programa Escola em Tempo

Integral. A iniciativa prevê apoio técnico e financeiro da União para ampliar a permanência dos alunos nas escolas, com atividades que vão além do currículo tradicional. Na prática, a modalidade considera jornadas de pelo menos sete horas diárias ou 35 horas semanais e inclui ações pedagógicas, culturais e esportivas. A implementação, no entanto, é feita por estados e prefeituras, responsáveis pela oferta direta das vagas.

Em Campinas, o novo CEI faz parte de um projeto municipal que prevê a criação de cinco unidades com atendimento integral, totalizando 500 vagas para crianças de 3 a 5 anos.

A rede municipal de educação infantil atende cerca de 40,3 mil crianças e, com a nova unidade, passa a contar com 220 escolas.

A previsão é que as aulas no CEI do Jardim Telesp comecem até o fim de abril, após a finalização da organização das equipes e do acolhimento das famílias.

Investimentos

O Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira divulgaram no final de fevereiro deste ano os resultados da primeira etapa do Censo Escolar 2025.

O levantamento indica um crescimento na cobertura da educação em tempo integral, em todas as etapas da educação básica, nos últimos quatro anos. É considerada matrícula em tempo integral quando o aluno fica na escola 7 horas ou mais por dia, ou 35 horas semanais.

De acordo com os dados, o percentual de matrículas presenciais em tempo integral cresceu 10,7 pontos percentuais na rede pública de ensino, entre 2021 a 2025. O atendimento passou de 15,1% para 25,8% dos alunos.

Com resultado, Brasil atinge a meta prevista no Plano Nacional de Educação: pelo menos 25% dos alunos da educação básica da rede pública em tempo integral.

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas



O prefeito Dário Saadi e o governador Tarcísio de Freitas conversam com família em escola

MP

é acionado para barrar corte de 126 árvores do Bosque



Área verde centenária, Bosque dos Jequitibás é patrimônio ambiental da cidade

Comdema aponta possível descumprimento de lei e falta de acesso a laudos técnicos

Por Moara Semeghini

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas acionou o Ministério Público e recomendou à Prefeitura de Campinas a suspensão imediata do plano que prevê a supressão de 126 árvores no Bosque dos Jequitibás. A medida foi anunciada nesta quinta-feira (9) e aponta possível descumprimento de legislação municipal, além de falta de transparência no processo.

Segundo o conselho, a administração municipal teria conduzido o plano sem submeter a proposta à análise do colegiado, o que, na avaliação do órgão, compromete a legalidade do procedimento. Ao explicar o problema, o presidente do conselho, Tiago Fernandes Lira, afirma que a legislação municipal é clara ao estabelecer o papel do colegiado na política ambiental da cidade. Segundo ele, o Comdema não atua apenas na aprovação final

de projetos, mas também na formulação e acompanhamento de planos e programas. “A Prefeitura não pode desenvolver um plano para o Bosque sem que ele passe pelo conselho. Isso, por si só, já é ilegal”, afirma.

Lira acrescenta que a ausência de encaminhamento compromete todo o processo. “O conselho é o órgão central da gestão ambiental do município. Como se autoriza o corte de 126 árvores sem submeter ao órgão responsável? Em tese, não há licença”, diz. O presidente do Comdema também questiona a ausência de documentação técnica detalhada. Segundo ele, não houve apresentação de laudos individualizados nem durante a análise no Condepacc. “Não houve discussão sobre laudos nem apresentação de documentos técnicos árvore por árvore. A gente sequer sabe se esses laudos existem de fato”, afirma.

Para o presidente do Comdema, a falta de formalização compromete

a validade do processo. “No mundo jurídico, o que não está no papel não existe. Para o conselho, esses laudos não existem porque não foram apresentados.” O presidente do conselho também lamenta que o caso tenha sido levado ao Ministério Público, afirmando que o ideal seria que a discussão ocorresse dentro do próprio colegiado.

Segundo ele, o papel do Comdema é justamente participar da formulação de políticas públicas ambientais. “A gente gostaria de estar discutindo tecnicamente o plano, mas ele sequer foi encaminhado ao conselho”, afirma.

Ele acrescenta que a ausência de participação compromete o modelo de gestão ambiental previsto na legislação municipal, que garante a atuação de conselhos como instâncias de controle e participação social.

Para José Hamilton de Aguirre Junior, engenheiro florestal e agrônomo, mestre em arborização

urbana e membro do Comdema, a ausência do colegiado no processo compromete a confiabilidade da decisão. “Tira a lisura e coloca em dúvida o processo de licenciamento, já que é papel legal do conselho participar de decisões como a supressão de árvores em área tombada”, afirma. Aguirre Junior ressalta que, sem acesso aos laudos individualizados, não é possível confirmar a necessidade do corte. “O processo não é claro nem transparente. Os laudos precisam ser públicos e analisados pelo colegiado”, diz.

Outro ponto de crítica é a compensação ambiental prevista no plano, que estabelece o plantio de uma árvore para cada exemplar suprimido.

De acordo com José Hamilton, o índice está abaixo do que prevê a legislação municipal. Ele cita o Decreto nº 18.108/2013, que estabelece compensações mais rigorosas. Segundo ele, em casos como o do

Bosque dos Jequitibás, área tombada e ambientalmente sensível, a reposição mínima pode chegar a 25 mudas por árvore, ou até 50 em casos específicos. “A proporção de 1 para 1 está muito abaixo do esperado”, afirma. O Comdema também aponta riscos ambientais associados à supressão em larga escala. O corte de árvores em um fragmento urbano isolado, como o Bosque, pode afetar o equilíbrio ecológico, a fauna e a cobertura vegetal da área.

Em nota, a Prefeitura informou que não há obrigatoriedade de submeter o plano ao Comdema, com base na Lei nº 11.571/2003.

Segundo a administração, por se tratar de área tombada, o processo exige autorização do Condepacc e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, sendo que o primeiro já aprovou o manejo e o segundo ainda analisa o caso.

Pane no controle aéreo impacta 78 voos no Aeroporto Internacional de Viracopos

Paulo Pinto/Agência Brasil

Uma pane no sistema de controle de tráfego aéreo na região de São Paulo provocou atrasos e cancelamentos de voos no Aeroporto Internacional de Viracopos, na manhã desta quinta-feira (9). De acordo com a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, os pousos e decolagens no terminal foram temporariamente interrompidos entre 9h e 10h08, após a paralisação no controle aéreo da chamada TMA-SP (Área de Controle Terminal de São Paulo), localizada na capital paulista.

Até as 15h45, o aeroporto registrou 24 atrasos em voos de chegada e 40 em partidas. Também foram cancelados 6 voos de chegada e 8 de saída, totalizando impacto em 78

operações.

Em nota, a concessionária informou que, assim que foi comunicada sobre o problema, acionou todos os protocolos de contingência para reduzir os efeitos da paralisação. Entre as medidas adotadas estão o reordenamento da malha aérea e o apoio às companhias para reorganização dos embarques.

Segundo a Força Aérea Brasileira, responsável pelo controle do espaço aéreo, a falha ocorreu no Centro de Aproximação de São Paulo, setor que coordena o tráfego aéreo na região. O problema causou a suspensão temporária das autorizações de decolagem em aeroportos paulistas, como medida de segurança operacional.



Falha provocou cancelamento de pousos e decolagens

A FAB informou que as operações já foram normalizadas e que o caso será investigado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), que vai apurar as cau-

sas da instabilidade no sistema.

O episódio também afetou outros terminais, como o Aeroporto de Congonhas e o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, além do Ae-

roporto Campo de Marte. No Rio de Janeiro, o Aeroporto Internacional Tom Jobim chegou a receber voos desviados durante a pane. A Agência Nacional de Aviação Civil e o Ministério de Portos e Aeroportos informaram que monitoram os impactos na malha aérea, incluindo possíveis reflexos ao longo do dia, e trabalham em conjunto com o Decea para garantir a normalização completa das operações. Passageiros que tiveram voos afetados devem procurar as companhias aéreas para remarcação ou reembolso, conforme as regras vigentes da aviação civil.

Com informações da Agência Brasil e da Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos

GRANDE CAMPINAS

Divulgação



Retomada garante 100 jantares diários a R\$ 1

Jantar do Bom Prato é retomado após suspensão

O jantar voltou a ser servido no Bom Prato de Sumaré a partir desta semana, após tratativas entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo. A retomada ocorre depois de uma suspensão temporária no dia 6 e foi autorizada após análise da Diretoria de Combate à Fome (DICO), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS). Agora, a unidade passa a oferecer 100 refeições noturnas por dia, sempre a partir das 17h. A medida amplia o alcance do programa e fortalece as ações de segurança alimentar no município, atendendo principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade. As refeições seguem o padrão do Bom Prato, com cardápio equilibrado e custo simbólico de R\$ 1,00.

Vinhedo investe R\$ 91 milhões

Vinhedo investiu mais de R\$ 91 milhões entre 2022 e 2025 em obras de prevenção e áreas essenciais. Só em ações da Defesa Civil foram R\$ 73 milhões, com foco na contenção de encostas, drenagem e redução de riscos. Intervenções em bairros da cidade garantiram mais segurança e evitaram a remoção de cerca de 22 famílias, fortalecendo a proteção da população. No período, também foram destinados recursos para áreas como Saúde e Educação

Prefeitura de Hortolândia



Espaço Afroempresarial funciona no Shopping Hortolândia

Centro emprega cerca de 200 pessoas

Neste mês, o Centro Afroempresarial de Hortolândia chega ao seu quarto aniversário consolidado como referência em capacitação e assessoria para afroempreendedores do município. O espaço que funciona no Shopping Hortolândia estima que cerca de 200 profissionais atuam em áreas como estética, moda, alimentação e culinária, além de oferecer cursos de gestão, marketing, finanças, mentorias e ações de networking. Para 2026, os planos incluem ampliar o atendimento, expandir a oferta de cursos e abrir espaços para atividades culturais.

Operação apreende toneladas de cobre

Uma operação da Polícia Civil resultou na prisão de dois homens nessa quarta-feira (8). No local foram apreendidas 40 toneladas de cabos descascados. As investigações apontam furtos em Campinas, Sumaré e Hortolândia, com prejuízo de R\$ 3 milhões a uma concessionária de telefonia. Os suspeitos dominavam técnicas para driblar os chips de monitoramento presentes nos postes.

Nova UBS

Monte Mor constrói uma UBS Porte II no Jardim São Sebastião, com investimento de cerca de R\$ 2 milhões do Novo PAC. A unidade terá estrutura moderna, com consultórios, vacinação e atendimento odontológico, ampliando serviços, reduzindo filas e fortalecendo a atenção básica no município.

Americana cidadã

Americana recebe, nos dias 22 e 23 de abril, o Cidadania Itinerante, com serviços gratuitos como emissão de RG, CPF, certidões, acesso a vagas de emprego e orientações. A ação ocorre em dois bairros, com atendimentos das 9h às 17h e das 9h às 16h, facilitando o acesso da população a direitos e serviços públicos.

Farmácia amplia

A reestruturação da Farmácia Central de Jaguariúna aumentou o acesso a medicamentos. Em março de 2026, houve alta de 15,9% nas prescrições atendidas e de 15,95% nas unidades dispensadas, em comparação com 2025. O novo espaço, no Centro de Especialidades Médicas, amplia a capacidade do local.

Manejo de capivaras

Indaiatuba implantará um programa de controle populacional de capivaras, com foco na prevenção da febre maculosa e no equilíbrio ambiental. A ação inclui monitoramento, estudos e manejo reprodutivo dos animais, sem translocção. O município foi dividido em sete áreas estratégicas, com atuação integrada entre Saúde e Meio Ambiente.

Cidade irmã

Nova Odessa oficializou, nesta quinta (9), acordo de cidade-irmã com Agugliano, na Itália. A parceria reforça laços históricos ligados à imigração italiana e prevê cooperação cultural e institucional. O município já mantém acordos com cidades da Ucrânia e Letônia e busca ampliar relações internacionais.

Reforma em ponte

Monte Mor segue com ações emergenciais e estruturais após as fortes chuvas que atingiram o município no verão. Na Fazenda Monte Mor, está um novo acesso de concreto para travessia segura, após rompimento de barragem particular que destruiu ponte. A obra deve ser concluída em até 40 dias.



Novos espaços reforçam acesso à educação infantil pública

Região ganha 230 vagas com novas creches municipais

Investimento será de R\$ 5,5 mi em duas unidades infantis

Da Redação

A ampliação da rede de educação infantil na região ganhou novo impulso nesta quinta-feira (9), com a entrega de duas creches na região de Campinas dentro da agenda da Caravana 3D do Governo do Estado de São Paulo. As unidades foram inauguradas nos municípios de Campinas e Americana, somando investimento de R\$ 5,5 milhões em obras e mobiliário e garantindo a abertura de 230 novas vagas para crianças de zero a cinco anos.

Em Campinas, no Jardim Telesp, foi entregue o Centro de Educação Infantil (CEI) Marina Soares Queiroz, com capacidade para atender até 100 alunos. A obra havia sido iniciada em 2018, mas ficou paralisada em 2022, sendo retomada posteriormente até sua conclusão. Já em Americana, a Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança Angatu passa a atender até 130 crianças, ampliando a oferta de vagas na cidade.

Estrutura

Os dois equipamentos públicos foram planejados para oferecer ambientes adequados ao desenvolvimento infantil. O CEI de Campinas conta com cerca de 30 espaços, entre salas de atividades, berçários, fraldário, refeitório e áreas de convivência.

Em Americana, a unidade também apresenta estrutura am-

pla, com salas pedagógicas, berçários, espaços administrativos e áreas de serviço, além de ambientes voltados à convivência e ao aprendizado. A organização dos espaços busca favorecer tanto o cuidado quanto o desenvolvimento educacional das crianças, seguindo diretrizes atuais da educação infantil.

Impacto

A entrega das novas unidades tem impacto direto na rotina das famílias, especialmente daquelas que dependem do acesso à creche para poder trabalhar. A ampliação de vagas contribui para dar mais segurança aos pais e responsáveis, além de garantir um espaço adequado para o cuidado e aprendizado das crianças desde os primeiros anos de vida.

As inaugurações fazem parte de um conjunto maior de investimentos na região. Entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2026, foram realizadas 918 obras em 79 municípios da região de Campinas, totalizando mais de R\$ 383 milhões. Ao todo, 503 escolas foram contempladas com construções, ampliações ou melhorias estruturais.

No recorte específico da educação infantil, cidades como Cordeirópolis, Jaguariúna, Pedreira, Serra Negra, Tuiuti e Vargem Grande do Sul também receberam novas unidades, somando cerca de 1,2 mil vagas criadas e investimento de R\$ 24,6 milhões.

Programa de assistência social chega esta a novos municípios

SuperAção SP enfrenta a vulnerabilidade social em Itatiba e Vinhedo

Governo SP/Divulgação

A Caravana do Governo do Estado de São Paulo chegou, nesta semana, aos municípios de Itatiba e Vinhedo com a implementação do programa SuperAção SP, iniciativa voltada ao enfrentamento da vulnerabilidade social por meio de ações integradas e acompanhamento direto das famílias. A agenda teve como foco a apresentação das equipes técnicas e o alinhamento das estratégias com os gestores locais.

Durante as reuniões, foram detalhadas as diretrizes do programa, além da definição de fluxos de trabalho e da integração entre profissionais responsáveis pela execução das ações nos territórios. A proposta é garantir maior eficiência na aplicação das políticas públicas e ampliar o alcance dos serviços sociais.



Itatiba recebeu R\$ 1,8 mi e Vinhedo R\$ 1,5 mi; iniciativa atua em dezenas de cidades do estado

Apoio direto

O SuperAção SP atua com base no acompanhamento próximo das famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de visitas domiciliares e da construção de planos personalizados. O objetivo é promover autonomia e romper o ciclo da pobreza, oferecendo acesso a serviços essenciais, capacitação profissional e oportunidades de geração de renda.

Na região de Campinas, o programa já conta com mais de 75 agentes em campo, responsáveis por monitorar e orientar as famílias atendidas. A iniciativa também amplia a presença do

Estado nos territórios, garantindo atendimento contínuo e mais próximo da realidade de cada núcleo familiar.

Em Itatiba, foram repassados mais de R\$ 1 milhão na primeira etapa e R\$ 807,5 mil na segunda. Já Vinhedo recebeu R\$ 750 mil inicialmente e o mesmo valor da segunda fase. Para 2026, está prevista a manutenção dos repasses, para que as ações continuem.

Expansão regional

Além de Itatiba e Vinhedo, o programa avança em diversos municípios da região, incluindo Americana, Indaiatuba, Jaguariúna, Sumaré, Valinhos e Nova

Odessa. A expansão fortalece a rede de atendimento e amplia o impacto das políticas públicas voltadas à inclusão social.

A estrutura do SuperAção SP é organizada em três eixos principais: proteção social, com acesso a serviços básicos; desenvolvimento, com foco em educação e qualificação; e inclusão, voltada à inserção no mercado de trabalho ou incentivo ao empreendedorismo. Cada família atendida recebe um Plano de Desenvolvimento Familiar, que estabelece metas e caminhos personalizados.

O acompanhamento pode durar até dois anos, seguido de um período de monitoramento,

com incentivos financeiros que podem ultrapassar R\$ 10 mil ao longo do processo. A iniciativa também conecta as famílias a serviços que muitas vezes já estão disponíveis, mas não são acessados por falta de informação ou orientação.

Objetivos

Atualmente, o programa está presente em dezenas de municípios paulistas e tem como meta beneficiar até 105 mil famílias até 2027, com investimento superior a R\$ 1,5 bilhão. A proposta consolida uma política pública de longo prazo, baseada em promover transformação social efetiva.

Valinhos supera em 2025 meta de alfabetização

Valinhos registrou crescimento no Indicador Criança Alfabetizada (ICA) 2025, dentro do Compromisso Nacional do Ministério da Educação. O índice passou de 48,21% em 2024 para 62,63% em 2025, superando a meta prevista de 60,28%. O desempenho reflete a retomada da qualidade na rede municipal e os efeitos de ações de incentivo.

O ICA avalia estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental conforme o padrão nacional de alfabetização definido pelo Inep. Com o resultado, Valinhos alcança o nível 3 de alfabetização e teve 87,78% de participação dos alunos na avaliação. Segundo o secretário André Amaral, o avanço é positivo, mas exige continuidade no acompanhamento pedagógico e na formação das equipes escolares.

Ações Pedagógicas

O desempenho é resultado de um conjunto de medidas estruturais. Em 2025, a rede recebeu mais de 230 profissionais, fortalecendo equipes e reduzindo interrupções de aulas. Também foram intensificadas reuniões técnicas com gestores escolares, ampliando o alinhamento pedagógico entre creches, educação infantil e anos iniciais e finais.

Em 2026, todas as turmas do Infantil I e II e do 1º ao 5º ano passaram a contar com quinta aula, ampliando o tempo de aprendizagem. A formação continuada também foi reorganizada, com planejamento anual por trimestre e acompanhamento semanal das atividades docentes.

Incentivo

A rede participa ainda do programa Alfabetiza Juntos SP e de formações como LEEI, voltadas à leitura e escrita desde a educação infantil. A adesão à plataforma Elefante Letrado reforça o incentivo à fluência leitora.

No campo da gestão, o município instituiu um sistema integrado de avaliação e monitoramento. Em março e abril de 2026, foram aplicadas avaliações diagnósticas em Língua Portuguesa e Matemática, fortalecendo o acompanhamento da aprendizagem e orientando intervenções pedagógicas nas escolas.

Nova Fatec de Paulínia é entregue e amplia ensino tecnológico gratuito

Divulgação/Governo de SP

A nova unidade da Faculdade de Tecnologia do Estado (Fatec) em Paulínia foi oficialmente entregue nesta quarta-feira (8). O evento reuniu autoridades estaduais e municipais e reforçou o avanço da oferta de ensino superior tecnológico gratuito no interior paulista.

Nova unidade

“Ampliar o acesso ao ensino tecnológico gratuito é essencial para levar oportunidade aos jovens e formar profissionais preparados para o mercado de trabalho. Com essa nova unidade, reforçamos esse compromisso de oferecer uma formação sólida e qualificação profissional que impulsionam as comunidades onde estão inseridos”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.



Unidade oferece 35 vagas e integra rede com 45 mil alunos

A implantação da unidade ocorreu por meio de parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Paulínia. O Estado destinou R\$ 440 mil para a compra de mobiliário e equipamentos, enquanto o município ficou

responsável pelas obras de adaptação do prédio.

Em funcionamento desde fevereiro, a Fatec Paulínia passa a integrar a rede do Centro Paula Souza (CPS) como a 16ª unidade de ensino superior tecnológico

na região de Campinas, que também conta com 35 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs). Ao todo, são mais de 45 mil alunos matriculados no primeiro semestre de 2026, sendo 32.718 nas Etecs e 12.495 nas Fatecs.

A unidade oferece o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com 35 vagas disponibilizadas no primeiro processo seletivo, sendo parte pelo Provão Paulista e parte pelo vestibular. A procura foi significativa, com média de 13 candidatas por vaga.

A estrutura conta com salas de aula, espaços de estudo, biblioteca e áreas administrativas, garantindo suporte adequado às atividades acadêmicas. A criação de novas unidades e investimentos que ultrapassam R\$ 70 milhões investidos pelo governo.

CORREIO DAS REGIÕES

Íris Zanetti/Divulgação



Selecionados ainda poderão concorrer a prêmios

Osesp oferece bolsas para o 56º Festival de Inverno

As inscrições para o módulo pedagógico do 56º Festival de Inverno de Campos do Jordão abrem em 20 de abril, estendendo-se até 25 de maio pelo site oficial. Realizado pela Secretaria da Cultura e Fundação Osesp, o programa oferece bolsas de estudo entre R\$ 5.000 e R\$ 6.825 para músicos brasileiros e estrangeiros. Os selecionados atuarão em orquestra e ópera, concorrendo ainda ao prestigioso Prêmio Eleazar de Carvalho, que concede bolsa internacional de US\$ 1.400 mensais. Os resultados serão divulgados em etapas entre maio e junho. O evento reafirma seu papel na formação de talentos e no desenvolvimento econômico regional, fortalecendo a música clássica com o retorno da Academia de Ópera.

Piracicaba recebe War Race 2026

Piracicaba recebe, nos dias 11 e 12, o War Race 2026. O evento de downhill, que integra o calendário da Federação Paulista de Skate e tem apoio da Prefeitura, reunirá cerca de 70 atletas de várias regiões do Estado. Os competidores descerão ladeiras em skates e patins inline, atingindo velocidades de até 80 km/h. O desafio técnico e a alta velocidade prometem agitar o cenário esportivo da cidade no final de semana.

Divulgação/Prefeitura de Sorocaba



Iniciativa busca promover saúde e qualidade de vida

Workshop de plantas medicinais

Estão abertas as inscrições para o I Workshop de Plantas Medicinais, Aromáticas e Fitoterápicos, que ocorre de 27 a 29 de maio no Jardim Botânico de Sorocaba. O evento gratuito oferece palestras e oficinas focadas no uso sustentável e terapêutico dessas espécies. Interessados em expor na Mostra de Experiências Exitosas devem se inscrever até 4 de maio. Já para as palestras e oficinas, o prazo vai até 15 de maio pelos links oficiais. A iniciativa integra saberes tradicionais e científicos para promover saúde e qualidade de vida.

Projeto promove ciência para meninas

Até 21 de abril, estão abertas as inscrições para o projeto "Pronta pra ser Cientista", da USP Ribeirão Preto. Voltada a meninas do Ensino Fundamental, a iniciativa oferece imersão prática em áreas como genética e botânica durante os sábados de maio. Serão sorteada 30 vagas entre alunas de escolas públicas, privadas e candidatas PPI (pretas, pardas e indígenas).

Treinamentos

A Defesa Civil realizou em Bebedouro, nos dias 7 e 8, um treinamento de combate a incêndios em vegetação. A ação reuniu representantes de 19 cidades da região de Barretos para fortalecer a atuação integrada entre o Estado e as prefeituras diante do período de seca que se aproxima em São Paulo.

Treinamentos II

Pela primeira vez, produtores rurais assentados participaram da capacitação técnica. O objetivo é criar multiplicadores em áreas vulneráveis, preparando-os para respostas rápidas e disseminação de boas práticas. A iniciativa reforça que a gestão de riscos é uma responsabilidade de toda a sociedade.

Treinamentos III

O treinamento incluiu aulas teóricas e práticas sobre o uso de equipamentos e estratégias operacionais. A atividade faz parte da Operação SP Sem Fogo, programa permanente do Governo Estadual focado na proteção ambiental, redução de danos e no fortalecimento da cultura de prevenção em todo o território.

Decoração de Páscoa

Campos do Jordão estendeu a decoração de Páscoa até o feriado de Tiradentes. O destaque é um ovo gigante de 20 metros com túnel perfumado, que atraiu 180 mil pessoas na Semana Santa. Com ocupação hoteleira de 76%, a cidade espera agora 600 mil visitantes, consolidando a estratégia de atrair turistas em datas comemorativas.

Dia D da gripe

Piracicaba realiza novo Dia D de vacinação contra a gripe neste sábado (11/04), das 8h às 16h, em postos fixos e volantes. O foco são grupos prioritários, como idosos e crianças. A meta é imunizar 90% do público-alvo até 30/05. Até o dia 06/04, 12.475 pessoas já haviam sido vacinadas na cidade.

Festa do Milho

Nos dias 11 e 12 de abril, o Distrito de Água Vermelha, em São Carlos, promove a 21ª edição da Festa do Milho, evento gratuito que se consolidou como uma das mais tradicionais celebrações culturais da região. A festa reúne gastronomia típica, artesanato e shows, atraindo visitantes e movimentando a economia local.



Ainda não há confirmação formal sobre seus próximos passos

Deputada é cotada para vice de Flávio Bolsonaro

Parlamentar migra para o PP e se alinha com a base conservadora

Da Redação

A deputada federal Simone Marquetto, representante da região de Sorocaba na Câmara dos Deputados, passou a ser mencionada como um nome em potencial para compor a chapa de Flávio Bolsonaro (PL) na condição de vice-presenciável. Recentemente, a parlamentar oficializou sua saída do MDB para ingressar no Progressistas (PP) e manteve uma agenda com o senador na última terça-feira (7).

Em suas redes, Marquetto registrou: "Conversamos sobre políticas públicas que fortalecem a família, a fé e geram oportunidades para o nosso povo. Com união, propósito e Deus no centro, seguimos avançando com responsabilidade e esperança."

Trajatória

Antes da mudança partidária, Simone ocupou o cargo de prefeita em Itapetininga. No âmbito do MDB de São Paulo, seu nome chegou a ser ventilado como uma alternativa feminina para a disputa presidencial de 2026. A repercussão dessas movimentações políticas causou surpresa em setores do eleitorado, visto que a deputada havia declarado publicamente, em ocasiões anteriores, a intenção de encerrar sua trajetória em cargos eletivos e retirar-se

da vida pública ao término do mandato atual.

Simone Marquetto possui formação na área de comunicação, tendo atuado como apresentadora de televisão e assessora de imprensa antes da carreira política. Foi eleita prefeita em 2016 e obteve a reeleição em 2020, renunciando posteriormente para concorrer a uma vaga federal em 2022. Embora não fosse uma figura de consenso absoluto dentro de sua antiga legenda, o MDB, sua projeção serviu como um termômetro para medir a aceitação de nomes conservadores em negociações partidárias amplas.

Possibilidade

Apesar de as articulações sugerirem sua participação em uma chapa majoritária, ainda não há uma confirmação formal da deputada sobre seus próximos passos eleitorais. A possibilidade de uma candidatura a vice-presidência ou a continuidade no Legislativo contrasta com as afirmações feitas por ela no final de 2025, quando declarou que não seria mais candidata a cargos.

Segundo informações, a movimentação atual indica uma reavaliação de sua estratégia política e uma integração definitiva ao núcleo de apoio da família Bolsonaro, visando as eleições futuras e a consolidação de sua liderança no interior paulista.

Estado investe em novo hospital e hemodiálise em Bragança Paulista

Com 5 andares, nova unidade de alta complexidade será construída em duas fases

Divulgação/Governo de SP

O Governo de SP oficializou investimentos estruturantes para a saúde na Região Bragantina, com foco na construção de uma nova unidade hospitalar e na ampliação de serviços essenciais. As ações integram a Caravana 3D, iniciativa estadual que busca promover desenvolvimento, dignidade e diálogo por meio da descentralização de políticas públicas e do fortalecimento da articulação entre o Estado e os municípios paulistas.

Expansão hospitalar

O Hospital Santa Clara será construído em uma área de 7.331 m², composta por pavimento térreo e mais cinco andares. A execução das obras ocorrerá em duas fases, sendo que a etapa inicial tem previsão de entrega para o final de 2026.

A unidade foi planejada para absorver demandas de alta complexidade, oferecendo serviços em clínica médica, pediátrica, obstétrica e cirúrgica. O complexo contará com uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, centro de diagnóstico por imagem, serviço de ressonância magnética e um novo pronto-socorro para agilizar o fluxo de urgências.

A implantação desta estrutura visa ampliar a capacidade assistencial local, facilitando o acesso da população a atendimentos especializados que antes dependiam de maior deslocamento. O impacto socioeconômico do projeto inclui



Empreendimento de saúde terá capacidade para oferecer 150 leitos de internação

a previsão de 400 novas contratações diretas, abrangendo equipes multiprofissionais, corpo clínico e setores de apoio e administrativo. No âmbito educacional, o hospital servirá como campo de prática, permitindo a expansão de vagas para residência médica e estágios profissionais.

Terapia renal

Paralelamente à construção da nova unidade, o Hospital Universitário São Francisco na Providência de Deus (HUSF) receberá melhorias significativas em seu

serviço de nefrologia. Única instituição da região a oferecer hemodiálise pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o HUSF passará por uma ampliação financiada com R\$ 2,56 milhões em obras estruturais. Esse investimento permitirá elevar a capacidade instalada de 30 para 50 poltronas de atendimento, visando a redução do tempo de espera e o aumento da eficiência operacional do tratamento.

Além das obras físicas, foi firmado um convênio adicional de R\$ 3,25 milhões destinado à aquisição de mobiliários e equipa-

mentos de ponta para a unidade de diálise. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, esses aportes são fundamentais para garantir dignidade aos pacientes que necessitam de tratamento contínuo, fortalecendo a rede de cuidados para doenças renais crônicas em um ponto de referência que atende cerca de 500 mil habitantes.

O Hospital Universitário São Francisco consolida-se como a principal referência para média e alta complexidade na Região Bragantina. A sustentabilidade financeira da unidade é auxiliada pela

Tabela SUS Paulista, uma estratégia da gestão estadual que complementa os repasses do governo federal para mitigar a defasagem nos valores dos procedimentos. Entre os anos de 2024 e 2025, o volume total de recursos destinados ao hospital ultrapassou a marca de R\$ 78 milhões.

Como hospital de ensino, a instituição desempenha papel central na formação de especialistas. Atualmente, mantém programas de residência em 19 áreas, incluindo Anestesiologia, Cardiologia, Neurocirurgia, Cancerologia, Psiquiatria e Medicina Intensiva. A integração entre o atendimento assistencial e a formação acadêmica é um dos pilares para a manutenção da qualidade técnica dos serviços oferecidos à comunidade regional.

Caravana 3D

As entregas em Bragança Paulista refletem a metodologia da Caravana 3D, que já percorreu regiões como Sorocaba, Araçatuba e Marília. O objetivo do programa é realizar anúncios baseados nas necessidades específicas de cada localidade, integrando áreas como infraestrutura, segurança e habitação. Segundo as informações, ao priorizar a retaguarda hospitalar e a hemodiálise, a gestão estadual busca responder a demandas históricas da região, garantindo maior segurança assistencial e fortalecendo a rede pública de saúde no interior paulista.

Vereador quer CPI sobre as finanças da São Roque Prev

Câmara de São Roque

Desde novembro de 2025 o Vereador Marquinho Arruda solicita o apoio dos parlamentares para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O objetivo é apurar possíveis irregularidades em aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) São Roque Prev em letras financeiras do Banco Master S/A.

Marquinho Arruda ressalta que o Legislativo deve exercer sua competência fiscalizadora diante da gravidade dos fatos. “Conforme dados da própria Autarquia, os investimentos somam R\$ 93 milhões, cerca de 18,5% do patrimônio total do regime previdenciário municipal. É um percentual elevado, concentrado em um único emissor e próximo ao limite legal permitido”, explica o vereador.

A CPI busca averiguação



Objetivo de Marquinho é averiguar possíveis irregularidades

técnica, transparência e proteção do patrimônio público. Arruda destaca que o caso ganhou repercussão nacional por envolver um instituto ligado a um Ministro do STF no arcabouço das movimentações. “O Prefeito Guto Issa está em um labirinto

catastrófico que envolve até o consórcio CIOESTE, o qual ele presidiu. Deixo o alerta aos colegas: assinem a CPI o quanto antes. É a última porta de saída antes de um colapso administrativo e financeiro para a nossa cidade”, conclui.

SP libera estruturas náuticas no interior

O Governo de São Paulo autorizou a implantação de seis novas estruturas náuticas de uso público na região de São José dos Campos. Os convênios fazem parte do Programa de Turismo Náutico, da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado (Setur-SP), e preveem um investimento de aproximadamente R\$ 2 milhões.

Os recursos serão destinados aos municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista, Natividade da Serra, Paraibuna, São José dos Campos e Taubaté. A assinatura ocorreu em Campos do Jordão, durante a Caravana 3D.

Potencial

A iniciativa visa transformar as cidades beneficiadas em polos de desenvolvimento econômico e social. Com a instalação dos equipamentos, espera-se estimular a geração de empregos, atrair

novos negócios e ampliar a visibilidade turística dessas regiões. São Paulo já possui um cenário geográfico privilegiado, contando com 880 quilômetros de costa marítima, 4.200 quilômetros de rios navegáveis e mais de 50 lagos e represas, o que justifica o fomento ao setor em larga escala para aproveitar esse potencial.

Funcionalidade

As novas estruturas, popularmente chamadas de píeres flutuantes, são projetadas para flutuar sobre a água e acompanhar a variação do nível dos rios, garantindo estabilidade constante. Esses equipamentos são fundamentais para facilitar o embarque e desembarque, proporcionando maior segurança, acessibilidade e conforto tanto para os moradores locais quanto para os turistas que utilizam embarcações.

CORREIO PAULISTA

Autoridade Portuária de Santos



Embarcação trouxe o combustível de terminal na Bahia

Navio com gasolina recebe prioridade no Porto de Santos

A Autoridade Portuária de Santos (APS) autorizou a atracação prioritária do navio MH Buiki, de bandeira panamenha, transportando 17.974 toneladas de gasolina, cerca de 600 caminhões-tanque. Segundo a APS, a medida visa reduzir o risco de desabastecimento no Estado de São Paulo, conforme avaliação da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O navio trouxe o combustível do Terminal Marítimo de Madre de Deus, na Bahia, e iniciou a descarga no Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa (Tegla) após chegar ao porto em 30 de março. A operação beneficia diretamente os consumidores ao garantir oferta nos postos. Em nota, o presidente da APS, Anderson Pomini, destacou que a prioridade foi concedida a pedido de uma distribuidora.

Desabastecimento e monitoramento

A Diretoria de Operações (Diope) analisa outros pedidos semelhantes para manter equilíbrio entre embarcações. O parecer da ANP apontou risco real de desabastecimento no estado devido à instabilidade global causada pelos conflitos no Oriente Médio, especialmente pelo estreito de Ormuz. A APS acompanha os efeitos no Brasil e espera que o cessar-fogo firmado em 7 de abril seja mantido.

Bruna Sampaio / Alesp



Discursos ocorrem de segunda a sexta-feira na Assembleia

Alesp discute bullying e renda básica

A 41ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa de São Paulo ocorreu na tarde de quinta-feira (09) com parlamentares tratando de temas de interesse público. Foram debatidos o enfrentamento ao bullying e a agressão nas escolas, além da valorização dos policiais penais, reajuste salarial, futuro do emprego e possibilidade de renda básica. Participaram do expediente os deputados Solange Freitas (União), Rui Alves (Republicanos), Gil Diniz Bolsonaro (PL), Reis e Eduardo Suplicy (PT). Os discursos ocorrem de segunda a sexta no Pequeno e Grande Expediente.

Conselho do Instituto Simonsen é criado

A Fiesp realizou em 7 de abril a instalação do Conselho Superior do Instituto Roberto Simonsen (IRS), voltado a estudos de temas nacionais e desenvolvimento econômico. Liderado por Milton Bogus e com Paulo Skaf, reuniu especialistas que debateram mercado de trabalho, reformas sindicais e educação técnica, além de propostas para modernizar relações laborais e reformular o FGTS.

Furto em corrida

Motorista de aplicativo, de 36 anos, usou cartão de passageiro, de 21 anos, após ele esquecer carteira em corrida em Santos (SP). Segundo a Polícia Civil, houve compras por aproximação. Ela devolveu o objeto sem dinheiro e depois transferiu R\$ 500. Caso é investigado como furto pela delegacia.

Fundesa-PEC

A partir de maio, São Paulo terá o Fundesa-PEC, fundo para agilizar ações contra febre aftosa. A medida garante resposta rápida, indenização ao produtor e manutenção do status sanitário sem vacinação, essencial para exportações e acesso a mercados como Japão e Coreia do Sul. Fundo reduz impactos econômicos no setor.

Abril Marrom

A Assembleia Legislativa de SP abriu o Abril Marrom, campanha de prevenção à cegueira e baixa visão. Em parceria com a ONG Renovatio, a ação reforça a importância de exames e tratamento precoce. Parlamentares destacaram impactos na educação, trabalho e autonomia, e causas como catarata, glaucoma e DMRI.

Polícia Penal

A Comissão de Segurança Pública da Alesp recebeu o secretário Marcello Streifinger para prestação de contas. Parlamentares cobraram valorização da polícia penal, com déficit de 30% no efetivo e ausência de reajuste salarial. Streifinger citou avanços na carreira, qualificação e planos de progressão, mas disse que recomposição inflacionária não há previsão.

Proteção animal

A Comissão de Transportes da Alesp analisou 42 projetos e aprovou propostas sobre segurança. Entre elas, medidas para proteção de animais em rodovias e prevenção de acidentes em trens e metrô. Textos seguem para análise no plenário. Também houve debate sobre propaganda em transportes públicos no estado.

Nome aprovado

A Comissão de Infraestrutura da Alesp aprovou Adriano Arrepia de Queiroz para diretor da SP-Águas até 2031. Indicado pelo governo, ele foi sabatinado e teve aval unânime. O projeto segue ao plenário. Engenheiro tem mais de 20 anos de experiência e atuou na Cetesb e no Ibama. Mandato depende de votação final dos deputados.



Projeto permanece aberto a contribuições até o dia 24 de abril

Audiências discutem concessão do Ibirapuera

Proposta prevê modernização, preservação e acesso gratuito

Da Redação

O Governo do Estado de São Paulo realiza, nos dias 13 e 14 de abril de 2026, duas audiências públicas para apresentar e debater a proposta de concessão de uso do Complexo do Ibirapuera e da Vila Olímpica Mário Covas. A iniciativa é conduzida pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e integra o processo de participação social previsto na elaboração do projeto.

De acordo com o governo estadual, a proposta prevê a manutenção da gratuidade para a prática esportiva, com foco no fortalecimento das atividades já desenvolvidas nos espaços. O objetivo é promover a requalificação e a reativação dos equipamentos públicos, considerados estratégicos para o esporte e o lazer na capital paulista.

A audiência presencial está marcada para a segunda-feira, 13 de abril, às 11h, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), na cidade de São Paulo. Já a audiência virtual ocorrerá no dia seguinte, terça-feira, 14 de abril, também às 11h. Interessados em se manifestar oralmente no encontro remoto devem realizar inscrição prévia até as 17h do dia 13 de abril.

Segundo informações oficiais, o modelo de concessão

proposto contempla a preservação do patrimônio existente, além da modernização da infraestrutura e da ampliação do uso pela população. A inclusão da Vila Olímpica no projeto busca ampliar o alcance social das ações, integrando atividades esportivas e culturais em uma mesma política pública.

O plano abrange uma área superior a 260 mil metros quadrados, com previsão de melhorias em manutenção, segurança e sustentabilidade. Também está prevista a implantação de programas de iniciação esportiva, especialmente voltados ao público atendido pela Vila Olímpica.

Consulta pública e participação social

O projeto encontra-se em consulta pública desde 23 de março e permanece aberto a contribuições até 24 de abril de 2026. Durante esse período, cidadãos, especialistas e instituições podem encaminhar sugestões para o aprimoramento da proposta. Documentos e informações estão disponíveis em plataforma digital do governo estadual.

As audiências públicas representam uma etapa formal de escuta da sociedade, com o objetivo de reunir contribuições que possam subsidiar eventuais ajustes antes da definição final do modelo de concessão.

Saúde anuncia R\$ 1,9 milhões para Unidades Odontológicas Móveis

As UOMs integram os investimentos do Governo Federal no estado de São Paulo

Durante a cerimônia de abertura do 39º Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (COSEMS/SP), um dos principais encontros da gestão municipal do SUS, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou, na noite de quarta-feira (8/4), em Santos (SP), um investimento superior a R\$ 1,9 milhão para a aquisição de oito Unidades Odontológicas Móveis (UOMs) destinadas a municípios de São Paulo, visando o fortalecimento da atenção primária à saúde. Os recursos compõem o Novo PAC Saúde.

Ele também lançou a Caderneta Brasileira da Pessoa Idosa, iniciativa alinhada ao tema do evento, “O SUS e o EnvelheSer: estratégia para uma longevidade digna e com equidade”.

“Não existe SUS sem os municípios. O Governo do Brasil e o Ministério da Saúde apostam fortemente nessa parceria. Já são mais de 100 mil equipes de Atenção Primária e de Saúde da Família em todo o país, o que só é possível graças ao repasse de recursos do Ministério e à contratação realizada pelos municípios”, afirmou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O congresso reúne secretários municipais de saúde, gestores e representantes do setor e conta, ainda, com a 22ª Mostra de Experiências Exitosas dos Municípios e o 15º Prêmio David Capistrano.



Divulgação Governo Federal

O congresso reúne secretários municipais de saúde, gestores e representantes do setor

A população brasileira tem cerca de 30 milhões de pessoas idosas, sendo que 70% delas dependem exclusivamente do SUS. A Caderneta foi desenvolvida para orientar esse público e para familiares, cuidadores e profissionais de saúde, abordando práticas de autocuidado, com linguagem acessível e temas como prevenção da violência, seguridade social e saúde mental. O material também reúne informações e apresenta ações do Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (PADI), voltado ao cuidado de

pessoas em situação de vulnerabilidade, nessa etapa da vida.

Como parte do fortalecimento da atenção primária, as UOMs integram os investimentos do Novo PAC Saúde, que já destinou mais de R\$ 12,2 milhões para a região de Santos, contemplando 48 combos para Unidades Básicas de Saúde e 16 ambulâncias do SAMU 192 para ampliação e renovação da frota.

O ministro ressaltou também a importância do acesso à saúde bucal. “Essas unidades serão direcionadas a populações rurais

mais distantes, áreas quilombolas e outras comunidades em situação de vulnerabilidade, levando o atendimento odontológico até as pessoas. Uma novidade é que, a partir de abril, ampliamos a oferta de próteses dentárias. O que antes levava mais de um mês agora poderá ser concluído em duas ou três consultas”, explicou.

No âmbito do Programa Agora Tem Especialistas, o município também recebeu a Carreta da Saúde da Mulher. A iniciativa já realizou mais de 800 atendimentos e 1.700 procedimentos na

cidade. Em todo o estado de São Paulo, as carretas ultrapassam 6 mil pessoas atendidas e mais de 12 mil procedimentos realizados.

PAC em São Paulo

Além do investimento anunciado para a saúde, outras frentes do Novo PAC ampliam o alcance das ações no estado de São Paulo. No total, o programa prevê mais de R\$ 211 bilhões em investimentos, distribuídos em milhares de empreendimentos que abrangem desde habitação até mobilidade urbana e infraestrutura social.

Na área habitacional, o destaque é o programa Minha Casa, Minha Vida, que concentra uma parte significativa dos recursos, com centenas de milhares de moradias contratadas em todo o estado. Já em educação, os investimentos somam cerca de R\$ 2 bilhões, com foco na ampliação de vagas, construção de novas unidades e fortalecimento do ensino técnico e profissionalizante.

O PAC também contempla obras de infraestrutura urbana e mobilidade, incluindo a modernização de rodovias e a expansão do sistema metroferroviário, além de projetos voltados ao abastecimento de água, saneamento e inclusão digital. Essas iniciativas têm como objetivo melhorar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico.

Aplicação da Prova Paulista começa na terça-feira (14)

A aplicação da Prova Paulista do 1º bimestre de 2026 começa na próxima terça-feira (14) em toda a rede estadual de São Paulo. A principal mudança é o retorno do formato impresso para os componentes curriculares do 4º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. As provas serão realizadas em dois dias, com respostas registradas em folha e posteriormente digitalizadas pelas equipes escolares.

A medida integra a estratégia da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) para otimizar a aplicação da avaliação, que segue alinhada ao Currículo Paulista. Já na plataforma Sala do Futuro, o formato digital permanece para os itinerários formativos, ensino técnico e expansão do Ensino Médio noturno.

Desde 2023, a Prova Paulista



Divulgação/Governo de SP

A prova será aplicada com base no Currículo Paulista

é utilizada como ferramenta de acompanhamento da aprendizagem ao longo dos bimestres, com ampliação para anos iniciais e itinerários do Ensino Médio. As avaliações são compostas por questões de múltipla escolha (quatro alternativas no Funda-

mental e cinco no Médio) com número de itens que varia conforme a etapa, chegando a até 105 questões na 3ª série noturna. O tempo máximo é de 2h30, com acessibilidade para estudantes da Educação Especial, incluindo recursos durante a prova prova.

SP lança curso gratuito “Entendendo o TEA”

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SE-DPCD), em parceria com a Univesp, está com inscrições abertas para o curso online gratuito “Entendendo o TEA”. Os interessados podem se inscrever até 17 de abril.

A formação, oferecida pelo programa Escola da Inclusão, é no formato EAD assíncrono, tem carga horária de 20 horas e garante certificado. O conteúdo é voltado a familiares, educadores e ao público em geral, com foco na compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA), práticas inclusivas e direitos das pessoas autistas.

O curso é dividido em quatro módulos: o que é TEA, identificação e compreensão do transtorno, direitos legais e estratégias de intervenção. As aulas serão liberadas a partir de

22 de abril.

A iniciativa busca ampliar o conhecimento da população e contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Segundo o secretário Marcos da Costa, a informação qualificada é essencial para transformar direitos em mudanças reais, reduzindo barreiras e promovendo ambientes mais acessíveis.

O Governo de São Paulo também tem ampliado políticas públicas para pessoas com TEA, como salas sensoriais, apoio a estudantes e sessões de cinema adaptadas, reforçando a inclusão no estado.

As ações integram um conjunto de iniciativas voltadas à inclusão e ao fortalecimento de políticas públicas, ampliando o acesso à informação e promovendo maior conscientização sobre o TEA em diferentes espaços da sociedade.

Paulo Pinto/Agência Brasil

Professores da rede estadual ampliam pressão por valorização

Categoria realiza paralisações, cobra por reajuste, cumprimento do piso e melhores condições

Professores da rede estadual de São Paulo intensificaram a mobilização por valorização profissional, com uma série de reivindicações que colocam em pauta desde a recomposição salarial até mudanças estruturais na carreira docente. A mobilização incluiu paralisações na quinta e na sexta-feira, ampliando a pressão da categoria sobre o governo estadual.

Entre as principais demandas está o cumprimento do piso nacional do magistério com impacto em toda a carreira, além da reposição de perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos. Segundo entidades representativas, embora o piso seja aplicado na base, ele não se reflete de forma proporcional nas demais faixas salariais, o que compromete a progressão e desestimula a permanência na rede.

Os profissionais também cobram melhores condições de trabalho nas escolas, incluindo redução da sobrecarga, amplia-

ção do quadro de funcionários e revisão de políticas educacionais adotadas pela rede. Entre as críticas estão mudanças recentes em programas pedagógicos, no modelo de avaliação e na organização curricular, apontadas como fatores que aumentam a pressão sobre o trabalho docente.

Outro ponto central é a defesa de maior diálogo com o governo. A categoria reivindica a reabertura de negociações e a construção de soluções conjuntas para temas considerados históricos, como a valorização da carreira e a garantia de condições adequadas de ensino. Para os professores, a falta de avanços nas negociações tem contribuído para o aumento da insatisfação.

Parte dessas discussões também tem repercussão na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), onde parlamentares acompanham as demandas da categoria e cobram posicionamentos do Executivo. Projetos e



Eles pedem melhores condições de trabalho nas escolas, incluindo redução da sobrecarga

debates relacionados à educação, incluindo propostas de valorização profissional e financiamento da rede, têm sido tema recorrente entre deputados estaduais, ampliando a visibilidade do tema no campo político.

De acordo com os organizadores, a adesão ao movimento reflete um cenário de insatisfação crescente entre os profissionais da educação, que apontam desafios recorrentes como salas superlotadas, falta de recursos pedagógicos, infraestrutura desigual entre unidades e aumento das demandas burocráticas.

A reivindicação por valorização não é recente e vem sendo discutida há anos pela categoria. Entidades apontam que, apesar de avanços pontuais, ainda há um descompasso entre as exigências da função docente e as condições oferecidas aos profissionais, o que impacta diretamente a qualidade do ensino.

Apesar da paralisação, a orien-

tação é que as reivindicações tenham continuidade para além dos atos pontuais, com o objetivo de manter o debate sobre a valorização do magistério em evidência e pressionar por respostas concretas ao longo do ano letivo.

Movimento nacional

A mobilização de professores não é exclusiva de São Paulo e se insere em um contexto mais amplo de insatisfação na educação pública em diferentes regiões do país. Nesta mesma semana, profissionais da rede pública do Rio de Janeiro também realizaram paralisação, com pautas semelhantes.

Assim como em São Paulo, os educadores fluminenses cobram reajuste salarial, cumprimento do piso nacional e melhores condições de trabalho. Entre as reivindicações específicas, estão ainda o pagamento de valores atrasados e a recomposição de perdas acumuladas ao longo dos últimos anos.

Embora não haja uma coordenação nacional unificada, a coincidência de mobilizações e a convergência das pautas indicam um cenário de pressão crescente sobre governos estaduais. Especialistas apontam que a valorização docente segue como um dos principais desafios estruturais da educação pública no país.

Nesse contexto, as paralisações funcionam como instrumento de visibilidade para demandas históricas da categoria, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de políticas públicas mais consistentes voltadas à carreira docente, à formação continuada e à melhoria das condições de ensino.

Nesse cenário, a expectativa da categoria é que o avanço das mobilizações leve à abertura de negociações efetivas com o governo estadual, com propostas concretas que atendam às demandas históricas e contribuam para a valorização dos profissionais.

Pagamento por aproximação chega a todas as estações da CPTM a partir de 19 de abril

Governo de São Paulo/Divulgação

Todos os bloqueios das 97 estações do sistema ferroviário passarão a contar com o pagamento por aproximação a partir do dia 19 de abril. Assim, as 2,5 milhões de pessoas que utilizam os trens metropolitanos diariamente poderão passar a catraca utilizando somente o cartão de crédito ou débito. A CPTM antecipa o que estava planejado para o fim do ano para o primeiro semestre do ano.

Já implementado nas estações do Metrô de São Paulo, o pagamento via NFC moderniza o sistema ferroviário paulista e garante mais rapidez e conforto aos passageiros. O presidente da CPTM, Michael Cerqueira, destaca que o avanço tecnológico é um compromisso direto com a qualidade do serviço prestado à

população. Segundo o executivo, a CPTM trabalha para que a jornada de quem viaja seja cada vez mais ágil e integrada.

“A entrega da universalização do pagamento por aproximação com meses de antecedência reforça nosso foco em inovação e eficiência. Nosso objetivo é facilitar a vida do passageiro, permitindo que ele escolha a forma mais conveniente de acessar o sistema, reduzindo filas e garantindo uma experiência de embarque fluida em toda a nossa malha”, afirma Cerqueira.

A implementação total ocorre após ciclos bem-sucedidos de expansão iniciados em pontos de alto fluxo, como as estações Aeroporto-Guarulhos, Brás e Palmeiras-Barra Funda. Ao longo do mês de março, o sistema avançou



A nova tecnologia estará em todas as estações da CPTM

de forma escalonada para polos de grande integração, incluindo as estações Francisco Morato, Mauá e Guaianases.

A decisão de expandir a funcionalidade para toda a malha de-

monstra o empenho da empresa em proporcionar ao passageiro a melhor experiência possível. Isso possibilita que os passageiros paguem a tarifa diretamente nos bloqueios, utilizando cartões de

débito e crédito físicos ou aparelhos móveis, como telefones celulares e relógios inteligentes.

O sistema é compatível com as principais bandeiras do mercado, como Elo, Mastercard e Visa, e garante a interoperabilidade e a robustez necessária para processar o elevado volume de transações diárias com segurança.

Para assegurar uma transição tranquila, a CPTM e as concessionárias reforçarão os avisos sonoros em todas as linhas, orientando o público sobre a nova facilidade. A companhia permanece como gestora central do sistema de bilhetagem em toda a rede, assegurando a padronização do atendimento e o suporte técnico aos passageiros, inclusive nos trechos operados pela iniciativa privada.

CORREIO PAULISTANO

Richard Lourenço / REDE CÂMARA SP



A iniciativa foi do vereador Eliseu Gabriel (PSB).

Câmara torna Luciana Quintão Cidadã Paulistana em evento

A Câmara Municipal de São Paulo concedeu na noite desta quarta-feira (8/4) o Título de Cidadã Paulistana à fundadora e presidente da ONG (Organização Não Governamental) Branco de Alimentos, Luciana Chinaglia Quintão. A iniciativa foi do vereador Eliseu Gabriel (PSB). O parlamentar afirmou que o Legislativo paulistano precisa homenagear pessoas de boa-fé, que respeitam e tenham compaixão e solidariedade ao próximo. "São valores que nós precisamos mostrar o tempo todo e a Luciana é justamente isso. Eu só procuro homenagear pessoas que vão dar exemplo aos outros e a Luciana é fantástica, tem um trabalho importante com o Banco de Alimentos, que ajuda milhões de pessoas que passam fome."

Começa o festival É Tudo Verdade

O festival É Tudo Verdade começou nesta quarta-feira (9) em São Paulo, com sessões gratuitas até o dia 19 de abril. A 31ª edição reúne 75 documentários de 25 países, exibidos em quatro salas da cidade. A abertura teve um filme sobre os últimos anos de David Bowie. Reconhecido pela Academia do Oscar desde 2018, o evento garante vaga na premiação aos vencedores das mostras competitivas. A programação inclui conferência internacional e debates.

Renato Pinheiro/PrefSP



Entrega foi no Vale do Anhangabaú, centro de SP

SPTrans passa a ter frota elétrica

A Prefeitura de SP entregou 92 veículos elétricos à SPTrans para uso em atividades operacionais e administrativas do sistema de transporte da capital. Ao todo, 128 novos veículos foram apresentados em cerimônia realizada nesta quinta-feira (9), no Vale do Anhangabaú. De acordo com dados divulgados durante o evento, cada veículo elétrico pode deixar de consumir, em média, 4,6 mil litros de etanol por ano, além de reduzir a emissão de cerca de 7 toneladas de dióxido de carbono. A cidade conta com mais de 1,2 mil ônibus elétricos em operação.

São Paulo recebe Security Talks

O Security Talks acontece em 28 de abril, no Amcham Business Center, na cidade de São Paulo, reunindo executivos de grandes empresas para debater segurança, inovação e gestão de riscos. Promovido pela Avantia, o evento terá abertura do CEO Silvio Aragão e palestra de Eduardo Gouveia, além de painéis sobre liderança, tecnologia e desafios do cenário conectado.

Teatro e cinema I

A Prefeitura de São Paulo está oferecendo formação gratuita nas áreas de teatro e cinema em diversos espaços da capital paulista, como EMiAs, Casas de Cultura e CEUs. As inscrições devem ser realizadas apenas presencialmente na unidade em que o curso será realizado para pessoas acima de 14 anos.

Teatro e cinema II

Uma das opções oferecidas pela Prefeitura é o curso de expressão com câmera, interpretação, criação de projetos, direção e encenação, exploração sonora, improvisação e produção. Esse curso é realizado na Escola Municipal de Iniciação Artística do Jabaquara (EMIA), todos os sábados das 9h às 12h.

Rádio Indígena I

O projeto da Rádio do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) Jaraguá, Imprensa Kunumingué, foi o grande vencedor do Troféu Bem-Te-Vi, do Prêmio Ecocine ABPEducom Jovem Educomunicador. O anúncio foi feito pelo professor Ismar de Oliveira Soares. O projeto foi criado em 2019.

Rádio Indígena II

O foco é a comunicação indígena, promovendo o fortalecimento das vozes das juventudes do Jaraguá por meio da rádio e da produção de conteúdos audiovisuais e digitais. A iniciativa se desenvolve a partir de encontros formativos, vivências coletivas, construção de pautas e produção de podcasts, videocasts e registros audiovisuais.

Camisas falsas I

A Polícia Civil de São Paulo apreendeu 2,7 mil camisas falsificadas da Seleção Brasileira e de clubes durante operação realizada nesta quarta-feira (8) na capital e em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo. A ação foi conduzida por equipes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic).

Camisas falsas II

Autoridades apuram o aumento da produção e venda de produtos piratas com a chegada da Copa do Mundo, prevista para junho. Seis comerciantes foram detidos em flagrante por infração à Lei Geral do Esporte. As equipes identificaram seis pontos de venda: na Lapa, Grajaú, Brás e Vila Galvão, em Guarulhos.



CEI Dom Claudio Hummes, na Zona Oeste, inaugurada em 2023

São Paulo assume Rede de Cidades Educadoras

Capital passa a coordenar articulação nacional de cidades

Da Redação

A cidade de São Paulo foi escolhida, nesta semana, para assumir a coordenação da Rede Brasileira de Cidades Educadoras (Rebrace). A decisão ocorreu de forma consensual entre os municípios participantes, que incluem, entre outras, cidades como Passo Fundo, Curitiba e, também, Porto Alegre.

Administrações municipais

A rede reúne administrações municipais interessadas em promover políticas públicas voltadas à educação em diferentes espaços urbanos, não apenas nas escolas, mas também em equipamentos culturais e sociais, sem esquecer, inclusive, dos espaços comunitários.

O modelo de atuação da Rebrace é baseado na troca de experiências entre cidades, com o objetivo de identificar soluções para desafios comuns. Esse tipo de articulação busca fortalecer iniciativas locais por meio da cooperação entre gestores públicos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e, também, limitações de recursos.

Na América Latina, onde problemas urbanos e educacionais apresentam características semelhantes em diversas cidades, redes colaborativas têm sido utilizadas como instru-

mento para ampliar o alcance de políticas públicas e incentivar estratégias mais integradas.

Agendas e intercâmbios

Com a nova função, São Paulo passa a ser responsável por organizar agendas, facilitar o intercâmbio de práticas entre os municípios e contribuir para a definição de diretrizes conjuntas dentro da rede. A proposta da nova coordenação inclui ampliar a participação das cidades integrantes e dar continuidade às discussões sobre educação em sentido amplo.

Candidatura de SP

A candidatura da capital paulista foi apresentada por representantes da área educacional do município e recebeu apoio dos demais integrantes da rede durante o encontro.

Também participaram da reunião representantes da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), organização que atua na articulação global dessas iniciativas.

Durante o encontro, foi destacada a importância da cooperação entre todas as cidades como forma de enfrentar desafios contemporâneos relacionados à educação e ao desenvolvimento urbano. A coordenação deve ser exercida ao longo do próximo ciclo de gestão da rede, com reuniões periódicas.

Semana do vinho estreia com mais de 200 atividades na cidade

Evento reúne bares, produtores e público em ações por várias regiões da capital

Reprodução/FreePik

A cidade de São Paulo recebe, entre os dias 10 e 21 de abril, a primeira edição da Semana Paulistana do Vinho. A programação prevê mais de 200 atividades distribuídas por diferentes regiões da capital paulista, envolvendo produtores, bares especializados e restaurantes que trabalham com a bebida.

Objetivo da iniciativa

A iniciativa tem o objetivo de conectar diferentes agentes do setor de gastronomia e bebidas e ampliar o acesso do público a experiências relacionadas ao vinho, incluindo degustações, cursos, encontros com especialistas e apresentações culturais. As atividades serão realizadas em diversos formatos e locais, com participação de estabelecimentos privados e espaços abertos ao público.

Apesar de não figurar entre os principais polos produtores do país, São Paulo concentra uma parcela significativa do consumo nacional de vinhos. Estimativas do setor indicam que a capital responde por cerca de 30% desse mercado no Brasil, além de movimentar valores relevantes ligados ao enoturismo e à cadeia gastronômica.

A cidade também reúne um grande número de bares e restaurantes que oferecem rótulos considerados premium, o que contribui para a consolidação do



Proposta é estimular a circulação de público e fortalecer a rede de negócios do setor

segmento no ambiente urbano.

Abertura oficial

A abertura oficial está prevista para os dias 11 e 12 de abril, durante o festival Wine & Jazz Sessions, que será realizado no Parque Villa-Lobos.

O evento terá entrada gratuita e programação voltada a diferentes públicos, com apresentações musicais e atividades relacionadas ao universo do vinho.

Ao longo dos dias seguintes, a agenda inclui ações temáticas organizadas em diferentes for-

matos. Entre elas, estão encontros com sommeliers, palestras e cursos voltados tanto para iniciantes quanto para profissionais do setor. Também estão previstas atividades culturais, como apresentações musicais e experiências que buscam integrar o consumo de vinho a outros elementos da vida urbana.

Proposta do evento

A proposta do evento é estimular a circulação de público por diferentes regiões da cidade e fortalecer a rede de negócios

ligada à gastronomia e às bebidas. Além disso, a iniciativa pretende ampliar o contato do consumidor com produtores e especialistas, criando oportunidades de troca de conhecimento e divulgação de marcas.

A programação completa deve ser disponibilizada em canais oficiais do evento. As atividades serão realizadas em datas e locais variados, exigindo consulta prévia por parte dos interessados para verificar horários, disponibilidade e eventuais necessidades de inscrição.

Mercado de vinhos

O mercado de vinhos no Brasil tem apresentado crescimento nos últimos anos, mesmo diante de um cenário internacional de retração. Dados da Organização Internacional da Vinha e do Vinho apontam que o consumo no país avançou 11,6% entre 2022 e 2023, enquanto o volume global registrou queda no mesmo período, segundo levantamento repercutido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes.

Apesar da expansão, o consumo médio ainda é considerado baixo em comparação a outros mercados. Informações divulgadas pela própria Associação Brasileira de Bares e Restaurantes indicam que o brasileiro consome cerca de 2,7 litros de vinho por pessoa ao ano, número inferior ao registrado em países tradicionais no consumo da bebida.

O crescimento do setor está associado a mudanças no comportamento do consumidor. O vinho passou a fazer parte de ocasiões mais cotidianas, deixando de ser restrito a momentos específicos, tendência que ganhou força após a pandemia.

Na SP, esse movimento se reflete na concentração de consumo e na forte presença do setor gastronômico. A capital é considerada um dos principais mercados do país, reunindo grande parte da demanda e funcionando como polo de distribuição.

Pane aérea suspende voos em Congonhas e Guarulhos

Rovena Rosa/Agência Brasil

Pousos e decolagens no Aeroporto de Congonhas, na zona sul de SP, foram suspensos na manhã desta quinta-feira (9) após uma falha no sistema de controle do tráfego aéreo que afetou a região metropolitana. A interrupção teve início pouco antes das 9h e durou cerca de uma hora, período em que as operações ficaram totalmente paralisadas.

O problema também atingiu o Aeroporto Internacional de SP, em Guarulhos, que registrou restrições temporárias em suas atividades. A pane foi associada a uma instabilidade no centro responsável pela coordenação do espaço aéreo da capital.

Com a suspensão, voos que estavam em rota para a cidade precisaram ser redirecionados para outros aeroportos, incluindo terminais em diferentes estados. Aeronaves prontas para decolagem permaneceram no solo à espera de liberação, o que provocou atrasos em cadeia.



Companhias orientam clientes a consultarem status dos voos

Passageiros relataram dificuldades durante a interrupção, com grande espera dentro de aviões e falta de informações sobre a retomada das operações. Em alguns casos, houve desconforto devido à falta de climatização nas aeronaves paradas.

A normalização das atividades

ocorreu ainda durante a manhã, após a retomada do sistema de controle aéreo. As concessionárias que administram os aeroportos orientaram viajantes a verificarem a situação dos voos diretamente com as companhias aéreas. As causas da falha estão sendo analisadas.

Lula participa de inauguração no InCor

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa, nesta sexta-feira (10), da inauguração do Centro de Ensino, Simulação e Inovação (CESIN), instalado no Instituto do Coração (InCor), do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na capital paulista.

Novo centro

O novo centro que será inaugurado foi estruturado para ampliar a formação de profissionais da área da saúde por meio de atividades práticas e uso de tecnologias. O complexo ocupa uma área de 3.800 metros quadrados distribuídos em cinco andares.

Entre os recursos disponíveis estão oito salas de simulação que reproduzem ambientes hospitalares, como unidades de emergência, tera-

pia intensiva e centros cirúrgicos. O espaço também conta com estúdio de realidade virtual imersiva, biobanco, área voltada à inovação e infraestrutura de apoio, incluindo auditório e salas de ensino.

Proposta para formar profissionais

A proposta é integrar ensino, pesquisa e prática clínica em um mesmo ambiente, permitindo o treinamento em situações próximas à realidade e o desenvolvimento de novas soluções na área médica.

Inauguração

A cerimônia oficial de inauguração está prevista para a manhã desta sexta-feira (10), nas dependências do Instituto do Coração, localizado na região do bairro de Cerqueira César, em São Paulo.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Diadema



Representantes dos municípios durante a reunião

Pacto Regional Antirracismo é assinado na região do ABC

O Grande ABC oficializou a assinatura do Pacto Regional Antirracismo, em uma cerimônia realizada na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. O evento reuniu sete cidades da região com o compromisso de enfrentar o racismo e promover a igualdade racial através de políticas públicas. Participaram da cerimônia o prefeito de São Bernardo do Campo, Marcelo Lima, e os vice-prefeitos de Santo André, de Mauá, de São Caetano do Sul, e de Rio Grande da Serra. A assinatura do documento foi feita de forma regionalizada. O evento contou ainda com a participação de alguns promotores do Ministério Público do Estado de São Paulo e do coordenador regional de Promoção da Igualdade Racial do Consórcio ABC.

Diretrizes para a atuação

O pacto define diretrizes para a atuação dos municípios em diferentes frentes, como a criação e o fortalecimento de conselhos municipais de promoção da igualdade racial, a implantação de alguns fundos específicos, a estruturação e organização de órgãos focados neste tema e a criação de planos municipais que devem contar com a participação de toda a sociedade civil, ampliando o envolvimento da população nas políticas públicas.

Divulgação/Prefeitura de Barueri



Ação acontece em diversas escolas da cidade

Vacinação em Barueri

Barueri inicia o programa Vacinação nas Escolas, promovido pelo Ministério da Saúde, que vai até 31 de maio de 2026. A ação busca unir saúde com educação para ampliar a cobertura vacinal e protege as crianças e adolescentes contra as doenças imunopreveníveis. A ação tem uma organização integrada e fortalece o vínculo entre as escolas, unidades de saúde e famílias. Durante o período, a escola se torna um espaço de orientação, cuidado e conscientização. Os alunos menores de 15 anos terão suas cadernetas avaliadas e atualizadas.

Atenção as datas

A iniciativa tenta recuperar doses em atraso e manter o usuário protegido. Além disso, assuntos ligados à vacinação são ensinados em sala de aula, o que amplia o conhecimento sobre a importância da imunização. A vacinação acontece em datas específicas, durante reuniões escolares, em unidades polos em regiões estratégicas da cidade, com atendimento das 8h às 12h.

Guarulhos I

Um professor de 26 anos foi preso em flagrante por importunação sexual contra uma funcionária de uma escola em Guarulhos. Os policiais militares atenderam a ocorrência e perceberam, no local, que a violação havia acontecido dentro da escola. O homem confessou o crime e foi preso imediatamente.

Guarulhos II

A vítima trabalha na escola, sendo responsável pela organização da unidade. A Secretaria da Educação do Estado informou que o crime aconteceu quando não havia alunos no local. A funcionária recebeu apoio da escola e a unidade ajuda nas investigações. O criminoso teve seu vínculo encerrado.

Cotia I

A Prefeitura de Cotia, com a Secretaria de Habitação, iniciou o chamamento público para que novos representantes do Conselho da Cidade sejam escolhidos. Este processo integra a recomposição do colegiado. As inscrições vão até dia 18 e são feitas pelo site da Prefeitura ou pela Secretaria de Habitação.

Cotia II

Podem ser eleitos um representante, que concorrerá para somente um segmento, de cada organização legalmente constituída e com atuação comprovada em Cotia. A eleição acontecerá presencialmente, no dia 22 de abril às 9h30, na sede da Secretaria de Habitação. Os eleitos terão um mandato de dois anos e não receberão remuneração.

Poá I

A Secretaria de Saúde de Poá iniciou a instalação de poltronas de amamentação em unidades de saúde do município. O objetivo é oferecer mais conforto, privacidade e acolhimento para as mães e seus bebês. Esta iniciativa foi iniciada no Centro de Saúde da Mulher e vai se expandir para os outros serviços.

Poá II

As poltronas possuem um design ergonômico, reduzindo tensões musculares e facilitando o posicionamento do bebê, além disso, o equipamento conta com laterais elevadas para criar um espaço mais reservado e aconchegante. A proposta é garantir mais segurança e tranquilidade durante a amamentação.



Produtos higienizados, processados e embalados na merenda

Mogi estuda para melhorar qualidade das merendas

Integrantes do Comitê Técnico e Conselho Gestor se reuniram

Da Redação

A Prefeitura de Mogi das Cruzes, junto à Secretaria de Agricultura e Segurança Alimentar, iniciou ações para implantar o Programa de Desenvolvimento Alimentar Sustentável (PDAS), que integra estudos para que produtos higienizados, processados e embalados sejam fornecidos na merenda escolar. Integrantes do Conselho Gestor, do Comitê Técnico, da Coordenadoria de Comunicação Social e de outras instituições parceiras realizaram a primeira reunião de 2026. O encontro marcou o começo de um trabalho técnico, baseado em três pilares: Alimentação Saudável, Sustentável e Segura.

Essa proposta tem como objetivo elevar a merenda escolar com alimentos já higienizados e embalados, garantindo mais qualidade nutricional, redução de desperdícios e maior controle sanitário. “Mogi das Cruzes já esteve entre as cinco cidades do país com a melhor merenda. Agora, com esse projeto inédito, vai ser ainda melhor”, destacou o secretário municipal de Agricultura e Segurança Alimentar, Renato Abdo.

A reunião também definiu um cronograma dos estudos, com conclusão prevista para outubro. O plano prevê três meses de análise nas unidades escolares, com avaliação dos processos de manipulação e preparo dos ali-

mentos. Após essa etapa, serão realizadas seis semanas de análise técnica pela Fatec, focadas no modo operacional e nos critérios de segurança alimentar.

Além disso, o encontro estabeleceu a realização de visitas técnicas por representantes da Ibrahort, CNVEG e da Secretaria de Agricultura e Segurança Alimentar, que poderão servir como modelo para o estudo. Uma lista de produtos que passarão por análise deve ser criada, priorizando itens estratégicos da alimentação escolar. “Será uma nova era para a merenda, porque, com os produtos higienizados e embalados, será possível garantir alimentos mais nutritivos, [...] promovendo mais qualidade de vida para nossos alunos”, afirmou Renato Abdo.

Manoel Oliveira, diretor executivo do Ibrahort, afirmou que a iniciativa promove impacto positivo na produção e no consumo consciente. “Esse modelo fortalece uma alimentação mais sustentável, com melhor aproveitamento dos alimentos e organização da cadeia, ao mesmo tempo em que assegura qualidade e rastreabilidade.”

Paulo Schincariol, presidente da CNVEG e idealizador do programa, comentou que o PDAS reúne eficiência, segurança alimentar e sustentabilidade, sendo uma solução moderna que beneficia tanto o produtor quanto o aluno das redes municipais

Segurança, saúde e educação foram as pautas em Santo André

Parlamentares discutiram sobre o que pode ser melhorado na cidade

Durante as Sessões Ordinárias na Câmara Municipal de Santo André, muitos debates sobre segurança pública, saúde, educação, mobilidade urbana e infraestrutura aconteceram, além da aprovação de projetos de lei. A sessão da tarde teve a visita de alunos do SESI.

Área da Segurança

O vereador Tiago Nogueira (PT) fez uma denúncia sobre a falta de segurança na Escola Sandra Maria Cristina, no Jardim Alzira Franco. Ele diz que a unidade sofreu quatro invasões e furtos de veículos. O parlamentar solicitou reforço na segurança, no mínimo durante o período noturno.

William Lago (PL) solicitou que ações sejam feitas diante de situações de ocupação irregular em imóveis na Vila Santa Teresa. Lucas Zacarias (PL) denunciou uma invasão em uma obra abandonada na Avenida dos Andradas e cobrou uma fiscalização da empresa responsável pelo terreno.

Edilson Santos (PRD) realizou um pedido de fiscalização contra casos de perturbação do sossego na Rua Tom Jobim.

Área da Saúde

Renatinho Santiago (AVANTE) pediu que a cidade realize um convênio ou parceria com a Fundação ABD (FUABC), para que um ambulatório especializado no aten-



Divulgação/Câmara Municipal de Santo André

Projetos de Lei também foram aprovados durante as Sessões desta semana

dimento de endometriose e adenomiose seja implantado na Faculdade de Medicina ABC.

Dr. Marcos Pinchiari (MDB) reforçou que existe uma demanda por próteses dentárias na cidade. Além disso, ele sugeriu que uma tecnologia de escaneamento 3D seja adotada, para melhorar a precisão e a agilidade na produção desses equipamentos na rede municipal.

O Dr. Marcelo Chehade (PSDB) pediu que uma manutenção seja feita no painel eletrônico de atendimento da

UBS na Rua dos Apeninos, que, de acordo com o parlamentar, possui falhas durante o funcionamento. Ele também propôs um Projeto de Lei que pretende criar o Programa Farmácia Veterinária Solidária na cidade.

Área da Educação

Uma reforma na EMEIF Professor José Lazzarini Júnior foi solicitada pelo vereador Ricardo Alvarez (PSOL), indicando que a unidade possui problemas estruturais.

Clóvis Girardi (PT) fez

questionamentos sobre as divergências entre os números de atendimentos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os dados apresentados anteriormente em resposta oficial a requerimento de informações.

Mobilidade urbana

Wagner Lima (PT) apresentou um pedido de capinação na Avenida Nestor de Barros e um reforço na sinalização da Avenida Nova Zelândia.

Denis Gambá (SOLIDARIEDADE) informou sobre

um deslizamento de terra na Estrada do Pedroso, uma situação que gera riscos de acidente na região. Ele também pediu que radares sejam instalados no Viaduto Santos Dumont.

Bahia do Lava Rápido (PSDB) pediu para que a Prefeitura conceda aos agentes de trânsito o vale-refeição. O parlamentar também criticou os serviços prestados pela SABESP no bairro Clube de Campo.

Projetos de Lei aprovados

Durante a Ordem do Dia, os vereadores aprovaram uma série de projetos. Entre eles, o PL do Executivo 2/2026, que institui o Dia do Conseguiano Andreense; o PL do Executivo 3/2026, que prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação; o PL 211/2025, que cria o mês Abril Azul, voltado à conscientização sobre o autismo; o PL 344/2025, que define procedimentos para aprovação de desdobro de lotes urbanos com edificações consolidadas; e o PL 84/2026, que altera dispositivos relacionados ao quadro de pessoal e à estrutura administrativa da Câmara Municipal.

A sessão da tarde também contou com a presença de alunos do SESI, que visitaram a Câmara Municipal e acompanharam parte dos debates no plenário, conhecendo de perto o funcionamento do Poder Legislativo.

Aneel quer encerrar o caso Enel no primeiro semestre

Na quinta-feira (9), Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel, disse que quer finalizar, de maneira rápida, o processo que leva ao fim o contrato com a distribuidora Enel na cidade de São Paulo, alegando que essa decisão não é política, mas sim técnica. Ele espera que este caso seja concluído no primeiro semestre deste ano.

Desde terça-feira (7), a distribuidora possui 30 dias para apresentar sua defesa em relação ao processo, que foi reaberto nesta mesma data. Após a defesa, a diretora Agnes Costa pode preparar seu relatório do caso.

O Ministério de Minas e Energia, do governo federal, é quem pode tomar a decisão final. Alexandre Silveira, o ministro da pasta, comentou sobre uma possível "solução negociada" na quarta-feira (8).

Feitosa destacou que a deci-



Reprodução

A Enel possui 30 dias para apresentar sua defesa

são da Aneel é técnica. A decisão final é do poder concedente, o governo federal, neste setor representado pelo Ministério de Minas e Energia. Na quarta-feira (8), o ministro da pasta, Alexandre Silveira, chegou a falar em "solução negociada".

Segundo Sandoval Feitosa, uma possível solução negociada deste caso é que ocorra a transferência de controle para outra companhia, porém nenhum contato com a Aneel aconteceu buscando esse objetivo. A Enel tenta suspender o processo.

SancaGov inicia cadastros na cidade

A Prefeitura de São Caetano do Sul iniciou o cadastro dos moradores na ferramenta SancaGov, que precisa ser feito pelo site da Prefeitura. O usuário deve clicar no banner do programa, informar o número do CPF ou realizar o reconhecimento facial.

O serviço de cadastro será feito gradualmente, por grupos. Esta primeira etapa é destinada somente para beneficiários dos programas sociais da Secretaria de Assistência e Inclusão Social (Seais), como o Auxílio Alimentação, Pró-Leite, Mercado São Caetano, Vale Gás e Mães Acolhedoras.

A segunda fase terá o cadastramento aberto para frequentadores dos Centros Integrados de Saúde e Educação (CISEs) da terceira idade. Durante a terceira etapa, os estudantes da rede municipal poderão fazer

o cadastro e, na última etapa, todos os moradores da cidade poderão realizar o processo.

Essa organização ajuda a garantir um processo mais seguro e sem sobrecarga no sistema.

O SancaGov é uma ferramenta que organiza, integra e qualifica os dados da população, ajudando na melhoria do planejamento e na eficiência dos serviços públicos.

Também servirá de base para programas como o Tarifa Zero. As mudanças começam a funcionar após o fim do cadastramento geral.

"O SancaGov integra a estratégia de modernização administrativa, com foco na utilização de dados para planejamento, tomada de decisão e melhoria contínua dos serviços públicos, ampliando a eficiência no atendimento à população", diz o prefeito.

Cientistas propõem IA como um assistente de pesquisa

Programa desenvolveria planos, checaria literatura e redigiria artigo

Francisco Villaescusa-Navarro, pesquisador científico do Instituto Flatiron, em Nova York (EUA), diz que poderia passar o resto da vida analisando dados para suas pesquisas científicas voltadas principalmente ao campo da astrofísica teórica. Ele poderia até ter a ajuda de estudantes e outros pesquisadores, mas provavelmente seria insuficiente. A quantidade de dados pode ser tão grande em determinados temas que ainda assim seria difícil examinar todas as informações contidas em banco de dados.

“Com os avanços recentes em IAs e grandes modelos de linguagem, pensei se poderíamos obter ajuda de máquinas para gerar ideias ou fazer análises de dados”, afirma Villaescusa-Navarro. Essa inquietação foi um importante ponto de partida para o desenvolvimento do Denario, um modelo de IA elaborado para funcionar como um assistente de pesquisa científica.

O projeto começou em abril de 2025 e uma primeira versão do Denario foi divulgada em novembro de 2025 em um artigo preprint, quando não há revisão por outros cientistas antes da publicação. Para usar o Denario, a primeira etapa é fornecer dados e um texto que explique a tarefa para o sistema.

A IA processa as informações a partir de vários módulos, cada um deles especializados em tarefas comuns em pesquisas científicas. Dentro desses módulos, existem o que os desenvolvedores do Denario chamam de agentes. Eles são os responsáveis por desenvolver as tarefas a partir dos dados e da demanda fornecidos na etapa anterior. Por último, o Denario gera os resultados, podendo ser fornecidas múltiplas soluções.

Essa estrutura faz com que o Denario consiga auxiliar cientistas em diferentes etapas de uma única pesquisa. Gerar ideias, verificar a literatura sobre um tema, desenvolver planos de pesquisa, ou até mesmo redigir artigos científicos são mencionados pelos pesquisadores responsáveis pelo projeto.

Além disso, o modelo baseado em agentes diferencia o Denario de outras IAs, como o ChatGPT.

Pablo Villanueva-Domingo, cientista da área de aprendizado de máquinas na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) e um dos responsáveis pelo Denario, diz que o projeto partiu de modelos de aprendizado genérico utilizados em outras IAs. No entanto, o foco dado aos agentes adaptados e especializados em determinadas tarefas representa uma vantagem do Denario em comparação a outros modelos já conhecidos.

“Para a geração de ideias, criamos uma instrução muito deta-

lhada e diferentes conjuntos de agentes que conversam entre si. Um deles, por exemplo, tenta refinar as ideias. Chamamos isso de ‘criador de ideias’ ou ‘refinador’. A interação entre esses agentes, como em uma conversa, é o que

aprimora as ideias e filtra as que não são tão boas, até que se chegue a um consenso. Por isso, temos uma máquina altamente personalizada que visa resolver uma tarefa específica. Esse é o ponto principal do Denario”, afirma Vil-

lanueva-Domingo.

Os desenvolvedores da ferramenta defendem que ela pode colaborar significativamente para o avanço científico. Boris Bolliet, professor assistente no mestrado em ciência intensiva em dados

na Universidade de Cambridge (Reino Unido) e um dos envolvidos no projeto, afirma que a adoção de IAs em pesquisas pode ser vista como o início de uma revolução científica. O pesquisador mostra-se reticente a algumas críticas comuns a IAs.

“Não estamos tentando substituir ou acabar com o emprego de ninguém. Trata-se de ampliar as capacidades da pesquisa humana com uma nova tecnologia”, afirma Bolliet.

Aplicações

O Denario pode ser adotado em diferentes áreas científicas. No preprint, os autores mencionam campos como biologia, física, matemática, medicina, ciências materiais, dentre outras. Pesquisadores das humanidades e ciências sociais também podem utilizar o Denario, embora não seja o enfoque no momento atual, afirma Villaescusa-Navarro.

Um caso específico de utilização do Denario foi a partir de uma colaboração entre os desenvolvedores do sistema com Urbano França, instrutor na Faculdade de Medicina da Universidade Harvard e pesquisador associado do Hospital Infantil de Boston. Em julho de 2025, França começou uma conversa com a equipe do Denario para avaliar as clínicas que realizam fertilização in vitro dos Estados Unidos.

Embora exista um banco de dados consolidado com informações do setor, não havia muitas conclusões sobre o desempenho dessas clínicas ao longo do tempo. Por exemplo, se elas pioraram ou melhoraram nos últimos anos. Nessa questão em específico, Denario observou que havia uma variação constante no desempenho das clínicas de fertilização.

França diz acreditar que essa conclusão da IA é interessante por jogar à luz a uma questão ainda não observada a fundo. “Às vezes, esse tipo de resultado pode esclarecer uma pergunta que você nem tinha pensado [...] para chegar a novas direções de pesquisa.”

O caso também ilustra a ideia de que o uso de IA ainda demanda uma supervisão humana constante. França explica que a conclusão do Denario com base nos dados fornecidos ainda precisa ser averiguada para observar se estão realmente corretas e pertinentes.

Villaescusa-Navarro concorda que o fator humano ainda é crucial na equação. “Minha preocupação é que, se deixássemos a IA fazer tudo sozinha, ela pode gerar resultados não muito bons. Então, ainda acho que os humanos desempenharão um papel muito importante. Essas tecnologias apenas facilitarão nossas vidas, mas as pessoas estarão no controle.”

Por Samuel Fernandes (Folhapress)



Desenvolvedores da ferramenta defendem que ela pode colaborar para o avanço científico



Adobe Stock

Fernando Molica

As festas de arromba-república

Daniel Vorcaro era um grande promotor de festas: fazia a alegria de moças importadas de outros estados e países, de políticos de diferentes tendências, de ministros de tribunais superiores, de sites jornalísticos, de advogados com relações de parentesco com o poder.

Era uma espécie de promotor de eventos bancados por todos nós, barrados nos grandiosos bailes, terrestres e aéreos, promovidos pelo então dono do Banco Master. Um sujeito que sabia como e quando gastar seus aparentemente infundáveis recursos. Distribuía os vales-night de acordo com os desejos e ambições de cada um, organizava tudo direitinho para que todo mundo ficasse saciado.

Cada caso é um caso, caberá à polícia e ao Ministério Público apurarem — de forma ampla, geral e irrestrita — eventuais desvios, segundas intenções e excessos em pagamentos milionários efetuados pelo Master. Seria irresponsável e injusto atribuir culpas antecipadas, mas o conjunto de evidências impressiona. Vale, por exemplo, verificar se advogados que ralavam no dia a dia do banco — e trabalho nunca lhes faltou — recebiam quantias como as repassadas para colegas próximos do poder.

A amplitude do caso, os valores dos honorários e patrocínios, a luxuosa brejuice dos eventos no exterior, as incontáveis caronas em jatinhos e as tais festas de arromba nos casarões de Vorcaro são foram possíveis graças a uma convivência-geral da república. É impressionante que os beneficiários das benesses do Master aceitassem participar das tais, digamos, algazarras.

Ninguém é inocente para ignorar que o exercício de qualquer poder atrai carinhos, ofertas e propostas indevidos. Empresários também sabem

que é possível acenar com agrados para conquistar a boa vontade de quem, em tese, deveria apenas zelar pelo bem comum, no Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas o uso constante e quase sempre impune do cachimbo da roubalheira entornou não apenas bocas, mas também uma certa consciência nacional, transformou em infinita a tolerância com práticas incorretas.

A escalada de safadezas — em todos os sentidos — só foi possível graças a uma histórica tolerância brasileira com esse tipo de jogada, algo que vem das capitâncias hereditárias, passou pelo Império, contaminou a República, inclusive, e principalmente, durante a ditadura. Quem duvida deveria ler as reportagens de 1976 do jornal O Estado de S.Paulo sobre as mordomias e o livro “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”, de Pedro Henrique Pedreira Campos.

Como observado pelo colega William França, aqui do Correio, o golpe do Master no BRB — Banco de Brasília, uma instituição pública — ultrapassa os R\$ 30 bilhões. O lançamento da atual missão Artemis II custou o equivalente a R\$ 22 bilhões. A grana desviada do contribuinte brasileiro seria suficiente, portanto, para mandar muita gente para o espaço.

Por aqui, não é comum jogar esse povo pro alto: a Lava Jato, apesar de ter apontado muitas trajetórias criminosas, botou tudo a perder ao se transformar em plataforma de consolidação e lançamento de carreiras políticas, acabou explodindo como foguetes na Base de Alcântara. Já passou da hora de revisar os projetos e cálculos, de retirar da órbita institucional brasileira essa gente que tanto sabota os voos do país.

Tales Faria

Alcolumbre já aceita Messias

No último dia 1º, o presidente Lula enviou ao Senado a mensagem presidencial de indicação do seu chefe de Advocacia-Geral da União para ministro do Supremo Tribunal Federal. Esta coluna veio, então, intitulada “Lula já vê Messias com votos para o STF e encara Alcolumbre”. Trouxe a seguinte informação:

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou à conclusão de que o advogado-geral da União, Jorge Messias, já tem votos suficientes para sua indicação como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ser aprovada pelo Senado.”

Afinal, Lula concluiu que chegou a hora de colocar um ponto final na queda de braço com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), em torno da vaga aberta com o pedido de aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso, em outubro do ano passado.

Não havia mais motivos para a insatisfação que levou Alcolumbre a trabalhar contra Messias. O presidente do Senado queria seu colega Rodrigo Pacheco (então no PSD de Minas Gerais) no STF. Achou que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), trabalhara contra Pacheco para fazer com que Messias, seu antigo assessor, fosse o ministro.

Mas não era bem assim. Lula queria Pacheco como candidato a governador de Minas Gerais. É fundamental para a campanha à reeleição do presidente um palanque forte no estado que elegeu todos os presidentes desde a redemocratização do país.

Para isso Lula, precisava, antes, convencer Rodrigo Pacheco. Mas isto só ocorreu agora, quando o senador aceitou trocar o PSD pelo PSB, já que seu partido adotou Mateus Simões como candidato da sigla ao Palácio da Liberdade. Pacheco preferia uma vaga certa no STF em vez de concorrer

a uma vaga ainda incerta de governador. Mas Lula insistiu. Só não podia dizer publicamente que deixava de indicar o preferido de Alcolumbre para o STF porque o queria como candidato. Provocaria a recusa pública do senador.

Agora que o problema com Pacheco está resolvido e Alcolumbre não tem mais motivo para reclamar, as portas se abrem para a aprovação de Jorge Messias ao STF. Com uma vantagem: os quatro meses com que Alcolumbre protelou a sabatina serviram de tempo para Messias cabalar votos dos senadores. Ele já falou com praticamente todos. Só não revela o nome daqueles (poucos) que resistem.

Messias fez nesse tempo, com o presidente da República e os líderes governistas, um levantamento caso a caso dos votos que detém. Já contaram mais de 50 entre os 81 senadores. Bastam 41 para ter seu nome aprovado. Avaliam que podem chegar a 60.

Até o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, teve que ser chamado a atenção por senadores de seu partido ao revelar que dá como favas contadas a aprovação de Messias. Em entrevista ao portal Metrôpoles, no último dia 1º, ele afirmou:

“Não dou nem palpite no Senado. Nosso pessoal é contra. Mas não adianta ser contra porque eles têm maioria. Eles têm maioria no Senado. Têm maioria. Aprova. Pode escrever. Aprova.”

Nesta quinta-feira, 9, Alcolumbre enviou, enfim a indicação de Messias para a Comissão de Constituição e Justiça. O presidente do Senado marcou no mesmo dia entrevista coletiva de imprensa de Werverton Rocha (PDT-MA), indicado por ele como relator do processo de aprovação de Messias, que anunciou o dia 29 como data da sabatina. O relator já avisou que seu parecer será favorável.

Vinícius Lummertz*

Democracia sem liberdade de caminhar nas ruas

Há uma pergunta simples que revela muito sobre o Brasil real: podemos caminhar livremente nas nossas cidades? Caminhar livremente não é um conceito abstrato, mas uma experiência concreta e cotidiana: sair a pé no início da noite, portar um celular ou um relógio, circular sem medo. Trata-se, na prática, do exercício pleno do direito constitucional de ir e vir. No Brasil de hoje, a resposta é vexatória: não podemos, ao menos nas grandes cidades.

A Constituição de 1988 assegura esse direito, mas, entre o texto e a realidade, abriu-se um abismo persistente. O brasileiro pode sair de casa, mas precisa calcular trajetos, esconder objetos, adaptar comportamentos. Caminha com cautela, mas não com liberdade. O direito formal permanece, mas o direito real “não é bem assim”. E o mais grave é que essa perda foi sendo naturalizada, como se fosse um imposto a mais, inevitável, de viver em uma sociedade desigual.

Essa contradição não é exclusiva do Brasil, mas aqui assume contornos mais agudos. Em países como os Estados Unidos ou em boa parte da Europa, apesar da criminalidade, a circulação a pé em áreas urbanas continua sendo preservada como um bem público essencial. A própria ideia de liberdade nesses países pressupõe um nível mínimo de segurança cotidiana. Sem isso, a liberdade deixa de ser concreta e se reduz a uma abstração jurídica.

No Brasil, ao contrário, assistimos à erosão gradual desse direito, acompanhada de sua racionalização. Parte do debate público, influenciado por leituras como as da filósofa Marilena Chauí, tende a enquadrar a violência urbana como consequência das desigualdades estruturais. Há elementos verdadeiros nessa leitura, mas seu uso recorrente produz um efeito colateral perigoso: a acomodação. Ao transformar a violência em explicação permanente, reduz-se a urgência de enfrentá-la como realidade concreta, cotidiana e inaceitável.

Quando um cidadão é assaltado, não se trata de uma abstração sociológica, mas de um ato direto de violência. E, cada vez mais, esses episódios estão inseridos em cadeias organizadas, com receptação, logística e lucro. O furto de um celular deixou de ser um evento isolado e passou a integrar um mercado criminoso sofisticado, frequentemente muito mais estruturado do que as próprias vítimas.

Nesse ponto, o economista Amartya Sen oferece uma chave essencial: desenvolvimento é a expansão das liberdades reais. E poucas são tão básicas quanto a possibilidade de caminhar sem medo. Quando essa liberdade elementar é restrin-

gida, todas as demais passam a ser limitadas. Ou seja, caminhar em público é também um direito civil.

Ao contrário, o Brasil parece ter firmado um pacto silencioso, no qual a segurança deixa de ser direito universal e passa a funcionar como privilégio. Multiplicam-se soluções privadas para um problema público: condomínios fechados, carros blindados, vigilância particular. Quem pode se protege; quem não pode, se adapta. A desigualdade deixa de ser apenas renda e passa a ser também acesso à liberdade controlada.

Essa realidade já influencia o comportamento dos brasileiros. Durante décadas, milhões viajaram ao exterior movidos sobretudo por diferenças de preços. Hoje, embora esse fator ainda exista, há uma mudança mais profunda: viaja-se também para experimentar algo básico, a liberdade de caminhar. Cidades como Miami, Lisboa, Madrid ou Paris oferecem não apenas consumo ou atrações, mas a possibilidade de ocupar o espaço público com tranquilidade. Essa qualidade, conhecida como walkability, tornou-se um ativo decisivo na escolha de destinos.

O mesmo fenômeno ajuda a explicar, dentro do Brasil, o sucesso de destinos como Balneário Camboriú e Gramado. Mais do que paisagem ou infraestrutura turística, esses lugares oferecem algo essencial e cada vez mais raro: a possibilidade de caminhar. A liberdade cotidiana transformou-se em diferencial competitivo, em ativo econômico e em fator de atração humana.

Isso nos leva à pergunta central: pode ser considerada plena uma democracia na qual o cidadão não pode caminhar livremente? Não é razoável, não é aceitável e não é compatível com uma sociedade que se pretende democrática que o direito mais básico de todos, o de ir e vir, exista apenas no papel. Não se trata de negar as causas profundas da violência, nem de simplificar um problema complexo, mas de recusar sua normalização.

Sem segurança, a liberdade torna-se seletiva, e quem mais sofre são os mais vulneráveis. E, quando o medo passa a organizar a vida cotidiana, a democracia mantém sua forma, mas perde conteúdo. E medo não é sintoma democrático, mas sim de autocracias.

Recuperar o direito de caminhar não é uma pauta lateral. É o teste mais simples e mais honesto de uma democracia. Enquanto não pudermos caminhar livremente pelas ruas, ainda estaremos longe de ser, de fato, uma sociedade livre.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

CORREIO POLÍTICO

Carlos Moura/Agência Senado



Tereza quer sentar na cadeira de Alcolumbre

Tereza Cristina quer presidir o Senado

Enquanto vai ficando claro que não vai se concretizar o desejo do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de ter a senadora Tereza Cristina (PP-MS) como a candidata a vice-presidente na chapa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), ela mesma começa a mostrar de forma mais explícita qual é o seu desejo. A ex-ministra da Agricultura quer suceder Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) na presidência do Senado. Já anda sondando colegas. De alguns, tem ouvido que poderá ter uma parada dura: empoderado pelo fato de ser o coordenador da campanha de Flávio, Rogério Marinho também vai querer o cargo. Segundo interlocutores, ela brinca da seguinte forma: “Mas eu falo com os aliados do atual governo, e ele não”.

Flávio: moderado só no discurso

E talvez esteja aí – o fato de suas relações serem mais amplas que o campo da direita mais radical – a razão pela qual ela não deva ser a vice de Flávio. O sobrenome de Flávio é Bolsonaro. E é principalmente por ter esse sobrenome que ele foi ungido por seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, candidato à Presidência. O desejo de Valdemar de ter Tereza Cristina na sua chapa é anterior à própria candidatura atual: ele já a defendia em 2022.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Alcolumbre chega mais desgastado a 2027

Família teme sombras

Toda a brighalhada familiar que hoje exaspera Valdemar Costa Neto refere-se a um ponto principal. Jair Bolsonaro, como o patriarca, e o seu clã querem manter o controle político da direita brasileira. Querem continuar sendo a grande referência. Então, temem dar espaço maior a qualquer outra liderança conservadora que possa vir a ofuscá-los. É o mesmo ponto que tinha desanimado o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na corrida presidencial. E que fez Bolsonaro optar pelo general Braga Netto em 2022.

Líder no agronegócio

Por esse raciocínio, o que poderia ser uma vantagem de Tereza Cristina vira prejuízo aos olhos do clã. Se viesse a ser a vice, ela poderia neutralizar uma tendência do agronegócio de vir a apoiar Ronaldo Caiado, do PSD. Mas essa mesma liderança é vista na família como desvantagem justamente por ela ter uma liderança política que pode obscurecer os Bolsonaros.

POR
RUDOLFO LAGO

Não quer

A chance, assim, de problemas de relacionamento como os que Jair Bolsonaro teve com seu vice, o hoje senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), faz com que ser vice de Flávio não seja mesmo um desejo da senadora do Mato Grosso do Sul. Ela não dirá claramente que não quer, mas também não se moverá.

Convite

Até porque tal convite, ou mesmo uma sondagem preliminar, nunca houve. Flávio Bolsonaro nunca teve uma conversa com ela na qual colocasse como hipótese que ela dividisse com ele a chapa presidencial. Presidir o Senado está nos seus planos. Além de Marinho, ela tem outro adversário: Davi Alcolumbre.

Reeleição

Davi Alcolumbre poderá disputar a reeleição no ano que vem. Mas há um cálculo de que ele chegará a 2027 bem mais desgastado. Está fragilizado por eventuais envolvimentos na crise do banco Master. E a resistência que faz à indicação de Jorge Messias para o STF diminui sua simpatia junto aos governistas.

Apoio

Embora seja opositorista e conservadora, Tereza construiu relação com o governo ao atuar do mesmo lado em alguns momentos. Ela foi a relatora do PL da Reciprocidade, por exemplo, ferramenta dada ao governo para reagir, caso necessário, ao tarifação imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Comitiva

Em julho do ano passado, ela integrou uma comitiva de senadores que foi aos EUA negociar com políticos do país a amenização do tarifação de Trump. Num momento em que Eduardo Bolsonaro exultava com a sobretaxação imaginando que ela poderia pressionar o STF a não condenar seu pai.

Progressistas

Finalmente, pode não ser somente a senadora quem não quer oficializar um apoio a Flávio. Essa pode ser a opção do seu partido. Por conta das limitações nas alianças estaduais, como aconteceu com o escanteamento do senador Esperidião Amin em Santa Catarina. “Um erro caro para o estado”, disse Amin.



Dino pediu vista até publicação do acórdão do TSE

Mandato-tampão no Rio: 4X1 por indiretas

Dino pede vista até acórdão de cassação de Claudio Castro

Por Gabriela Gallo

No segundo dia de julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) para definir se as eleições para o mandato tampão no Rio de Janeiro serão diretas (voto da população) ou indiretas (votos dos deputados estaduais), o ministro Flávio Dino pediu vista sobre o julgamento.

Em seu pedido, durante a sessão realizada nesta quinta-feira (9), o magistrado alegou que prefere aguardar pela publicação do acórdão do julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que levou à cassação de mandato do ex-governador do Rio Cláudio Castro (PL). Segundo a presidente do TSE e ministra do STF Cármen Lúcia, o acórdão do julgamento deve ser publicado na próxima semana.

“Nós ainda não temos a certidão completa, não temos os votos, não temos o acórdão, a ementa. Por isso, resolvi, neste caso, de forma muito excepcional, pedir vista de ambos os processos, para aguardar a publicação do acórdão”, justificou Dino. Para definir como serão as eleições fluminenses, o plenário do STF julga duas ações.

Apesar do pedido de vista de Flávio Dino, todos os ministros da Corte que compõem o Tribunal Superior Eleitoral – André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Cármen Lúcia – adianta-

ram seus votos. Os três acompanharam o voto do ministro Luiz Fux e se manifestaram favoráveis pela eleição indireta no estado, para o mandato-tampão que durará até o final do ano. Portanto, o placar estar em 4X1 para os parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) definirem quem governará o Rio de Janeiro até dezembro.

“Considerando o que foi examinado quanto às consequências objetivas da renúncia, e o que foi decidido lá [TSE], não tenho provas que possa considerar que houve a renúncia como fraude e, portanto, eu também estou votando com a divergência do ministro-relator. Voto pela improcedência da reclamação”, destacou Cármen Lúcia, a última a votar no dia.

O único ministro que votou pelas eleições diretas no Rio foi o ministro Cristiano Zanin, que avaliou que a renúncia de Cláudio Castro foi uma “tentativa de burla” para evitar a convocação de eleições populares no estado. Além de Dino, ainda faltam os votos dos ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e do presidente da Corte, Edson Fachin.

O ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) renunciou do cargo em 23 de março, um dia antes de o TSE cassar o seu mandato por abuso de poder político e econômico.

Se endividamento tornou-se doença social, bet é a causa

Vício em apostas torna-se problema político para Lula, que agora fala em atacá-lo

Por Beatriz Matos

O crescimento das apostas online no Brasil deixou de ser apenas um fenômeno de mercado para se tornar uma preocupação central do governo e do Congresso. Em meio ao aumento do endividamento das famílias — especialmente nas classes mais baixas —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou a defender abertamente medidas mais duras contra o setor, incluindo até a possibilidade de proibição das chamadas bets.

“Se depender de mim, a gente fecha as bets”, afirmou o presidente, ao associar o avanço das apostas a uma crise social mais ampla. “Não é possível a gente continuar com essa jogatina desenfreada nesse país.”

A fala não veio isolada. Como mostrou o Correio da Manhã na terça-feira (7), a economia tornou-se a grande pedra no sapado do governo Lula na sua tentativa de reeleição. E, mais do que a economia, o endividamento das pessoas. E parte grande desse endividamento hoje está relacionada ao vício nos jogos de apostas. Assim, a fala de Lula sobre as bets acompanha uma mudança de tom do próprio governo, que regulamentou o setor em 2023, mas agora tenta conter os efeitos colaterais de um mercado que cresceu rápido, e, ao que indicam os dados, fora de controle.

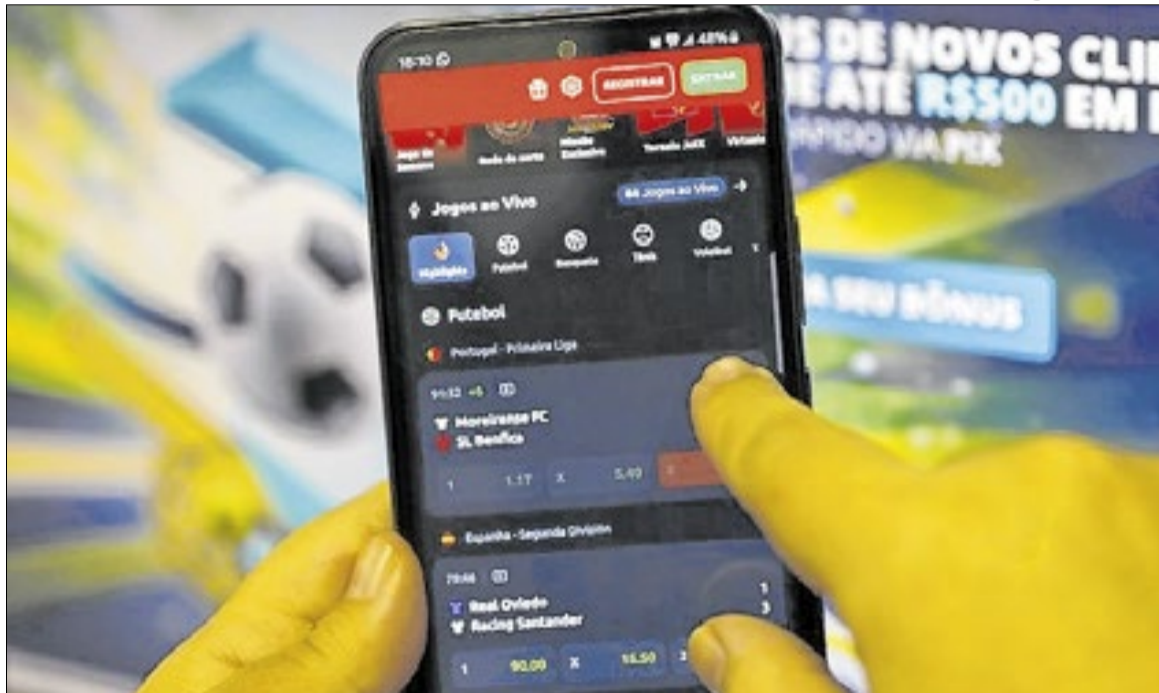
Impacto

O diagnóstico é reforçado por estudos recentes. Levantamento do Ibevar (Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo) em parceria com a FIA Business School mostra que as apostas online já se tornaram o principal fator de endividamento das famílias brasileiras, superando crédito, juros e tempo de dívida.

O coeficiente associado às bets (0,2255) é mais que o dobro da soma dos fatores tradicionais. Em outras palavras: hoje, o peso das apostas no endividamento já supera o sistema financeiro convencional.

O impacto é ainda mais severo entre as famílias de menor renda. Nesse grupo, parte do orçamento que antes era destinado ao consumo básico — inclusive alimentação — tem sido redirecionada para jogos.

Dados do Banco Central (BC) ajudam a dimensionar o problema. O endividamento das famílias atingiu 49,7% da renda disponível em janeiro, próximo do maior nível da série histórica. Já o comprometimento da renda com dívidas chegou a 29,3%, recorde desde 2005. A inadimplência também segue elevada, em 6,9%.



Bruno Peres/Agência Brasília

Apostas já são a maior causa de endividamento dos brasileiros

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Lula: “Se depender de mim, fecha as bets”

Na prática, isso significa menos dinheiro circulando na economia local — e mais pressão sobre famílias já vulneráveis.

Bastidores

Nos bastidores do Congresso, o tema avança, mas com resistência. Parlamentares admitem dificuldade em enfrentar diretamente o setor, que ganhou força política e econômica nos últimos anos.

Ainda assim, há movimentos mais duros em curso. O líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), concluiu um projeto que propõe a proibição total das apostas no país. Segundo ele, o texto será apresentado à bancada e pode ser protocolado já na próxima segunda-feira (13).

A avaliação do deputado é que o problema precisa ser enfrentado “pela raiz”. A proposta, no entanto, ainda depende de consenso interno.

Do outro lado, a senadora Soraya Thronicke (PSB-MS), que relatou a CPI das Bets, reconhece o avanço do debate, mas alerta para os limites e resistências políticas.

“Há, sim, certa resistência em enfrentar esse tema, sobretudo porque sabemos que existem interesses relevantes envolvidos. Ainda assim, após a CPI das Bets, o Congresso começou a avançar com propostas concretas”, afirmou.

Ela cita iniciativas como a restrição à publicidade e a criação de mecanismos de controle, mas pondera que o caminho mais viável, neste momento, é a regulação mais rígida — não a proibição. “Precisamos enfrentar o tema com responsabilidade e urgência”, disse.

Governo

Enquanto o Congresso debate o endurecimento das regras para o setor, o governo federal tenta agir em outra frente: conter os efeitos do endividamento que já se espalhou entre as famílias.

Segundo Pedro Uczai, a estratégia está sendo construída em duas linhas principais. A primeira é econômica. O governo prepara um novo programa de renegociação de dívidas, que deve usar recursos do FGTS como garantia para ampliar

o acesso ao crédito e aliviar o peso das dívidas, especialmente entre a população de baixa renda.

A medida se conecta com ações já adotadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo o ministro Luiz Marinho, ao longo de 2025 foram liberados cerca de R\$ 20,5 bilhões do FGTS, sendo R\$ 12 bilhões no primeiro semestre para aproximadamente 12 milhões de trabalhadores, e mais R\$ 8,5 bilhões no fim do ano, alcançando cerca de 14 milhões de pessoas.

Ainda há um saldo residual estimado em R\$ 7 bilhões, que o governo pretende liberar agora, com potencial de beneficiar cerca de 10 milhões de trabalhadores.

Paralelamente, o Ministério da Fazenda articula, junto aos bancos, um novo programa de renegociação de dívidas. A proposta prevê descontos que podem chegar a até 80% do valor devido, com o financiamento do saldo restante por meio de linhas de crédito mais acessíveis.

O novo modelo segue a lógica do programa Desenrola, que já beneficiou cerca de 15 milhões de brasileiros e viabilizou a renegociação de aproximadamente R\$ 53 bilhões em dívidas. Agora, o foco é tornar o acesso mais simples e direcionado, especialmente para quem ganha até três salários-mínimos.

A segunda frente é tecnológica. O governo estuda mecanismos para impedir que pessoas que renegociem dívidas, que estejam amparadas pelo programa de endividamento, possam continuar apostando. Na prática, a proposta em discussão envolve o bloqueio do CPF desses beneficiários em plataformas de apostas.

A ideia é interromper o ciclo de endividamento, evitando que o alívio financeiro seja rapidamente revertido em novas perdas com jogos.

Vício Digital

O debate também saiu do campo econômico e entrou na saúde pública. Para especialistas, o vício em apostas segue a mesma lógica de outras compulsões.

“O jogo patológico é um transtorno psiquiátrico. As bets são mais uma forma disso”, explica o psiquiatra Fábio Aurélio Costa Leite. Ele descreve um ciclo clássico: a sensação inicial de ganho gera prazer, seguida pela perda, que leva o jogador a apostar novamente para tentar recuperar o dinheiro — criando uma espiral de endividamento.

“O número de pessoas aumentou bastante em consultório. Há casos de pessoas que se endividaram em mais de R\$ 1 milhão com renda muito menor”, relata.

O acesso facilitado pelo celular agrava o cenário. Diferentemente dos jogos tradicionais, as apostas estão disponíveis a qualquer momento — inclusive para adolescentes.

Bolso afetado

Do ponto de vista econômico, o fenômeno também preocupa. Segundo o economista João Gabriel, consultor do Banco Mundial e da Habe Lux, as bets já disputam diretamente o orçamento básico das famílias.

“Entre 2018 e 2023, os gastos com apostas nas classes D e E quadruplicaram. Em alguns casos, até 5% do dinheiro destinado à alimentação está sendo redirecionado para bets”, afirma.

Ele destaca ainda que grande parte desse dinheiro não retorna para a economia brasileira, já que muitas empresas são estrangeiras. “Não gera emprego aqui, não aquece o comércio do bairro, não volta para a comunidade.”

Ao mesmo tempo, ele alerta para os riscos de uma proibição total. “Quando a regulação endurece demais sem fiscalização eficiente, parte do mercado vai para a clandestinidade”, diz.

Dilema

O governo, portanto, enfrenta um dilema: conter os danos sociais sem perder arrecadação e sem empurrar o mercado para a ilegalidade.

A discussão também começa a ganhar contornos morais, como ocorreu com o cigarro e o álcool. Ao classificar o vício em apostas como “doença”, Lula muda o eixo do debate — que deixa de ser apenas econômico e passa a envolver saúde pública.

Mas, no Congresso, o caminho ainda é incerto. Entre a proibição total defendida por parte da base e a regulação mais dura proposta por outros parlamentares, o consenso parece distante. Enquanto isso, os números seguem crescendo e o drama das bets impacta as famílias brasileiras.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Carlos Moura/Agência Senado



Presidente do Senado convocou sessão para o dia 30

Senado acende forno para queimar CPMI do Master

Ligado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o forno do Congresso deverá assar a pizza de diminuição de penas de condenados por golpismo, esquentar a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal e queimar a CPMI do Banco Master. A assessoria de Alcolumbre anunciou a convocação de sessão do Congresso para o dia 30 "com um único item na pauta", a análise do veto do presidente Lula (PT) ao chamado projeto da dosimetria.

Pelo regimento do Congresso, a CPMI, que conta com número mínimo de assinaturas, teria que ser criada de maneira automática em caso de sessão do Congresso. Mas um acordo deve driblar a norma.

Deixa pra lá...

Parlamentares da oposição ouvidos pela coluna admitem que não irão exigir a instalação da CPMI, que foi puxada pelo próprio PL. O requerimento para sua instalação foi protocolado no dia 3 de fevereiro pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ), aliado de Jair Bolsonaro.

Pré-candidato à Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) assinou o pedido de criação da CPMI, mas depois a classificou de "ilegal".

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Jordy é autor do pedido de CPMI

PT: silêncio por Messias

O governo, que nunca se animou com a CPMI, também não deverá fazer barulho. Demonstra alívio com a negociação que deverá gerar a aprovação de Jorge Messias para o STF. Parlamentares do PT evitaram assinar a proposta de Jordy, focada na investigação do STF, em particular, Alexandre de Moraes.

Muitos petistas também não se comprometeram com a criação de uma outra CPMI sobre o Master, que propõe investigação mais ampla: o pedido é das deputadas Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Heloísa Helena (Rede-RJ).

Liberdade

"O mais importante agora é a liberdade", justificou um parlamentar do PL para justificar a decisão da oposição de não exigir a instalação da CPMI.

Em 2019, o ministro Dias Toffoli, suspeito de ter sido beneficiado pelo Master, tomou decisão que, na prática, interrompeu investigações sobre rachadinhas no gabinete de Flávio Bolsonaro.

Criação automática

O regimento do Congresso é claro: diz que CPMIs "serão criadas em sessão conjunta, sendo automática a sua instituição se requerida por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal". É mais fácil criar uma CPMI do que uma CPI em uma das casas.

Preocupados

A criação de uma CPMI sobre o Master preocupa diversos integrantes do Congresso, entre eles, o próprio Alcolumbre. Ele é aliado do governo do Amapá, que investiu R\$ 400 milhões na compra de papéis do Master. Escritórios de advocacia de Antonio Rueda, presidente do União, receberam R\$ 6,4 milhões.

Fraqueza de Moraes

A pizza que está para ser assada conta também com o desgaste do STF, principalmente do ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos sobre articulação e atos golpistas. Acuado por suspeitas relacionadas ao Master, ele perdeu força para brigar contra a redução de penas dos condenados.

Com vista fere...

Ao adiar a definição do processo de escolha do governador-tampão do Estado do Rio, o ministro Flávio Dino deu o troco na mesma moeda ao colega Kassio Nunes Marques. No dia 10 de março, este interrompeu, com um pedido de vista, o julgamento que poderia levar à cassação do então governador Cláudio Castro (PL).

Alinhados

Ao insistirem em votar pelas eleições indiretas mesmo diante do pedido de vista de Dino, Marques e André Mendonça, reafirmaram o alinhamento com Castro que já haviam demonstrado no TSE. Luiz Fux, outro que optou pelas indiretas, foi o único na Primeira Turma do STF a ficar ao lado dos líderes do golpe.

Vingança

O voto de Cármen Lúcia, na mesma linha dos três colegas, foi motivado por outra razão. Presidente do TSE, ela se sentiu desrespeitada com a decisão do STF de julgar o caso antes da publicação de acórdão da Justiça Eleitoral. Ontem, Dino tentou consertar sua posição manifestada na véspera, mas não colou.



Parecer de Weverton Rocha será favorável a Jorge Messias

Sabatina de Jorge Messias será dia 29 de abril na CCJ

No dia seguinte, Congresso discutirá veto à dosimetria

Por Gabriela Gallo

Após meses de espera, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal agendou a sabatina do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para ocupar a cadeira que resta no Supremo Tribunal Federal (STF) para o dia 29 de abril, última quarta-feira do mês, no período da manhã.

O pedido da indicação de Messias foi entregue à CCJ nesta quinta-feira (9) pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O relator do caso é o vice-líder do governo no Senado, senador Weverton Rocha (PDT-MA). A previsão é que ele já apresente seu relatório para a comissão na próxima quarta-feira (15).

Sendo o nome de Jorge Messias aprovado na CCJ, ele seguirá direto para análise no plenário do Senado. Para ser aprovado na CCJ, Messias precisa do apoio de 14 dos 27 membros da Comissão de Constituição e Justiça. No plenário, precisa do apoio de ao menos 41 senadores.

Weverton também adiantou que apresentará um relatório favorável para a aprovação do nome de Messias. "Quero adiantar, e já tinha dito isso antes: ele preenche todos os requisitos, tem notório saber jurídico e reputação ilibada. É advogado-geral da União, é uma pessoa jovem que tem uma carreira brilhante, então

adianto que vou apresentar o relatório a favor da sua aprovação", reiterou Weverton Rocha.

Por meio de nota divulgada para a imprensa Jorge Messias agradeceu a Alcolumbre, Weverton Rocha e ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Otto Alencar (PSD-BA), destacando que recebeu o calendário de sua sabatina com "otimismo e serenidade".

"Até a data da sabatina, permanecerei buscando o diálogo franco e aberto com todos os 81 senadores, de forma respeitosa, transparente e propositiva", reiterou o advogado-geral da União, por meio de nota.

Messias disputará a cadeira deixada pelo ex-ministro da Suprema Corte Luis Roberto Barroso, que se aposentou antecipadamente do STF em outubro do ano passado. Desde então, a Corte segue atuando com dez ministros, um a menos, enquanto um substituto não é anunciado.

No mesmo dia em que encaminhou para a CCJ a sabatina de Messias, Davi Alcolumbre também convocou uma sessão conjunta no Congresso Nacional para o dia 30 de abril. De acordo com o presidente do Congresso Nacional, a sessão terá um único item na pauta: o veto 3/2023, referente ao chamado PL da Dosimetria, que reduz a dosimetria das penas dos condenados de participarem dos atos antidemocráticos.

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRÉ SOUZA

Jaelson Lucas/Arquivo AEN



No 1º tri, Brasil exportou 701,6 mil toneladas de carne

Carne bovina: exportações batem recorde no início do ano

O Ipea, ligado ao Ministério da Fazenda, e o Cepea/Esalq, centro de pesquisa da USP, divulgaram na quinta-feira(9) que as exportações brasileiras de carne bovina in natura seguem em ritmo recorde no início de 2026. No primeiro trimestre, foram embarcadas 701,6 mil toneladas, alta de 19,7% sobre 2025. Além do volume, houve valorização no mercado externo, com preço médio de US\$ 5.814 por tonelada (R\$ 29 mil) em março. O cenário favorável sustenta a alta do boi gordo no mercado interno, diante da demanda aquecida e da oferta restrita de animais para abate. O boi gordo é negociado em torno de R\$360 por arroba. O valor mantém preços elevados da carne no varejo, onde cortes comuns variam entre R\$ 30 - 45 por quilo e cortes nobres ultrapassam R\$60.

Telefonia fixa da Oi é vendida

A Justiça do Rio aprovou a venda da operação de telefonia fixa da Oi por R\$ 60,1 milhões para a Método Telecom, vencedora de leilão judicial. A proposta à vista superou a da concorrente e garantiu a continuidade de serviços essenciais, sobretudo em regiões onde a operadora é a única disponível. A compradora assumirá a operação sem herdar dívidas da companhia, em decisão ligada ao processo de recuperação judicial da Oi.

Divulgação BYD



BYD em Camaçari/BA tem mais de 2 mil trabalhadores

BYD retirada da 'lista suja'

Após ser incluída na "lista suja" do trabalho escravo, a BYD, multinacional chinesa que fabrica carros elétricos, passou a ser investigada por irregularidades na construção de sua fábrica em Camaçari (BA), após fiscalizações apontarem jornadas exaustivas e alojamentos precários de terceirizados. Dias depois, a Justiça do Trabalho suspendeu a inclusão em caráter liminar, questionando a responsabilidade direta da empresa. O caso segue em análise. A "lista suja" é um cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego com empregadores responsabilizados por trabalho análogo à escravidão.

BM prevê crescimento menor do Brasil

O Banco Mundial reduziu a previsão de crescimento do Brasil em 2026 de 2% para 1,6%. A revisão considera fatores externos, como a alta do petróleo, e internos, como juros elevados e endividamento das famílias. A estimativa ficou abaixo das projeções do mercado e do Ministério da Fazenda. Para a América Latina, a previsão também caiu, a 2,1%.

Imposto de 15% I

A Receita Federal regulamentou o imposto mínimo de 15% para multinacionais, aplicado por meio de adicional da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, tributo federal cobrado das empresas). A medida segue o Pilar 2, acordo global que busca evitar queda da base tributária e o desvio de lucros para outros países.

Imposto de 15% II

A regra faz parte de um acordo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), fórum internacional que reúne países para estabelecer padrões econômicos e fiscais globais. A norma também define outras obrigações, como prazos de recolhimento, voltadas a grandes grupos multinacionais com alta receita.

Recursos das Bets

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que os recursos arrecadados com apostas de quota fixa, as chamadas "bets", devem ser tratados como dinheiro público. Enquanto não houver regulamentação definitiva, a verba deve seguir regras das loterias federais e ser destinada a áreas de interesse coletivo.

Recursos da Bets II

O TCU afirmou que a destinação dos recursos das apostas esportivas deve priorizar políticas públicas como esporte, educação e segurança. A decisão é provisória e busca garantir controle e transparência na aplicação do dinheiro, evitando uso indevido até a criação de regras específicas. A medida também reforça a necessidade de prestação de contas.

Atividade irregular

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou que o número de stop orders quase triplicou entre 2024 e 2025. O mecanismo suspende, de forma preventiva, atividades e ofertas irregulares no mercado financeiro. A medida busca interromper práticas sem autorização e reforçar a supervisão e proteção aos investidores.

Mais negociadas

Levantamento da B3 mostra que o ranking das ações mais negociadas em fevereiro foi liderado por empresas de grande peso no mercado, com destaque para mineração, petróleo e bancos. A lista inclui Vale, seguida por Petrobras, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco, B3, BTG Pactual, Axia Energia, Prio e Itaúsa.



Programa quer tornar áreas perdidas em sistemas produtivos

Crédito para recuperar áreas degradadas

Mobilização deve somar R\$ 30 bilhões em investimentos

Da Redação

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) se reuniu com bancos, organismos internacionais e instituições parceiras do programa Caminho Verde Brasil para discutir mecanismos de financiamento e ampliar a execução da iniciativa. O encontro teve como foco a estruturação de instrumentos de crédito capazes de viabilizar a recuperação de áreas degradadas em escala nacional.

O Caminho Verde Brasil é uma política pública voltada à recuperação de áreas degradadas — terras que perderam produtividade em razão de uso inadequado, manejo insuficiente ou esgotamento do solo. A proposta é reverter essas áreas em sistemas produtivos sustentáveis, com aumento de eficiência agropecuária sem necessidade de expansão sobre vegetação nativa.

Na reunião, o tema central foi o acesso ao crédito rural e à mobilização de capital privado. O financiamento é considerado peça-chave para viabilizar a recuperação dessas áreas, que exige investimentos em correção do solo, tecnologia, insumos e reestruturação produtiva. O debate também envolveu formas de ampliar a participação de bancos públicos e privados e atrair recursos internacionais. Também foi discutida a diversificação das fontes de financiamento, com participação de bancos, cooperativas e empre-

sas do setor produtivo. O modelo busca reduzir a dependência de linhas únicas de crédito e ampliar a capacidade de execução dos projetos.

Outro ponto tratado foi a inclusão de pequenos produtores rurais nos mecanismos de financiamento. O desafio é adaptar as condições de crédito para ampliar o acesso desse público, que historicamente enfrenta maiores barreiras para obtenção de financiamento e para adoção de tecnologias de recuperação produtiva.

Os números associados ao projeto Caminho Verde Brasil já haviam sido divulgados anteriormente pelo governo, com estimativas de mobilização de cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos para recuperação de áreas degradadas, além de anúncios específicos como R\$ 3 bilhões direcionados a regiões como a Caatinga.

A iniciativa integra uma estratégia de ampliar a produtividade agrícola sem avanço sobre novas áreas, ao mesmo tempo em que busca alinhar produção e sustentabilidade. O foco é transformar áreas hoje subutilizadas em ativos produtivos, com impacto direto na oferta de alimentos, bioenergia e na reorganização de cadeias do agronegócio.

De acordo com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o Brasil tem entre 50 e 100 milhões de hectares de pastagens degradadas ou em algum estágio de degradação.

Mais de 10 milhões já declararam IR; prazo termina em maio

Especialista em investimentos orienta sobre organização de documentos na hora de declarar

Com a aproximação do prazo final para entrega do Imposto de Renda, o mês de abril se torna decisivo para contribuintes que desejam evitar erros e fugir da malha fina. Neste ano, o envio da declaração deve ser feito até 29 de maio, às 23h59. Quem perder o prazo está sujeito a multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a até 20% do imposto devido.

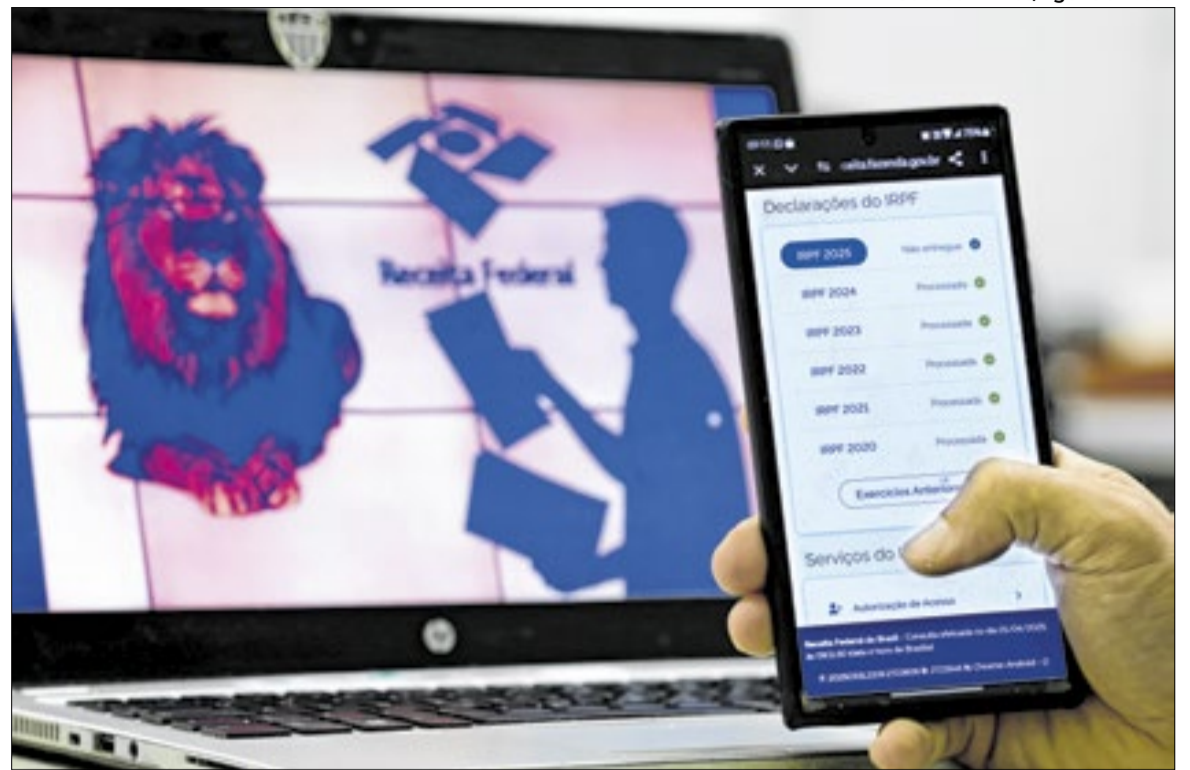
Dados disponíveis no site da Receita Federal mostram que mais de 10 milhões de pessoas haviam declarado o IR até quinta-feira(9). Desse total, 60,8% foram feitas com a modalidade pré-preenchida, enquanto 55,2% optaram pelo modelo simplificado. Em relação ao perfil dos contribuintes, 39,5% das declarações são de mulheres. Os dados representam cerca de 23% do total esperado pela RF neste ano, estimado em 43 milhões de declarações.

O especialista em investimentos da XP Centro-Oeste, Marco Loureiro, que mora em Brasília/

DF, destaca que a combinação de diferentes fontes de renda exige planejamento. “O investidor brasileiro possui uma combinação de rendimentos de várias origens. Não dá para fazer a declaração com pressa. Abril deve ser encarado como um mês de auditoria pessoal: é a hora de cruzar os informes, avaliar as deduções e garantir que nenhum detalhe fique de fora”, explica. Loureiro lembra ainda que a declaração pré-preenchida, disponível no Programa Gerador e no aplicativo Meu Imposto de Renda, facilita o processo, mas não elimina riscos. “A ferramenta importa os dados, mas a conferência final é do cidadão. Uma revisão cuidadosa em abril salva muita dor de cabeça em maio”, alerta.

Erros mais comuns

Entre os principais erros cometidos por contribuintes investidores na hora de declarar são com relação as alíquotas das operações, pois cada tipo de investimento



Dados representam 23% do total esperado pela RF neste ano, estimado em 43 mi de declarações.

possui tributação específica e a aplicação incorreta pode gerar divergências com a Receita. O uso inadequado da nota de corretagem, com falhas na classificação de operações como day trade ou swing trade, omissão de custos e prejuízos e erros em ativos recebidos também são recorrentes. Outro ponto que gera dor de cabeça é a declaração incorreta de investimentos no exterior, já que rendimentos e impostos pagos fora do país devem ser informados corretamente para evitar inconsistências.

Apoio profissional

O acompanhamento de um contador pode trazer mais segurança ao contribuinte. O profissional auxilia na apuração correta de ganhos, compensação de prejuízos, escolha das alíquotas e cumprimento das obrigações fiscais, além de orientar sobre mudanças na legislação. Esse suporte ajuda a evitar erros que podem levar à malha fina.

Pontos de atenção

Antes de finalizar a declaração, o contribuinte deve conferir todos os informes de rendimentos, revisar deduções (como despesas médicas e educacionais), verificar dados de investimentos no Brasil e no exterior, confirmar impostos pagos e alíquotas aplicadas, declarar corretamente bens recebidos por herança ou doação e atualizar dados bancários para restituição.

Calendário de restituição

A Receita Federal definiu o pagamento das restituições em quatro lotes, entre maio e agosto: 1º lote: 29 de maio de 2026; 2º lote: 30 de junho de 2026; 3º lote: 31 de julho de 2026; 4º lote: 28 de agosto de 2026.

Os pagamentos seguem a ordem de entrega da declaração, além de priorizar grupos como idosos, pessoas com deficiência

e contribuintes que optarem pela declaração pré-preenchida ou pelo recebimento via Pix.

Isenção até 5 mil

Para o ano-calendário de 2027, está prevista a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para rendimentos mensais de até R\$ 5.000. A medida, ainda em fase de regulamentação, deve reduzir o número de contribuintes obrigados a declarar e simplificar o sistema tributário.

História

A declaração do Imposto de Renda existe no Brasil desde 1922, criada após a instituição do tributo. Inicialmente feita em papel, passou por diversas mudanças até se tornar digital nos anos 1990. Hoje, conta com versões pré-preenchidas e envio online, facilitando o processo para milhões de contribuintes.

Poupança tem retirada de R\$ 11,1 bilhões em março e amplia perdas no ano

Pexels/ Maitree Rimthong

A caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal, considerada um dos investimentos mais conhecidos do país, registrou retirada líquida de R\$ 11,1 bilhões em março, segundo dados divulgados na quinta-feira (9) pelo Banco Central.

No período, os depósitos somaram R\$ 369,594 bilhões, enquanto os saques chegaram a R\$ 380,712 bilhões — diferença de R\$ 11,1 bilhões. Mesmo com o crédito de rendimentos de R\$ 6,2 bilhões, o saldo total aplicado caiu para R\$ 999,7 bilhões, voltando a ficar abaixo da marca simbólica de R\$ 1 trilhão.

No acumulado de 2026, a poupança registra retirada líquida de R\$ 41,246 bilhões no primeiro trimestre. Entre janeiro e março, os depósitos totalizaram

R\$ 1,028 trilhão, enquanto os saques atingiram R\$ 1,069 trilhão. No mesmo período, os rendimentos creditados somaram R\$ 18,8 bilhões.

O desempenho negativo ocorre em um cenário de maior competição com produtos de renda fixa, impulsionados por juros elevados (Selic a 14,75%), como contas-correntes que rendem 100% do CDI e caixinhas. Com isso, investidores têm buscado alternativas mais rentáveis, o que reduz a atratividade da caderneta, conhecida pela alta liquidez e isenção de Imposto de Renda.

Para o professor de Economia do Ibmec Brasília, Renan Silva, com a Selic em patamares elevados, a poupança perdeu atratividade. “O esvaziamento da poupança é o reflexo direto de um



Poupança perde espaço para outros produtos de renda fixa

‘feito sanduíche’ sobre o bolso do brasileiro. De um lado, temos o endividamento das famílias e a inflação de itens básicos, que forçam o trabalhador a resgatar a reserva para fechar as contas do mês ou

quitar débitos caros. Do outro, há uma sofisticação maior do investidor” em busca de outros produtos de renda fixa que oferecem maior rentabilidade com segurança similar” - diz Silva.

Histórico

Nos últimos dez anos, a poupança alternou períodos de captação positiva e retirada, mas passou a registrar perdas recorrentes a partir de 2021. Em 2016, houve saída de R\$ 40,7 bilhões, seguida por entradas em 2017 (R\$ 17,1 bilhões), 2018 (R\$ 38,2 bilhões) e 2019 (R\$ 13,2 bilhões). Em 2020, a aplicação teve entrada recorde de R\$ 166,3 bilhões, impulsionada pela pandemia. A partir de então, o fluxo se inverteu: foram retiradas de R\$ 35,5 bilhões em 2021, R\$ 103,2 bilhões em 2022, R\$ 87,8 bilhões em 2023, R\$ 15,5 bilhões em 2024 e R\$ 85,6 bilhões em 2025, consolidando uma tendência de perdas estruturais.

CORREIO DO APOSENTADO

POR
ANDRE SOUZA

Agência Gov



INSS espera atender mais de 13 mil segurados

INSS realiza mutirão de perícias em 12 estados

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realiza, nos dias 11 e 12 de abril, um mutirão de perícias médicas em cidades de 12 estados, com a expectativa de atender mais de 13 mil segurados. A ação, em parceria com o Ministério da Previdência Social, busca agilizar a análise de benefícios por incapacidade e assistenciais, reduzindo filas de espera. Os atendimentos serão feitos de forma presencial e também por teleatendimento, por meio da chamada Perícia Conectada, que amplia o acesso em regiões com escassez de profissionais. Os agendamentos podem ser feitos pelo telefone 135 ou pela plataforma Meu INSS. Novas edições estão previstas a cada 15 dias.

Aposentadoria especial na Saúde

Tramita desde 2021 no Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 14/2021, apresentada pelo deputado Dr. Leonardo (Solidariedade-MT) e outros, que prevê aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. O texto garante regras mais vantajosas, com integralidade e paridade, além de buscar regularizar o vínculo desses profissionais no serviço público. A matéria já passou pela Câmara e aguarda análise no Senado.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



STF vai decidir se empregados deixam trabalho aos 75 anos

Aposentadoria de empregados CLT

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar no dia 17 de abril o julgamento que vai decidir se trabalhadores de empresas públicas podem ser obrigados a se aposentar aos 75 anos - a chamada aposentadoria compulsória. A regra foi criada na Emenda Constitucional 103/2019, mas há dúvida se já vale automaticamente ou se precisa de outra lei. Na prática, a Corte definirá se esses funcionários terão que deixar o trabalho ao atingir essa idade e se terão direito a verbas rescisórias. O ministro Gilmar Mendes entende que a regra já pode ser aplicada.

Servidores efetivos aposentam aos 75

A regra de aposentadoria compulsória aos 75 anos já vale para servidores públicos efetivos, com estabilidade na carreira pública. O julgamento do Supremo Tribunal Federal trata dos empregados contratados de estatais, regidos pela CLT. A Corte vai definir se eles também devem se aposentar nessa idade ou se é necessária uma lei específica para isso.

Superendividamento

A Lei 14.181/2021, que completa cinco anos em julho desse ano, reforça a proteção de aposentados contra o superendividamento. A norma garante a preservação do mínimo existencial, impedindo que toda a renda seja usada para dívidas e assegurando recursos para despesas básicas, como alimentação, moradia e saúde.

Proteção ao Idoso

A lei do superendividamento permite que aposentados renegociem dívidas com parcelas ajustadas à renda e sem comprometer o orçamento. Embora não fixe percentual, casos costumam adotar referência de 25% a 30% de comprometimento. A medida também protege idosos contra abusos na oferta de crédito.

Plano Aposentadoria

A Receita Federal passou a adotar no início de abril nova interpretação sobre o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Pela regra, parte do valor resgatado pode ser considerada rendimento, o que amplia a base de cálculo do Imposto de Renda e pode elevar a tributação em determinados casos.

VGBL e PGBL

A mudança altera a lógica do VGBL, que previa cobrança de IR apenas sobre os ganhos. O novo entendimento, o VGBL perde atratividade. PGBL e VGBL são planos de previdência com diferenças no IR. No PGBL, é possível deduzir até 12% da renda e o imposto incide sobre o total no resgate. No VGBL, não há dedução e a tributação ocorre nos rendimentos.

Fraudes em SC I

A Polícia Federal deflagrou, na quarta-feira (8), a Operação Sem Lastro para investigar fraudes em uma entidade de previdência complementar ligada a uma estatal em Santa Catarina. A Justiça bloqueou até R\$ 365 milhões e determinou o sequestro de mais de 30 imóveis. O nome da empresa não foi divulgado.

Fraudes em SC II

Segundo as investigações, os recursos do fundo eram direcionados a investimentos de alto risco e sem lastro econômico, muitos considerados irrecuperáveis. O esquema teria como objetivo gerar vantagens ilícitas e ocultar os valores por meio de lavagem de dinheiro e aquisição irregular de bens.



Expectativa é que novas regras ajudem a zerar filas

INSS publica novas regras da Teleperícia a segurados

Ída presencial de beneficiários às agências será mantida

Andre Souza

A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passa a contar com regras mais claras e permanentes para atendimentos remotos. Republicada no Diário Oficial da União na quinta-feira (9), a portaria conjunta do Departamento de Perícia Médica Federal e do INSS regulamenta a chamada teleperícia, que utiliza videoconferência para avaliar segurados, mas mantém a exigência de comparecimento presencial às agências.

A principal mudança é a consolidação do modelo como procedimento regular. Antes aplicada de forma pontual, a teleperícia agora ganha base normativa, com definição de responsabilidades, fluxos de atendimento e tipos de serviços que podem ser realizados à distância.

Apesar do uso de tecnologia, o segurado não poderá fazer todo o processo de casa. Será necessário ir até uma Agência da Previdência Social (APS), em data e horário agendados. No local, ocorre uma triagem inicial, com apresentação de documentos pessoais e laudos médicos, que são digitalizados e anexados ao sistema. Após essa etapa, o cidadão assina um termo de consentimento e aguarda atendimento em uma sala equipada com computador, câmera e conexão à internet. A consulta é então realizada por videoconferência

com o médico perito, por meio do Sistema de Atendimento Remoto (SAT Central), que passa a ser o canal exclusivo para esse tipo de perícia. A portaria também estabelece regras técnicas e de segurança. Os peritos devem acessar o sistema com uso de rede privada virtual (VPN) e autenticação em dois fatores, garantindo proteção de dados e integridade das informações. Entre os serviços contemplados estão a perícia médica inicial e a avaliação ou reavaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de outros procedimentos que poderão ser autorizados pelas áreas técnicas do INSS.

Bônus aos peritos

Outro destaque da portaria é a forma de oferta do serviço para valorizar os peritos. Em geral, as teleperícias serão realizadas no contrarturno dos médicos peritos que aderirem voluntariamente, com possibilidade de pagamento de bônus por produtividade. A medida busca aumentar a capacidade de atendimento e reduzir filas. Segundo o governo, o principal objetivo da regulamentação é ampliar o acesso às perícias, especialmente em regiões onde há escassez de profissionais. Com o novo modelo, o perito não precisa estar fisicamente na mesma cidade do segurado, o que pode acelerar análises e diminuir o tempo de acesso a benefícios. A portaria entra em vigor em 13 de abril de 2026.



Correio da Manhã
 EDIÇÃO CAMPINAS E REGIÃO
 Campinas, SP, Quinta-feira, 8 de Janeiro de 2026

PF em Campinas contribui para queda histórica no roubo de cargas no Estado

SP libera licenciamento 2026

Correio da Manhã consolida sua edição para Campinas e Região



QUEM DISSE QUE JORNAL IMPRESSO ERA COISA DO PASSADO?

Correio da Manhã

Agora com o mesmo tamanho dos Jornais **Folha de S.Paulo**, **O Estado de S. Paulo** e **Estado de Minas**.
 Muito mais fácil para ler.

UM JORNAL CENTENÁRIO SEM MEDO DE SER MODERNO.

CORREIO NO MUNDO

Reprodução/Facebook/Nobel Prize



Memorial foi alvo de audiência russa a portas fechadas

Rússia classifica de extremista grupo de direitos humanos

Em audiência a portas fechadas de um caso descrito como ultrassecreto, a Suprema Corte da Rússia classificou de extremista nesta quinta-feira (9) o grupo de direitos humanos Memorial, um dos vencedores do Prêmio Nobel da Paz de 2022. A decisão, segundo críticos, amplia o cerco às organizações da sociedade civil e representa mais um capítulo da repressão à liberdade de expressão no país. A medida pode levar à criminalização de apoiadores e colaboradores da entidade. Com a nova designação, autoridades passam a ter base legal para processar qualquer pessoa que contribua com o trabalho do Memorial ou compartilhe seus conteúdos, afirmam advogados a par do processo.

Nobel em meio à guerra da Ucrânia

O Memorial venceu o Nobel da Paz em 2022 junto com Ales Bialiatski, da Belarus, e do Centro para Liberdades Cívicas da Ucrânia. A escolha foi uma resposta à invasão do país vizinho em fevereiro daquele mesmo ano, e o comitê norueguês do Nobel disse à época que os premiados fizeram um "notável esforço para documentar crimes de guerra, abusos de direitos humanos e de poder". Fundado em 1989, o Memorial é um dos grupos de direitos humanos mais antigos da Rússia.

Daniel Torok/ Casa Branca



Putin teve problemas históricos com a organização

Materiais considerados extremistas

"Nenhum representante do Memorial foi formalmente notificado [do processo]. Nem o público nem os advogados da organização terão acesso ao texto de qualquer decisão ou pedido. Nem sequer sabemos quais são os fundamentos da ação. Tudo é sigiloso e de acesso restrito", disse advogada Natália Sekretarev, que chefia a área jurídica do grupo.

Ainda de acordo com Sekretarev, o logotipo da organização será considerado símbolo extremista, e relatórios sobre direitos humanos poderão ser classificadas também de materiais extremistas.

Organização critica decisão

A decisão desta quinta se dirige ao que foi descrito como "movimento público internacional Memorial". A organização diz que tal estrutura não existe formalmente e que a definição vaga foi adotada para permitir a perseguição de qualquer pessoa que se manifeste sobre direitos humanos ou crimes históricos.

Por Renan Marra (Folhapress)

Ali Yusuf Harshi

Israel disse nesta quinta-feira (9) que matou Ali Yusuf Harshi, sobrinho de Naim Qassem, líder do grupo libanês Hezbollah, apoiado pelo Irã. Harshi era secretário pessoal de Qassem. As Forças de Defesa de Israel (IDF) disseram que Ali Yusuf Harshi morreu após um ataque a Beirute durante a noite.

Bombardeio

O bombardeio ocorreu no bairro de Tallet Khayat, fora do reduto tradicional do grupo na capital libanesa. O ataque causou o desabamento parcial de um prédio de vários andares. Imagens do local mostram os danos à estrutura no bairro residencial de Beirute, que foi o alvo da ofensiva israelense.

Conselheiro

Harshi era conselheiro pessoal e colaborador próximo de Naim Qassem, líder do Hezbollah. "Ele desempenhou um papel central na gestão de seu gabinete e de sua segurança", afirmaram os militares em comunicado. As FDI também bombardearam duas passagens no rio Litani.

Transferência

O Exército de Israel afirma que o Hezbollah usava esses locais para transferir milhares de armas e foguetes durante a noite.

Israel atingiu cerca de dez alvos militares da milícia libanesa na região sul. A ofensiva destruiu depósitos de armas, lançadores de foguetes e centros de comando do grupo apoiado pelo Irã.

Interferência I

Após o vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, afirmar que "burocratas de Bruxelas" querem tirar Viktor Orbán do poder na Hungria, foi a vez da Rússia corroborar com a tese de interferência externa na eleição parlamentar do país. Um opositor, Péter Magyar, lidera as pesquisas, abrindo a perspectiva do fim da era Orbán.

Interferência II

Segundo Dmitri Peskov, porta-voz do Kremlin, "muitas forças na Europa, muitas forças em Bruxelas, não gostariam que Orbán voltasse a vencer as eleições". Peskov tinha sido perguntado sobre a proximidade entre o premiê húngaro e o presidente Putin.

Por José Henrique Mariante (Folhapress)



Opositores apontam o cessar-fogo como fracasso estratégico

Opositores de Netanyahu veem trégua como fracasso

Acordo de cessar-fogo com o Irã foi criticado por políticos de Israel

Opositores do primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu criticaram o governo após o acordo de cessar-fogo com o Irã anunciado pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Partidos contrários a Netanyahu no Parlamento consideraram que ele falhou em garantir os objetivos estratégicos declarados de Israel na guerra. Yair Lapid, o líder da oposição, disse que o primeiro-ministro era responsável pelo pior "desastre diplomático" da história do país e que os danos estratégicos causados pelo conflito levariam anos para serem corrigidos.

"O exército fez um trabalho incrível; a melhor força aérea do mundo executou tudo o que lhe foi pedido e muito mais. O povo de Israel demonstrou resiliência e determinação nacional. Desferimos golpes pesados contra o Irã. É precisamente por isso que o fracasso total se destaca ainda mais", afirmou Lapid em um pronunciamento televisionado.

O parlamentar, que é líder do partido centrista Yesh Atid e foi primeiro-ministro em 2022, afirmou que Israel entrou na guerra "com um raro consenso", mas que Netanyahu demonstrou ser incapaz de vencê-la.

"Poderia ter sido conduzido de outra forma: com uma equipe diplomática trabalhando desde o primeiro momento, com um plano diplomático, com parceiros na região, com um Conselho de Segurança Nacional funcionando, com um Ministério das Relações Exteriores funcionando", afirmou Lapid.

Outros políticos da oposição

também questionaram a atuação do primeiro-ministro. Yair Golan, líder do partido de esquerda Democratas, escreveu que Netanyahu mentiu. "Ele prometeu uma 'vitória histórica' e segurança para gerações, e na prática, tivemos um dos fracassos estratégicos mais graves que Israel já conheceu", disse nas redes sociais.

"Sangue foi derramado. Cidadãos corajosos foram mortos. Soldados tombaram. Uma nação inteira em abrigos", mas "nenhum dos objetivos foi alcançado: o programa nuclear não foi destruído; a ameaça balística permanece; o regime continua no poder e sai ainda mais forte desta guerra", escreveu Golan, que é ex-militar do Exército de Israel.

Israel disse na quarta (8) que apoiaria e respeitaria a trégua de duas semanas declarada por Trump, mas em seguida voltou a atacar o Líbano sob o objetivo declarado de manter sua ofensiva contra o grupo extremista Hezbollah.

Trump havia ameaçado que os EUA atacariam infraestruturas civis essenciais e que "toda uma civilização morreria" no Irã se a República Islâmica não abrisse o estreito de Hormuz até a noite de terça. Cerca de 90 minutos antes do prazo, Trump disse que, após conversas com líderes paquistaneses, havia concordado em "suspender o bombardeio e o ataque ao Irã" por duas semanas se o Irã reabrisse imediatamente o estreito. Teerã concordou com a reabertura da passagem marítima, mas desistiu após Israel violar o cessar-fogo ao atacar o Líbano.

Artemis 2 pode representar um passo importante para a viagem a Marte

Nasa planeja instalar base na Lua até 2033, o que será essencial para explorar espaço profundo

A missão Artemis 2 deve chegar ao fim nesta sexta-feira (10), após levar astronautas a 406,7 mil quilômetros da Terra, o ponto mais distante que humanos já alcançaram. Mas o recorde pode ser quebrado nos próximos anos: especialistas ouvidos pela reportagem veem o programa lunar como uma etapa crucial antes de um possível pouso tripulado em Marte.

Christina Koch, 47, a primeira mulher a sobrevoar a Lua, afirmou desejar que a história se esqueça da viagem da qual ela faz parte. “Falamos sobre nosso legado como algo que viabiliza as missões futuras, da Artemis 3 até a Artemis 100 e as missões a Marte”, disse, em entrevista ao programa 60 Minutes, da CBS News, antes da decolagem.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deu declarações no mesmo sentido durante uma ligação com o quarteto da Artemis 2 após o grupo observar a face oculta do satélite natural. “Acabei de ver vocês irem para o lado oculto da Lua, e faz muito tempo que ninguém vai lá [à Lua], mas isso vai se tornar cada vez mais comum”, afirmou. “Depois, vocês vão fazer a grande viagem até Marte, e isso vai ser muito empolgante.”

Como Artemis 2 contribui para a viagem a Marte?

A missão marca a primeira vez em que humanos viajam na cápsula Orion e no foguete SLS. É possível

que a espaçonave seja usada em etapas das viagens a Marte. Por isso, especialistas dizem que a jornada da Artemis 2 à Lua é importante para aumentar a segurança em uma possível viagem até o planeta.

“É como um carro novo. Vários testes são feitos pelo fabricante até o veículo estar pronto para ser comercializado”, compara o astrofísico Ricardo Ogando, do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.

A missão testa sistemas vitais para o transporte de astronautas ao espaço profundo, incluindo o escudo térmico da Orion, que precisa resistir a temperaturas próximas a 2.760°C durante a reentrada na atmosfera.

“A Artemis 2 viajou por regiões onde a carga de radiação, principalmente vinda do Sol, era muito alta. Cada astronauta usou sensores para medir a radiação em tempo real, algo necessário para estudar como preservar a vida humana em viagens mais longas, como a Marte”, diz Felipe Monteiro, astrônomo do Observatório Nacional.

Roberta Duarte, doutora em astrofísica pela USP, também vê a missão como um passo importante para validar tecnologias do século 21, que não foram usadas durante as missões Apollo. “Estamos no período de testar em um ambiente real de microgravidade, não é mais em um laboratório”, diz.

A Artemis 2 compõe uma sequência de missões que, segundo os planos da Nasa, devem levar a



Missão testa cápsula e sistemas de sobrevivência para novas viagens espaciais

instalação de uma base permanente na Lua. A agência planeja investir US\$ 20 bilhões nos próximos sete anos, com a primeira habitação prevista para 2033.

A presença constante no satélite natural seria essencial para pavimentar viagens interplanetárias, inclusive na montagem das estruturas que poderiam ser enviadas até Marte um dia.

Viagem seria parecida com o percurso até a lua?

O planeta vermelho está a uma distância de 55 milhões a 400 milhões de quilômetros da Terra, a depender da posição na órbita ao redor do Sol, e a Lua fica a aproximadamente 385 mil km, com a ressalva de que esse dado sofre variações. A viagem duraria por volta de nove

meses, enquanto a ida ao satélite natural é feita em poucos dias.

“A radiação cósmica no espaço profundo deve ser muito mais desafiadora, tanto para humanos quanto para equipamentos”, diz Ogando.

Duarte acrescenta que a jornada até Marte deverá envolver manobras para acelerar a nave usando a gravidade da Terra, o que já foi testado na Artemis 2.

Planos para um possível pouso em Marte

Antes de assumir o posto de administrador da Nasa, Jared Isaacman propôs lançar uma missão não tripulada (sem astronautas a bordo) ao planeta ainda em 2026. Nesse prazo, hoje, parece pouco crível. Um documento publicado

em 2025 cita o potencial para um “contrato de Base de descoberta de Marte”, ligado a um novo programa chamado Projeto Olympus, que testaria tecnologias para o pouso em solo marciano.

O documento menciona a possibilidade de colocar a cápsula Orion no foguete New Glenn, da Blue Origin, a empresa espacial de Jeff Bezos. Em janeiro, a companhia anunciou que vai pausar o lançamento de voos voltados ao turismo no espaço para se concentrar na construção de um módulo de pouso lunar para a Nasa.

O plano também envolve a SpaceX, comandada por Elon Musk. A empresa pretende dar início ao projeto do bilionário de construir uma cidade em Marte, mas passou a priorizar a criação de uma base na Lua em menos de uma década. Antes, Musk defendia a ida direto ao planeta vermelho e classificava o posto lunar como uma “distração”.

Por que ir a Marte?

O pouso em Marte abriria uma nova fronteira científica. Ogando diz que seria possível avançar no conhecimento com robôs mais equipados, mas analisa que a principal motivação seria a inovação tecnológica.

“Marte é o planeta que a gente olha e pensa que talvez tenha respostas para muitas perguntas, por exemplo, se só existe vida na Terra”, afirma Duarte. Ela acrescenta que ainda não se sabe se há recursos naturais valiosos no planeta vermelho. Na Lua, a corrida espacial entre a China e os EUA já envolve a cobiça por minérios e água.

Por Gabriel Gama (Folhapress)

Irã tenta forçar pedágio em Hormuz antes de negociar com Trump

A criação de uma espécie de cabine de pedágio no estreito de Hormuz virou a principal peça de barganha do Irã nas negociações de paz com os Estados Unidos, marcadas para ocorrer neste sábado (11) em Islamabad, a capital do Paquistão.

Na quarta-feira (8), primeiro dia do precário cessar-fogo de duas semanas entre os rivais, a autoridade marítima do Irã divulgou uma nova diretriz da Guarda Revolucionária da teocracia para o trânsito no estreito, que antes da guerra escoava um quinto do petróleo e do gás natural liquefeito do mercado.

Segundo ela, os navios precisam passar por duas novas faixas em águas territoriais do Irã, a de saída do golfo Pérsico passando por duas ilhas militarizadas do estreito, Qeshm e Larak. Ao fazê-lo, têm de informar o que carregam e pagar o equivalente a US\$ 1 por barril de petróleo, por exemplo.

O pedágio é em criptomoe-das, uma ironia dado que Donald

Trump, o presidente americano que lançou a guerra contra Teerã ao lado de Israel há cinco semanas, é um entusiasta do modo de pagamento.

Segundo o Irã, o caminho tradicional, por duas faixas com 3 km de largura em águas de tráfego livre para países no centro do estreito, está minado. Sem a presença de navios caça-minas, é impossível determinar a veracidade da alegação, que viola a lei marítima.

Ninguém está, literalmente, pagando para ver. Segundo dados de três monitores de tráfego naval, apenas cinco navios com cargas não relacionadas a energia e um petroleiro de bandeira iraniana passaram pelo estreito nas primeiras 24 horas da trégua.

Antes do conflito, eram de 100 a 130 embarcações, número que caiu 90% com as hostilidades e os ataques do Irã a navios, sendo que nenhum dos que passaram desde 28 de fevereiro transportava gás liquefeito. Há centenas deles fundeados

dos dois lados de Hormuz, esperando a solução da crise.

Pelo acordo com Trump anunciado na noite de terça (7), o Irã deveria reabrir o estreito. Alguns navios chegaram a tentar o trânsito, mas os ataques de Israel ao aliado de Teerã Hezbollah no Líbano fizeram a teocracia ordenar que os navios parassem.

Os iranianos dizem que o Líbano deveria estar incluído na trégua, algo que tanto Tel Aviv quanto Washington rejeitam.

A Casa Branca buscou ignorar as ameaças do Irã, que de resto foram feitas apenas pela mídia estatal até a publicação das regras de navegação no fim da noite, e disse que havia “notado um aumento” no tráfego.

A tentativa iraniana, até por ser ilegal, recebeu condenações da União Europeia e de países do golfo Pérsico, que consideram a restrição à livre navegação inaceitável. O pedágio havia sido incluído na lista de

dez pontos que o Irã quer negociar com os EUA, a maioria inaceitável para a administração Trump.

Um dos mais nevrálgicos é a questão do programa nuclear da teocracia, um dos poucos “casus belli” defensáveis devido ao histórico da busca pela bomba atômica por Teerã. O governo disse nesta quinta que não abrirá mão das capacidades de enriquecimento de urânio, ressaltando que só busca fins pacíficos.

Trump exige o desmantelamento das ultracentrífugas que podem levar o urânio para uso civil, como em isótopos medicinais, para aplicações militares como a bomba. Esta é a mensagem que seu vice, J. D. Vance, levará ao chefiar a delegação em Islamabad.

Enquanto isso, a situação no golfo Pérsico acalmou um pouco. Não houve registro de ataques retaliatórios do Irã contra países árabes, como ocorreu na véspera.

Já na frente libanesa, a violência continua. Israel bombardeou po-

sições do Hezbollah, embora sem a intensidade mortífera da quarta, dia de maior violência no país desde o começo do conflito, com quase 300 mortos.

Os ataques foram condenados pela União Europeia e pela China, aliada do Irã. A chefe da diplomacia do bloco europeu, a estoniana Kaja Kallas, chamou de inaceitável a ação de Israel e pediu que o cessar-fogo seja estendido imediatamente ao Líbano.

Tel Aviv ignorou publicamente, embora haja relatos de que o premiê Binyamin Netanyahu concordou em reduzir a intensidade das ações ao longo das negociações no Paquistão.

Na via inversa, o grupo xiita intensificou o lançamento de foguetes e drones contra o norte de Israel, levando a uma manhã e começo de tarde de sirenes incessantes em cidades como Kiryat Shmona, na fronteira.

Por Igor Gielow (Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Skyscraper2010 via Wikimedia Commons



João Fonseca leva novamente o Brasil às quartas de final

João Fonseca avança para as quartas de final em Mônaco

Após 15 anos, o Brasil está de volta a uma quartas de final de um torneio de tênis masculino de nível Masters 1000. João Fonseca, 40º do ranking da ATP, bateu o italiano Matteo Berrettini, 90º do mundo, no primeiro jogo desta quinta (9) no saibro da quadra Court des Princes válido pela terceira rodada do Masters de Monte Carlo, em Mônaco. O brasileiro de 19 anos superou o adversário dez anos mais velho por dois sets a zero, com parciais de 6/3 e 6/2, em 1h13 de partida.

A última vez que o Brasil havia alcançado a fase em um Masters 1000 havia sido em 2011, com Thomaz Bellucci em Madri. Pela campanha até aqui em Monte Carlo, João aparece momentaneamente no posto de 35º do ranking.

Duelo entre Brasil e Alemanha

O tenista carioca vai enfrentar o alemão Alexander Zverev, número 3 do mundo, nesta sexta-feira (10).

O Brasil conquistou duas vezes o título do Masters 1000 de Monte Carlo, com Gustavo Kuerten, em 1999 e 2001.

O maior vencedor do torneio é o espanhol Rafael Nadal, com 11 taças, 8 delas conquistadas de forma consecutiva, entre 2005 e 2012.

Por Lucas Bombana (Folhapress)

Nelson Terme/ CBF



Zagueiro do Vasco, Breno Sales prevê jogo 'pegado'

Expectativa pelo Superclássico

Brasil e Argentina se enfrentam nesta sexta-feira (10), às 20h, no Estádio Ameliano Villeta, em Villeta, no Paraguai, pela terceira rodada do Sul-Americano Sub-17. O zagueiro Breno Sales destacou a grandeza da partida.

"Acho que vai ser um jogo bem pegado, bem físico, mas a gente está pronto. Todos nós estamos realizando o sonho de criança que é estar jogando um clássico desse tamanho e só falar que a gente está pronto e vamos para mais uma vitória. É um sonho de criança para todos que estamos aqui na Seleção Brasileira hoje".

Colocar o treinamento em prática

A Seleção Brasileira está invicta no Sul-Americano. Foram duas vitórias sobre a Bolívia e o Peru, 4 a 0 e 4 a 1, respectivamente.

"A gente saiu bem nesses dois jogos, acho que a equipe conseguiu se desenvolver em campo. Botamos tudo que venho treinando em prática e conseguimos sair bem com duas vitórias", avaliou o defensor.

Arbitragem I

A vitória do Flamengo sobre o Cusco por 2 a 0, na estreia na Libertadores 2026, repercutiu negativamente na imprensa internacional. O jogo ficou marcado por um lance duríssimo de Plata, do Flamengo, que pisou no tornozelo do adversário, e não foi expulso. Além da anulação de um gol do Cusco por impedimento milimétrico.

Arbitragem II

Na Espanha, o jornal 'As' trouxe a manchete "Flamengo vence com um escândalo do VAR", e analisou os erros grotescos da arbitragem do paraguaio Derlis López e do VAR Fernando López. O rubro-negro não teve nada a ver com a incompetência da arbitragem, que ficou negativamente marcada ao redor do mundo.

Danilo

Com vencimentos atrasados em relação ao jogador, o Botafogo se prepara para tentar manter o volante Danilo na próxima janela de transferências. Sob expectativa de jogar a Copa do Mundo pela Seleção Brasileira, o atleta poderá deixar o Alvinegro de graça caso acione o clube na justiça. Flamengo monitora a situação.

Pai Santana I

O Vasco da Gama inaugurou em seu museu um busto de uma das figuras mais queridas e folclóricas de sua história e de todo o futebol brasileiro: o ex-massagista e pai de santo, Pai Santana. Presente nas maiores conquistas do clube desde os anos 1950, Pai Santana cuidou de atletas e ficou famoso por fazer 'trabalhos espirituais' pelo clube.

Pai Santana II

A inauguração do busto é um reconhecimento institucional de uma figura histórica que adentrou oficialmente a galeria de ídolos do Vasco. "Dentro e fora de campo, construiu uma relação única com jogadores, comissão e torcedores, tornando-se um verdadeiro símbolo. Um ídolo histórico!", definiu o Vasco em comunicado.

Jogar com vontade

Neste sábado (11), o Maracanã receberá o Fla-Flu, válido pelo Campeonato Brasileiro. A expectativa é de casa cheia, e o Fluminense, apesar da intensa maratona de jogos que enfrentou nesta semana, prometeu entrar com força máxima. "É um clássico importante, vamos jogar com vontade", garantiu o técnico Luís Zubeldía.



Reynan foi revelado pelo Centro de Formação Esportiva

Promessa brasileira projeta vaga na NBA

Reynan dos Santos foi campeão da Copa América 2025 com a seleção

Lançado oficialmente pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo na última semana, o Centro de Formação Esportiva de Basquete, em Araraquara, foi o ponto de partida para umas das maiores promessas do basquete brasileiro. Ala armador do Capitanes, time mexicano que atua na G League, a liga de desenvolvimento da NBA, Reynan Santos, 22 anos, fez suas primeiras cestas pela Associação de Basquetebol de Araraquara (ABA), entidade que coordena as atividades do Centro de Formação.

No projeto, Reynan jogou dos 6 aos 15 anos, antes de se transferir para o Franca Basquete. O ala armador passou ainda por Cold Hearts, dos Estados Unidos, e Pinheiros. Desde 2025, defende as cores do Capitanes, da Cidade do México.

"A ABA representa o começo de um sonho. Foi lá que eu comecei a me imaginar jogador de basquete", diz Reynan, frequentemente convocado para a seleção brasileira - esteve na campanha do título do Brasil na Copa América de 2025, disputada na Nicarágua.

A temporada 2025/2026 da G League tem sido positiva para Reynan. Com 15 jogos - 13 começando como titular -, e média de 10.1 pontos marcados por jogo, o araraquarense é um dos destaques de sua equipe, vice-líder da Conferência Oeste e classificada aos playoffs.

Jogar na G League, aliás, representa para Reynan muito mais do que a possibilidade de se testar no exterior. É a chance cristalina de um

dia ser "promovido" à NBA.

"Na G League, tive a oportunidade de jogar contra atletas que já estiveram na NBA, e com isso vi de perto como eles jogam e como posso fazer para um dia chegar na liga, que é o maior sonho que tenho na carreira", afirma Reynan, que já sabe até para quem vai pedir uma selfie quando desembarcar na elite do basquete mundial. "Pediria foto com Stephen Curry, LeBron James e Kevin Durant, mas sem antes marcá-los a quadra toda", avisou.

A distância de Araraquara não impediu Reynan de preservar uma semente em sua cidade natal. Seu irmão caçula, Pedro Henrique, de 9 anos, é aluno do Centro de Formação e também quer seguir carreira no basquete.

O Centro de Formação Esportiva de Basquete atende a 45 alunos com idade entre 12 e 17 anos. As aulas acontecem no Ginásio de Esportes Dr. Adalberto Álvares, que fica na Av. Cientista Frederico de Marco, 750 - Vila Xavier. O investimento da Sesp no projeto foi de R\$ 246,9 mil.

Centro de Formação Esportiva

Desde janeiro deste ano, a Sesp implantou 24 centros de formação em 22 municípios. O investimento é de R\$ 5,7 milhões e foi viabilizado a partir de um chamamento público, que selecionou organizações sociais responsáveis pela implantação e execução dos projetos esportivos em parceria com o Estado.

SailGP impulsiona iniciativas de impacto antes de estreiar no Brasil

Equipe brasileira mira o pódio da Impact League com chegada do campeonato ao Rio

SailGP, a competição de vela mais famosa do mundo, traz pela primeira vez ao Brasil sua plataforma global de propósito, marcando um importante marco na expansão do campeonato e reforçando seu compromisso com a ação ambiental, a inclusão e o impacto nas comunidades.

Com a chegada do Rolex SailGP Championship ao Rio de Janeiro, nos dias 11 e 12 de abril, o campeonato global amplia suas iniciativas de impacto no país por meio de um programa integrado que conecta esporte, sustentabilidade e engajamento jovem. A iniciativa posiciona o Brasil como um mercado estratégico na estratégia global do SailGP de gerar impacto mensurável ao lado da competição de alto nível.

O Mubadala Brazil SailGP Team entra na temporada 2026 como um dos principais candidatos na Impact League, após terminar como vice-campeão em 2025. Embalado para o Enel Rio Sail Grand Prix, o time ativa sua mais ambiciosa agenda de iniciativas comunitárias e ambientais até o momento, liderando os primeiros projetos das áreas de foco da Impact League na temporada.

Impulsionando impacto por meio do Better Sport

O pilar Better Sport do SailGP ganha vida no Rio com iniciativas voltadas à ampliação do acesso, aceleração da inclusão e desenvolvimento da próxima geração de atletas.

Nos dias 7 e 8 de abril, o Mubadala Brazil SailGP Team e o parceiro de propósito Nas Marés realizaram uma clínica de foil



Andrew Baker/ SailGP

Considerada a competição de vela mais emocionante do mundo, o SailGP estreia no Brasil neste fim de semana

de alto rendimento no Iate Clube do Rio de Janeiro, voltada a jovens velejadoras da cidade. O programa oferece acesso direto a treinamento de elite, criando caminhos para mulheres na vela de alto desempenho.

No dia 6 de abril, o time também promoveu uma exibição do documentário “Born To Sail”, combinada com a doação de equipamentos esportivos de alto rendimento seminovos para jovens do Projeto Grael. A iniciativa ampliou o ciclo de vida de equipamentos de elite e aumenta o acesso ao esporte em comunidades atendidas, além de promover interação com atletas mulheres.

O programa SailGP Inspire também fortalece o engajamento jovem com o Impact League Next Gen Challenge, convidan-

do estudantes do Rio a projetar catamarãs F50 com materiais reciclados. Os participantes selecionados terão acesso aos bastidores do Enel Rio Tech Site, conectando educação, sustentabilidade e inovação no esporte.

Avanço na saúde dos oceanos com o Better Planet

A ação ambiental está no centro do programa do SailGP no Brasil, com foco na proteção e recuperação da Baía de Guanabara, um dos ecossistemas marinhos mais importantes do país.

No último dia 2 de abril, o Mubadala Brazil SailGP Team e o Nas Marés lideraram uma grande ação de limpeza na Ilha do Fundão, em parceria com a World Surf League, pescadores locais e representantes da comu-

nidade. A iniciativa teve como objetivo a remoção de resíduos marinhos e o fortalecimento da conscientização sobre conservação dos oceanos. A ação que recolheu 8 toneladas de lixo se soma a esforços recentes que já retiraram volumes significativos de lixo da baía, demonstrando uma abordagem contínua e local de impacto ambiental.

Nesta sexta, 10 de abril, o SailGP ampliará seu alcance com o “Mar de Soluções”, uma ativação cultural aberta ao público na Praia do Flamengo. Combinando teatro, circo e narrativas comunitárias, a iniciativa engaja novos públicos sobre poluição marinha e soluções climáticas por meio de formatos acessíveis e criativos.

Impact League ganha força no Brasil

A Impact League segue como um pilar central da estratégia global do SailGP, integrando sustentabilidade e inclusão ao modelo competitivo do campeonato. As equipes são avaliadas não apenas pelos resultados nas regatas, mas também pela capacidade de gerar impacto ambiental e social mensurável nas cidades-sedes.

Em 2026, a Impact League está estruturada em dois pilares principais — Better Sport e Better Planet — criando uma estrutura mais focada para impulsionar mudanças relevantes. O programa ampliado no Brasil reflete a evolução da Impact League de uma iniciativa paralela para um sistema integrado e orientado por desempenho, mobilizando equipes, parceiros e comunidades em escala.

Momento histórico para o SailGP na América do Sul

O Enel Rio Sail Grand Prix marca a estreia do SailGP no Brasil e na América do Sul, levando as regatas de alta velocidade à Baía de Guanabara. Equipes nacionais competem em catamarãs F50 idênticos, capazes de ultrapassar os 100 km/h, movidos exclusivamente pela força da natureza.

O evento reúne equipes internacionais em disputas de alta velocidade a bordo dessas embarcações de última geração, proporcionando uma experiência única que combina esporte, tecnologia e espetáculo.

Os ingressos estão disponíveis e com alta demanda no site oficial SailGP.com/Rio, com diferentes opções para o público, incluindo arquibancadas com vista privilegiada e experiências premium à beira-mar.

Reforma do Estádio Ícaro de Castro Mello entra na fase final

A reforma do Estádio Ícaro de Castro Mello, localizado no Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, na capital paulista, avança em ritmo acelerado. Realizada pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo em parceria com a CDHU, a obra entrou em uma das etapas mais visíveis para a população, com a instalação dos assentos da arquibancada e a execução da pista de atletismo, que já está pavimentada.

Nesta fase, as equipes trabalham na colocação de mais de 11 mil assentos, além dos ajustes finais na pista, que contará com uma nova configuração moderna, incluindo a

construção da 9ª raia e uma pista de aquecimento. O gramado do campo já foi concluído, marcando mais um avanço importante dentro do cronograma. A previsão de entrega do equipamento é maio de 2026.

A modernização do estádio contempla a reestruturação completa da pista, arquibancadas, banheiros e áreas externas, com foco no conforto do público, acessibilidade e excelência para a prática esportiva. Estão previstas melhorias como a instalação de sanitários acessíveis, plataformas para pessoas com deficiência, dois telões, novos guarda-corpos, além da reforma e



Edson Sousa

Pista de atletismo já foi pavimentada e os assentos da arquibancada estão sendo colocados

modernização dos vestiários e estruturas de apoio aos atletas. O espaço também será preparado para funcionar como centro de treinamento e para receber competições nacionais e internacionais.

O projeto preserva as características históricas do estádio, com a recuperação da estrutura em concreto e o respeito aos elementos tombados pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional). O novo equipamento atenderá à certificação Classe 1 da World Athletics, padrão internacional exigido para competições de atletismo, além de cumprir todas as normas de acessibilidade, segurança e sanitárias.

Sem receber competições oficiais desde 2015, o complexo esportivo ganhou sobrevida a partir do Governo do Estado de São Paulo para a reforma, restauro e modernização do espaço.

Com a conclusão das obras, o estádio será devolvido à população como um espaço moderno, acessível e apto a impulsionar o desenvolvimento do atletismo paulista e a receber grandes eventos esportivos.

“Mas essa perplexidade, ela não seria tão grande se colegas tivessem participado do julgamento do Mensalão, do julgamento da Lava Jato, desse julgamento agora do INSS e do Banco Master, porque os escândalos não são concentrados no Estado do Rio de Janeiro”, Luiz Fux.

O Maranhão de Dino: “Em 2025, o STJ determinou a federalização das investigações dos assassinatos no sistema prisional por ausência esforço efetivo para elucidar”.

■ A inteligência e eloquência privilegiada do ministro Flávio Dino o transformaram em um fenômeno no Brasil. Ele tem tudo para chegar à presidência do Brasil algum dia. Ele é o mestre da ironia e das entrelinhas. No julgamento no STF, novamente ele protagonizou um fidalgo embate com os colegas da corte que também são ministros do TSE.

■ Ele consegue ser elegante e ao mesmo tempo cria uma eloquente armadilha mental que torna irresponsável e impagável a sua adaga verbal. Diz tudo sem dizer nada. O efeito da sua ironia beira sempre o bom humor, ao invés de ofender ele tem o dom de irritar o seu interlocutor a extremos.

■ No duplo julgamento, já sentindo que estava perdida a tese jurídica apresentada pelo colega relator, o novato do STF, Cristiano Zanin, ao qual atribuiu o “o rosto e a cara de magistrado, muito mais do que advogado”, e afirmando “ele nasceu para ser Juiz”, resolveu pedir vistas. Usou como argumento exatamente o ponto que mais irritou, no dia anterior, a Ministra Cármen Lúcia: colocar em evidência uma possível falha no julgamento que ela presidiu no TSE. Não atendeu ao pedido do colega conciliador ministro Kassio Nunes Marques de transformar o pedido de vista em suspensão do julgamento para retornar após a juntada do acórdão do TSE, usado o argumento do “amor próprio”.

■ Quem conhece Flávio Dino desde da sua primeira função no Executivo, que foi a Presidência da Embratur no Governo Dilma, quando ele teve como ministro do Turismo o deputado Gastão Vieira, um aliado de Sarney que fez tudo para prejudicá-lo sabe que ele tem a capacidade de abrir a porta do adversário usando a vaidade alheia para depois implodi-lo sem que ele perceba. Dino saiu da Embratur para ser governador do Maranhão por dois mandatos, eleito senador, foi ministro da Justiça e hoje tem os holofotes do STF. Já Gastão virou seu puxa saco e acaba de usar as redes sociais para mendigar uma vaga de suplente em qualquer candidatura ao Senado pelo Maranhão.

■ A postura de Dino com os colegas é de quem está de passagem. Ele não tem apego aos cargos. São degraus de uma trajetória que o levará a ser um novo maranhense na presidência da República ou secretário geral da ONU.

■ Nesta quinta, 09, ele cometeu um



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Luiz Silveira/STF



Sentindo que estava sendo perdida a tese jurídica apresentada pelo colega novato no STF, o relator Cristiano Zanin, Flávio Dino pede vista do julgamento

Flávio Dino ataca o Rio e o TSE, Cármen Lúcia responde e Luiz Fux reage lavando a alma dos cariocas

deslize, plenamente político e não jurídico, neste campo, aliás, a sua interpretação singular das leis exige um processo lógico que é só seu. Ele une o Z e A em um embaralhamento fonético que o protege. Já na política ele peca. A pecou com relação ao Rio, ao puxar uma listinha de maldades e alicerçar um dos maiores ataques à imagem do estado em uma sessão transmitida e assistida por milhares de pessoas. Cometeu falhas e gafes, como, por exemplo, citar dois governadores que foram presos injustamente e inocentados recentemente pelo seu colega Cristiano Zanin, sentado ao seu lado. Incluiu um governador, que é ex-juiz federal, que sofreu impeachment em rito saneador do Tribunal de Justiça do RJ e Assembleia Legislativa. Listou deputados e membros do judiciários envolvidos com corrupção ou facções.

■ O problema de Flávio é que muitas vezes esquece dos seus próprios problemas. Citou o caso insolúvel da apuração do assinado da vereadora Marielle Franco. O Ministro Gilmar Mendes aproveitou e lembrou que o Rio se recusou a federalizar as investigações, afirmando que as pessoas esquecem. Aliás, Mendes culpou os ministros fluminenses do STJ em barrar a federalização, para não desmoralizar o judiciário local.

■ É exatamente neste esquecimento que a ironia de Flávio Dino cresce. Ele deve ter a certeza que as pessoas esqueceram que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a federalização das investigações sobre seis homicídios e um desaparecimento ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, entre 2013 e 2014. Por unanimidade, o colegiado acolheu o pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) ao reconhecer grave violação de direitos humanos, risco de responsabilização internacional do Brasil e inaptidão do sistema estadual para conduzir a investigação e o processo nesses casos.

■ À época, o Complexo de Pedrinhas no Maranhão foi cenário de sucessivas rebeliões que resultaram na morte de 60 detentos e no desaparecimento de um deles. Na ocasião, a violência extrema – incluindo decapitações e esquartejamentos – ganhou repercussão internacional, acompanhada de denúncias sobre condições desumanas às quais os presos estavam submetidos.

■ A situação levou o Brasil a ser denunciado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que concedeu medidas cautelares em 2013 e medidas provisórias em 2014, 2018 e 2019. As determinações exigiam que o país adotasse ações efetivas para evitar novas mortes e danos à integridade física dos detentos, reduzisse a superlotação e investigasse adequadamente os fatos.

■ O hoje ministro e ex-governador do Maranhão, Flávio Dino, deve achar que as pessoas esquecem que em novembro de 2025 o ministro Rogério Schietti Cruz, relator do pedido de federalização da apuração de seis daqueles homicídios e de um caso de desaparecimento, afirmou que os episódios apresentados pela PGR revelam um padrão alarmante de graves violações de direitos humanos no sistema penitenciário maranhense. O magistrado observou que os casos apontados não constituíam fatos isolados, mas faces de “uma crise sistêmica caracterizada pela absoluta inobservância de garantias fundamentais da pessoa humana”.

■ Para o ex-governador do Maranhão, Flávio Dino, deve ficar desconfortável quando as pessoas lembram que no ano passado o ministro relator do STJ destacou que a ausência de esforço efetivo para elucidar os crimes é um “denominador comum” dos episódios, revelando não apenas deficiência pontual, mas uma “incapacidade estrutural para enfrentar o quadro de grave violação de direitos humanos no sistema penitenciário”. Para ele, a instauração tardia ou a inexistência de inquéritos, a

superficialidade das investigações e o arquivamento prematuro de procedimentos confirmam “a inaptidão do sistema estadual para assegurar o direito à verdade e à justiça”.

■ O ministro apontou que essa incapacidade fica evidente quando se verifica que nem sequer foram instaurados inquéritos para apurar a morte de alguns presos, o que revela não só uma falha gravíssima no dever de proteção, mas um absoluto descaso institucional. “A inércia investigativa nesses casos não pode ser compreendida como mera disfunção, mas como manifestação de incapacidade estrutural do sistema de justiça estadual”, declarou Schietti.

■ Grande parte desta omissão ocorreu quando o “paladino da Justiça” estava à frente do Governo do Maranhão.

■ Ele ataca o Rio e esquece que o governador sofreu o impeachment por erros na área da saúde na pandemia. Já o Maranhão, na gestão do Governador Flávio, foi cotista no golpe dos respiradores fantasmas comprados pelo Consórcio Nordeste, formado pelos estados do Nordeste, que fez desaparecer R\$ 48 milhões de reais entregues a uma empresa especializada em artigos derivados da maconha. Deste total, R\$ 4.800.000,00 eram do governo do Maranhão. Dinheiro nunca recuperado. Ele participou de todas as reuniões de compra dos respiradores, conforme as atas das reuniões do Consórcio Nordeste, das quais ele participava assiduamente e de forma presencial.

■ Com as duas laudas nas mãos e atacando o Rio, enquanto fazia juras de amor à cidade, confundido o estado com a capital, Flávio Dino, tão afeto ao contraditório, foi rebatido de forma precisa pelo ministro Luiz Fux. Palavras que lavaram a alma do fluminense ou como prefere Dino, do carioca.

■ “Sr. Presidente, rapidamente, a solução que o Supremo adotar será a melhor solução. Mas eu sou carioca de nascença e eu verifiquei que houve uma manifestação de profundo descrédito em relação ao Rio de Janeiro de forma generalizada. E eu até acredito que muitos assim o fizeram porque ingressaram no Supremo Tribunal Federal em época posterior. Mas essa perplexidade, ela não seria tão grande se colegas tivessem participado do julgamento do Mensalão, do julgamento da Lava Jato, desse julgamento agora do INSS e do Banco Master, porque os escândalos não são concentrados no Estado do Rio de Janeiro. Então, há bons políticos no Estado do Rio de Janeiro, que representam o Estado na Câmara Federal, são excelentes políticos. De sorte que se esses políticos tiverem que ir para o inferno, eles vão acompanhados de altas autoridades.”

■ O ministro Fux merece ser aplaudido de pé por todos que amam o Rio. Ele lavou a alma daqueles que se sentiram ofendidos pela fala política de um ministro do STF, que está de passagem e sonha em ir morar no Alvorada. Difícil será conseguir votos do eleitor Fluminense. Talvez tenha até de alguns, os dos anfitriões da visita que fez à favela da Maré quando era ministro da Justiça.

Huguette Gallo



Instagram: @huguette.gallo

E-mail: huguette.gallo@gmail.com

Divulgação/Bruna Guerra



Isay Weinfeld, o mestre da arquitetura moderna, em mostra no Instituto Tomie Ohtake

O Minimalismo de Isay Weinfeld

Alguns dos edifícios mais conhecidos da paisagem paulistana e em grandes metrópoles ao redor do mundo levam a assinatura do arquiteto Isay Weinfeld, ainda que poucos saibam definir, com precisão, qual é seu estilo arquitetônico. Essas múltiplas frentes de atuação estão reunidas na exposição 'Etcétera', a mais abrangente mostra dedicada à sua carreira, no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo. Cerca de 180 itens – entre maquetes de arquitetura, móveis, filmes, joias, peças de moda, textos do próprio artista e documentos diversos – ocupam as duas grandes salas que compõem o percurso da mostra para ajudar o espectador a mergulhar no universo, e na mente, do homenageado. O núcleo apresentado traça um panorama a partir de 1973, quando o arquiteto abriu o primeiro escritório. Ao longo de cinco dé-

cadadas de produção intensa e coerente, o arquiteto paulistano construiu uma trajetória que atravessa, com rara fluidez, o design, as artes visuais e o cinema. Com curadoria de Agnaldo Farias, identidade gráfica de Giovanni Bianco e catálogo de fotos feitas por Bob Wolfenson, a mostra não se organiza como uma retrospectiva convencional, mas como a exposição de um modo de pensar e criar. Segundo o curador, "Isay faz arquitetura sem saber desenhar, desafiando um dos princípios basilares da arquitetura. Aliás, a fixação de seu primeiro desenho logo à entrada da exposição, uma casinha feita na infância, funciona como um recado aos estudantes: existem caminhos além daqueles previstos pelos currículos das escolas". Muitas das maquetes produzidas para a exposição subvertem a lógica tradicional da miniatura arquitetônica.

Parceria entre FEAC e Phomenta

Dez Organizações da Sociedade Civil de Campinas (OSCs): a Associação Campineira de Skate, Associação de Educação do Homem de Amanhã, Instituto 20 Mil Amigos, Instituto Voando Alto, Projeto Gente Nova, Instituto Tadao Takahashi, Sociedade Amigos da Vida, Associação TRANSmoras, Associação de Fomento ao

Ensino Técnico para Jovens e Associação Pestalozzi de Campinas, foram selecionadas para o projeto Captação com Causa, da Fundação FEAC em parceria com o Instituto Phomenta, que visa fortalecer a captação de recursos por meio de editais. Durante 18 meses, as organizações receberão formação, assessoria técnica,

mentorias e apoio com ferramentas de Inteligência Artificial para melhorar a elaboração de projetos e estruturar estratégias de sustentabilidade financeira). O programa também inclui match funding (financiamento coletivo "turbinado") de R\$ 100 mil, ampliando os valores captados pelas OSCs.

High lights

HGPress



Mirna Mara se esbaldando no lançamento da Comida Di Buteco, que aconteceu na segunda-feira, no Vila's Bar, em parceria com o Fabinho Boteco Itinerante.

Divulgação



O pianista Lelo Nahssen apresenta o "Piano Experience", um show que une música ao vivo, interação com o público e recursos audiovisuais em uma proposta imersiva, dia 30 de abril, no teatro Oficina do Estudante.

Divulgação



Veri Weinlich e Assad Agége, promovem neste domingo a festa Incandeia, que acontece no Lagoa Deck (Taquaral), das 13h às 20h. Os Djs Paguh, Cesah e Assad comandam as pickups.